

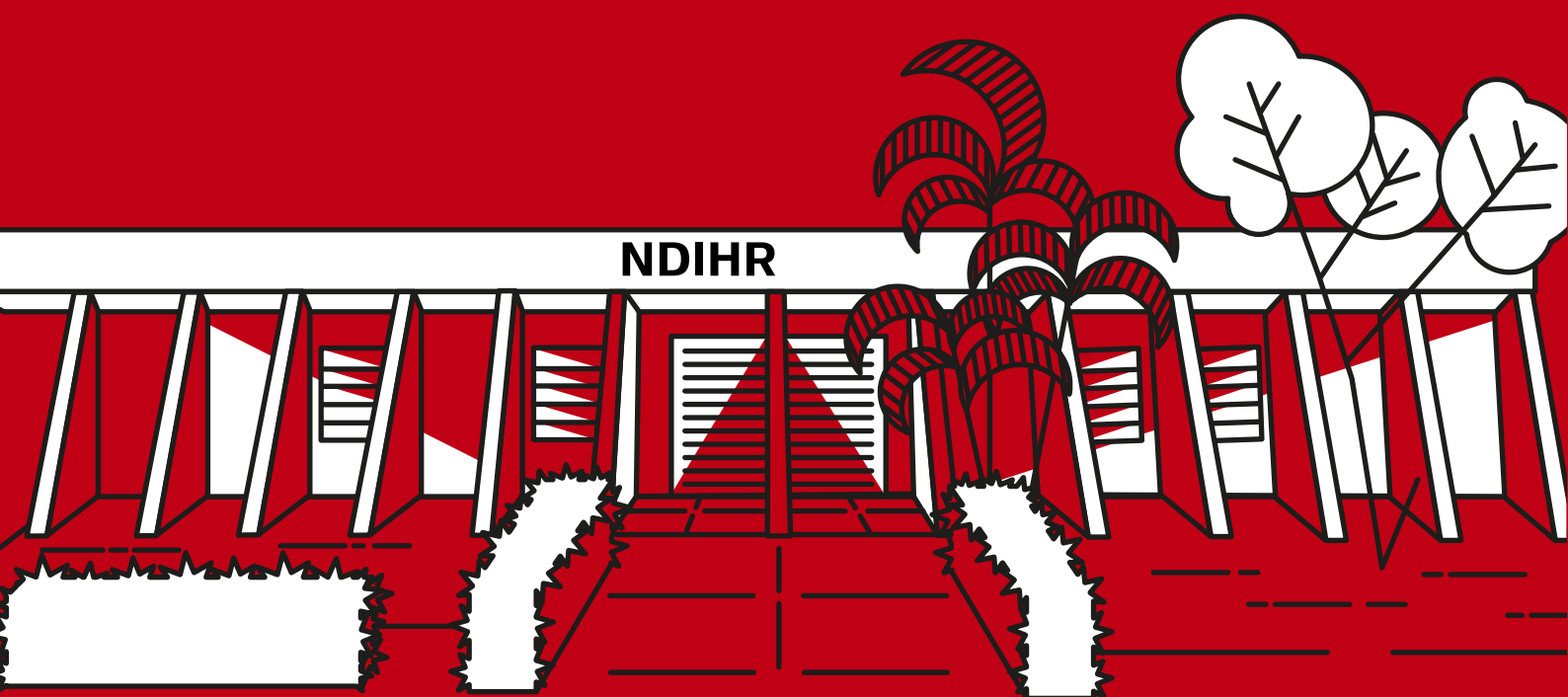


REVISTA ELETRÔNICA

DOCUMENTO MONUMENTO

ISSN 2176-5804
2009 - 2025

Vol. 38 N. 1 - Julho/2025



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO



NDIHR



Ministério da Educação
Camilo Sobreira de Santana
Ministro da Educação



Universidade Federal de Mato Grosso

Reitora

Marluce Souza e Silva

Vice-reitor

Silvano Macedo Galvão

Pró-Reitora Administrativa

Marilda Alves da Silva Santos

Pró-Reitora de Assistência Estudantil

Liliane Capilé Charbel Novais

Pró-Reitora de Cultura, Extensão e Vivência

Lisiane Pereira de Jesus

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Luciane de Almeida Gomes

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Léia de Souza Oliveira

Pró-Reitor de Pesquisa

Bruno Bernardo de Araújo

Pró-Reitora de Ensino de Pós-graduação

Elizabeth Figueiredo de Sá

Pró-Reitora de Planejamento

Marta Cristina de Jesus Albuquerque Nogueira

Pró-Reitora do Câmpus do Araguaia

Paula Carvalho Rodrigues

Pró-Reitor do Câmpus de Sinop

Fábio José Lourenço

Pró-Reitora do Câmpus de Várzea Grande

Ilce de Oliveira de Campos

Diretor do Instituto de Geografia, História e Documentação

Cleberson Ribeiro de Jesus

Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

Marcio Antônio Alves da Rocha - Supervisor do NDIHR



REDM

Revista Eletrônica Documento/Monumento

Conselho Editorial

Nileide Souza Dourado (NDIHR/IGHD/UFMT)

Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT)

Fernando Tadeu de Miranda Borges (FE/UFMT)

José Serafim Bertoloto (MACP/UFMT)

Maria Adenir Peraro (IGHD/UFMT)

Otávio Canavarros (IGHD/UFMT)

Conselho Consultivo

Alexandra Lima da Silva (PPGE/UERJ)

Ana Virginia Teixeira da Paz Pinheiro (Biblioteca Nacional/RJ)

Antonio Rubial García (Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM)

Arturo Aguilar Ochoa (Benemérita Universidad Autónoma de Puebla – BUAP/México)

Cândido Moreira Rodrigues (IGHD/UFMT)

Carlos Edinei de Oliveira (UNEMAT)

Carmen Fernández-Salvador (Universidad San Francisco de Quito/Ecuador)

Ignacio Telesca (CONICET-IGHI/Argentina)

Isabelle Combès (Instituto Francés de Estudios Andinos/Bolívia)

Joana A. Fernandes Silva (UFG)

João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)

Luiza Rios Ricci Volpato (IGHD/UFMT)

Marcelo Fronza (IGHD/UFMT)

Marcus Silva da Cruz (IGHD/UFMT)

Maria de Fátima Costa (IGHD/UFMT)

Mário Cezar Silva Leite (IL/UFMT)

Pablo Diener (IGHD/UFMT)

Rafael Sagredo Baeza (Pontificia Universidad Católica de Chile)

Renilson Rosa Ribeiro (UFSCAR)

Ricardo Padron (University of Virginia/EUA)

Sara Emilia Mata (CONICET-Universidad Nacional de Salta/Argentina)

Teresinha Rodrigues Prada Soares (ECCO/IL/UFMT)

Tiago C. P. dos Reis Miranda

(CIDEHUS: Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora/Portugal)

Vitale Joanoni Neto (IGHD/UFMT)

Vitor Manoel Marques da Fonseca (UFF)

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

R454 Revista Eletrônica Documento/Monumento [recurso eletrônico]. –

Vol. 38, n. 1 (Jul 2025) – . – Cuiabá : Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, 2009- Semestral.

Modo de acesso: internet

<<http://www.ufmt.br/ndihr/revista/>>

ISSN 2176-5804.

1. História - Aspectos sociais. 2. Memória (História). 3. Pesquisa Histórica. I. Universidade Federal de Mato Grosso. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional.

CDU 94(81):002

EDITORAS

Nileide Souza Dourado
Elizabeth Madureira Siqueira

CAPA

Direção de Arte: Maurício Mota
Projeto Gráfico: Tatiane Hirata

APOIO TÉCNICO

Érica Isabel de Melo

DIAGRAMAÇÃO

Marcio Antônio Alves da Rocha

CONTATO

Revista Eletrônica Documento/Monumento
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº.2367 – Cuiabá – MT.
Bairro: Boa Esperança
CEP: 78060-900

Tel.: (0**65) 3615-8473

E-mail:

redm.ighd@ufmt.br

EDITORIAL

[Apresentação do volume nº 38/julho/2025]

A Revista Eletrônica Documento/Monumento – REDM, promovida pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, do Instituto de Geografia, História e Documentação - IGHD, da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, apresenta, no Volume 38, n. 1, de julho de 2025, edição comemorativa aos festejos dos 55 anos da UFMT, 49 anos do NDIHR e 16 anos da Revista, momento muito especial com a Seção Artigos. A Revista Eletrônica Documento/Monumento – REDM apresenta, no Volume 38, um conjunto de investigações realizadas por professores e pesquisadores de diferentes instituições de ensino, públicas e particulares, sem perder de vista o propósito do debate técnico-científico, essencial para o amadurecimento do conhecimento, versa sobre os mais diversificados temas. Trata-se de revista *on-line*, um meio amplamente democrático e acessível no meio intra e extra-acadêmico, criando e oferecendo aos leitores – alunos, professores, técnicos e demais pesquisadores – condições para que possam não apenas apreciar os diferentes textos, mas publicar seus trabalhos e investigações científicas. Cumprindo, mais uma vez, com o compromisso da REDM-NDIHR de contribuir com debates essenciais para os respectivos campos de ensino, pesquisa e extensão.

Seção Artigos:

O primeiro artigo da REDM é das autoras *Maria de Lourdes Fanaia Castrillon e Angela Maria dos Santos* com o texto intitulado **MÃE BONIFÁCIA: UMA MEMÓRIA ANCESTRAL ENTRE PASSADO E PRESENTE**, as autoras propõem algumas reflexões que envolvem o passado e o presente de Mãe Bonifácia, representando diferentes grupos étnicos africanos que fizeram parte da história da capital mato-grossense. As abordagens versam, de modo geral, sobre histórias da mulher negra, alforriada, benzedeira, curandeira, que vivia na mata e ajudava os negros desvalidos e/ou escravizados fugitivos que a procuravam. Portanto, falar de Mãe Bonifácia envolve uma multiplicidade de temáticas, como: escravidão e racismo; além do monumento no cenário cuiabano, do bairro Quilombo, do Parque e do Córrego do Caixão.

Em **O COLAPSO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA: A FALSA OPOSIÇÃO ENTRE QUANTIDADE E QUALIDADE**, a autora *Francisca de Figueiredo Arruda Martins Neta* procura abordar o colapso da educação pública no Brasil, destacando o paradoxo entre a expansão quantitativa do acesso e a crise na qualidade social. Analisa também, como políticas históricas, desde a ditadura militar até as reformas recentes, priorizam a formação para o mercado em detrimento de uma educação emancipatória. Indica, ainda, como a mercantilização da educação, a Reforma do Ensino Médio de 2017 e os impactos da pandemia agravaram as desigualdades.

Já o artigo intitulado **INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM AUTISMO: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE AS PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PEDAGÓGICAS**, de autoria de *Jovanildes de Fátima Silva*, busca demonstrar os principais estudos brasileiros de estratégias de inclusão escolar eficazes para promover a participação e o desenvolvimento de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente educacional. Destacando que a metodologia utilizada foi a de abordagem qualitativa, exploratório de procedimento de revisão sistemática da literatura RSL no Portal de Periódicos da CAPES, PubMed, Scielo, ERIC, *Google Scholar* e *Web of Science*.

O artigo **O PAPEL DO COMPLEXO INDUSTRIAL DA SAÚDE: DESDE A DÉCADA DE 1960 ATÉ OS DIAS ATUAIS INCLUI NDO A RESPOSTA À COVID 19 E À SUSTENTABILIDADE NO SETOR DA SAÚDE**, de autoria de *Marucas Antônio Infandé*, busca enfatizar como as políticas públicas, especialmente nas últimas décadas, têm sido fundamentais para o crescimento do setor, integrando produção local e inovação para atender às necessidades da população, especialmente em momentos de crise, como a pandemia de Covid-19.



REDM

ISSN: 2176-5804

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

Em **ANÁLISE DO ÍNDICE DE GINI ENTRE GÊNEROS NO ÂMBITO RURAL E URBANO DOS ESTADOS BRASILEIROS EM 2015**, os autores *Matheus Braga Potrich, Roselaine Bonfim de Almeida e Jonathan Gonçalves da Silva*, buscam mensurar as desigualdades de renda entre gêneros, no ambiente urbano e rural, para todas as unidades federativas do Brasil no ano de 2015. Assim, utilizou-se como base de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), com o intuito de mensurar o nível de desigualdade e cálculos por meio do *software* estatístico *Stata*, o Índice de Gini para todos os estados, divididos entre os grupos abordados neste trabalho.

Este número da Revista, como já indicado, comemora os 55 anos da UFMT que é homenageada através do Núcleo de Documentação Informação Histórica Regional (NDIHR), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) pelos seus 49 anos de sua existência, buscando documentar e registrar evidências históricas socioculturais da contemporaneidade e da pós-modernidade, de modo a constituir um acervo de referência sobre a realidade histórica regional que propicie acesso a dados científicos para subsidiar a montagem e desenvolvimento de projetos de pesquisa científica, projetos políticos, dentre outros. Portanto, espaço sempre aberto para receber contribuições de todos os campos do conhecimento, sintonizando ainda mais o NDIHR / UFMT com a diversidade de áreas científicas.

Desejamos a todos uma excelente experiência de leitura!

Editoras da REDM

Dra. Níleide Souza Dourado

Dra. Elizabeth Madureira Siqueira

SUMÁRIO

- 7** MÃE BONIFÁCIA: UMA MEMÓRIA ANCESTRAL
ENTRE PASSADO E PRESENTE
Maria de Lourdes Fanaia Castrillon e Angela Maria dos Santos
- 34** O COLAPSO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA: A FALSA
OPOSIÇÃO ENTRE QUANTIDADE E QUALIDADE
Francisca de Figueiredo Arruda Martins Neta
- 43** INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM AUTISMO: UMA REVISÃO
DE LITERATURA SOBRE AS PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS
PEDAGÓGICAS
Jovanildes de Fátima Silva
- 58** O PAPEL DO COMPLEXO INDUSTRIAL DA SAÚDE: DESDE A
DÉCADA DE 1960 ATÉ OS DIAS ATUAIS INCLUINDO A RESPOSTA À
COVID 19 E À SUSTENTABILIDADE NO SETOR DA SAÚDE
Marucas Antônio Infandé
- 69** ANÁLISE DO ÍNDICE DE GINI ENTRE GÊNEROS NO ÂMBITO RURAL
E URBANO DOS ESTADOS BRASILEIROS EM 2015
Matheus Braga Potrich, Roselaine Bonfim de Almeida e Jonathan Gonçalves da Silva



REDM

ISSN: 2176-5804

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR



MÃE BONIFÁCIA: UMA MEMÓRIA ANCESTRAL ENTRE PASSADO E PRESENTE

Maria de Lourdes Fanaia Castrillon

Doutora em Estudos a Cultura Contemporânea (ECCO-UFMT)

Professora da Universidade de Cuiabá-UNIC

mary_lourdes1996@hotmail.com

Angela Maria dos Santos

Doutora em Educação pelo PPGE-UFMT

Professora da Faculdade EduCare e da

educação básica do Estado de Mato Grosso

Pedagogia (UNEMAT), Sociologia (FAVEN)

angelamar7@gmail.com

RESUMO

Este texto propõe algumas reflexões que envolvem o passado e o presente de Mãe Bonifácia, representando diferentes grupos étnicos africanos que fizeram parte da história da capital mato-grossense. As abordagens versam, de modo geral, sobre histórias da mulher negra, alforriada, benzedeira, curandeira, que vivia na mata e ajudava os negros desvalidos e/ou escravizados fugitivos que a procuravam. Falar de Mãe Bonifácia envolve uma multiplicidade de temáticas, como: escravidão e racismo; além do monumento no cenário cuiabano, do bairro Quilombo, do Parque e do Córrego do Caixão. O estudo é relevante para a historiografia, especialmente porque enfatiza a mulher no período da escravidão. Tendo em vista que são escassos os estudos sobre o tema, este estudo pode ser utilizado na educação básica local. Para a construção desta escrita, foram consultadas diversas referências: bibliográficas, documentários, jornais *online*, e documentos manuscritos e orais.

Palavras-chave: Mãe Bonifácia. Parque. Escravidão.

ABSTRACT

This text proposes some reflections involving the past and present on the figure of Mother Bonifácia and represents different African ethnic groups that were part of the history of the capital of Mato Grosso. The approaches generally cover the stories of the freed black woman, a healer, a healer, who lived in the forest and helped the destitute blacks and/or runaway slaves who sought her. Talking about Mother Bonifácia involves a multitude of subjects such as: slavery, racism, the monument in the Cuiabá landscape, the Quilombo Neighborhood, the Park and the Córrego do Caixão. The study is relevant to historiography, especially because it emphasizes women during the period of slavery and, as studies on the subject are still scarce, it can be used in local basic education. Many references were consulted to carry out the construction of this writing: bibliographical, documentaries, online newspapers, and handwritten and oral documents.

Keywords: Mother Bonifácia. Park. Slavery.

INTRODUÇÃO

“A necessidade de memória
É uma necessidade de história.”
(Nora, 1993).

O objetivo deste texto é dissertar sobre Mãe Bonifácia, uma personagem afro-brasileira, que viveu no período da escravidão em Cuiabá.

Mãe Bonifácia adquiriu um monumento localizado numa área de preservação do cerrado cuiabano, o Parque Mãe Bonifácia, que compreende 77 hectares, e é repleto de fauna e flora (Almeida, 2016, s.p). Este local esteve sob tutela do Batalhão de Infantaria Motorizada (44º) até 1978, antigo 16º Batalhão de Caçadores, pois pertencia ao Ministério do Exército. A partir de 1990, o exército doou a área para o governo do Estado.

O parque, uma área de preservação ambiental, foi fundado pela Lei nº 004 de 24 de dezembro de 1992 e também pelo Decreto n. 1.470, de 9 de junho de 2000. Foi durante o governo de Dante de Oliveira que o parque recebeu o mesmo nome da figura histórica de Cuiabá: Parque Mãe Bonifácia. A estátua da personagem foi esculpida pelo artista plástico Jonas Correa e assentada no parque em 2006; Correa procurou retratar uma mulher forte, simbolizando o período da escravidão.

Sobre Mãe Bonifácia, como aponta Mendes (2018), existem várias versões difundidas em Cuiabá, pertencentes ao mundo dos mitos, contos e lendas que povoam o imaginário social cuiabano e da comunidade mato-grossense. Dentre as várias narrativas sobre Mãe Bonifácia, algumas se contradizem: ora escrava, ora alforriada; tendo suas funções divergindo entre benzedeira, conhecedora das plantas medicinais, uma mulher hábil com bordados de rendas, ou alguém que indicava caminhos para os escravizados que buscavam rotas dos quilombos.

Justifica-se a escolha do tema por várias razões: ainda é escassa a produção científica sobre a personagem; há diversas pesquisas sobre o parque voltadas para as discussões ambientais, mas os discursos sobre Mãe Bonifácia são sobretudo sites jornalísticos. Além disso, a região que denominada Quilombo se tornou um dos bairros centrais de Cuiabá, mas ainda são escassas as pesquisas sobre sua formação. Além disso, havia a estrada Mãe Bonifácia e que hoje se chama coronel Otilés Moreira; já o antigo Bairro Mãe Bonifácia, hoje se chama Duque de Caxias. É nesse contexto que, acreditamos, emergem as questões raciais, como escravidão e alforria.

A questão que se coloca em debate não são as evidências do discurso historiográfico que classifica a história como impensável, como disse Souza (2000); os fatos são sempre questionáveis, sendo também importantes e espiralares. É preciso levantar algumas premissas e hipóteses fundamentais, e uma delas é realizar a crítica interna e externa ao documento histórico, o que não significa que apenas esse ato seja suficiente para dar conta das evidências. A outra premissa é

problematizar os dados coletados sem necessariamente dar soluções: as perguntas são mais importantes do que as respostas. É preciso primeiramente repensar o contexto e as dinâmicas da sociedade que fizeram parte das ações, como também o contexto das autoridades políticas do governo citadino para que a personagem ganhasse visibilidade: como e porque o parque recebeu o nome de Mãe Bonifácia? Quais os efeitos da personagem no cenário cuiabano? Para a realização deste nosso estudo, foi importante reunir as referências bibliográficas, entrevista oral, reportagens e documentos manuscritos para articular os questionamentos com os procedimentos metodológicos.

CONTEXTO HISTÓRICO

De acordo com Martins & Romancini (2005, p. 8797), o Parque Mãe Bonifácia é a maior e mais bem estruturada área verde da cidade de Cuiabá/MT, propiciando, por ser uma área de lazer, a valorização de imóveis e de empreendimentos imobiliários no seu entorno. A constituição Estadual, no seu artigo 66, considerou:

O Código florestal no artigo 5º alínea “a” que determina que o poder público criará: “Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos (Almeida, 2016, p.1).

Apesar da valorização da fauna e da flora, no interior do parque, como conta o morador cuiabano Wilson C. Fua (2019 s/d), há o chamado Córrego do Caixão. O referido córrego

[...] nascia no Bairro do Quilombo, mas, a sua nascente localizava exatamente na Av. Estevão de Mendonça esquina com a Av. Getúlio Vargas e mais abaixo unia com outra nascente da Av. São Sebastião e formava o leito do Córrego do Caixão.

Naquela localidade próxima às nascentes do Córrego do Caixão, moravam cuiabanos tradicionais, como o Cabo Barros que tinha um bar no final da Rua 24 outubro; Seo Zéca, que tinha o seu bolixo com muitas variedades; Seo Orivaldo Nunes, com a sua serraria; Edgar Vieira, que morava em frente de onde hoje é o Shoppão, e que depois virou o prédio onde funcionou o DERMAT.

Segundo Wilson Fua (2019), o Córrego do Caixão tem a denominação devido:

[...] numa tarde de março, época de muita chuva, as pessoas seguiam com um caixão com um defunto. Na baixada da Av. Estevão de Mendonça, tinha um córrego, e para atravessá-lo havia uma pinguela de madeira. Como a chuva descia uma grande enxurrada, e as pessoas que levavam o caixão escorregaram e caíram com o caixão, este seguiu com o defunto

descendo pela mata onde é hoje o Parque Mãe Bonifácia. Por isso ficou com o nome de Córrego do Caixão.

Acrescenta-se que o referido córrego, que passou a chamar Mãe Bonifácia, passava na Rua Cursino Amarante (Bairro Duque de Caxias). Canalizado entre 1978/79, para Wilson Fua (2020) o referido córrego é um esgoto que passa dentro do parque, contrapondo com as exuberâncias da natureza, a fauna e a flora. Quanto ao bairro Quilombo¹, mencionado acima, era considerado, no período da escravidão, um lugar perigoso, área periférica (distante da área central da cidade). Hoje é um bairro que faz divisa com o parque, pois, com os processos de expansão da cidade, que ocorreram em vários períodos históricos, a paisagem urbana foi alterada; o bairro passou a ser valorizado, o que ocasionou a expropriação de moradias, entre outros aspectos².

A planta cadastral da prefeitura registra loteamentos no entorno do parque nas décadas de 1950 a 1970, sendo eles: loteamento Quilombo, aprovado em 1952; loteamento São José, aprovado em 1959; o Santa Marta em 1959 (Guarim, & Vilanova, 2014); e o Loteamento do Paiol, este, porém, a partir da década de 1970, tornou-se bairro central da cidade, cuja área envolve não só edifícios de moradias, mas restaurantes, escritórios, escolas e diversos outros ramos do comércio. No entanto, o entorno do parque era uma área constituída por diversas chácaras de particulares que, com o tempo, foram divididas em loteamentos cadastrados na prefeitura de Cuiabá para serem comercializadas (Romancini & Martins 2014). O bairro Quilombo nos dias atuais faz divisa com os bairros Araés, Consil, Duque de Caxias e a Avenida Miguel Sutil. Vale lembrar que o atual Bairro Duque de Caxias foi denominado Mãe Bonifácia, mas de acordo com Decreto nº 1004 de 08-1967, o nome foi alterado pelo Prefeito Joaquim Lobo Duarte³. Na época em que essa alteração ocorreu, estava em curso o governo militar; Caxias, desde 1962, foi considerado o patrono do exército, e o quartel 16º do Exército militar (BIM) estava localizado no bairro Duque de Caxias. Esses fatores podem explicar a mudança do nome do bairro e das ruas por nomes de militares.

O parque nos dias atuais é muito frequentado, seja por moradores ou por visitantes. Na nossa concepção, pode ser considerado como um espaço de aprendizagem não formal, constituindo a história e a geografia da cidade e envolvendo aspectos culturais, sociais e político. Portanto, tanto o

¹ Começa no encontro da Rua 31 de Março com a Rua Duque de Caxias, seguindo por esta (inclusive) até a intercessão com a Avenida Miguel Sutil, continuando por esta (inclusive) até a intercessão com a Rua Marechal Deodoro, seguindo por esta (exclusive), até a intercessão com a avenida Mato Grosso, interceptada pela Praça Presidente Carlos Luz (inclusive) continuando pela Avenida Mato Grosso (exclusive) até a intercessão com a Avenida Presidente Marques, seguindo por esta (exclusive) até a intercessão com a Avenida Getúlio Vargas continuando por esta (exclusive) até a Praça Barão de Maracaju (exclusive), continuando pela Avenida 31 de Março (exclusive) até o ponto inicial. (Cuiabá, 2007).

² Condições se expressam na expansão urbana de Cuiabá em ritmo acelerado no momento atual, pois sua área urbana extrapolou a área antes chamada de "periferia", fazendo com que esta se tornasse rapidamente parte da área central da cidade. E estão localizados os bairros que foram urbanizados pelo Projeto CURA: Quilombo, Araés e Lixeira (Vilarinho Neto, 1983).

³ Lei nº 1.004, DE 23 de-08- 1967. Passará a denominar-se Bairro Duque de Caxias os seguinte Bairros: Mãe Bonifácia, Morro do Querosene e Bairro do Toma. In: leismunicipais.com.br mt/c Cuiabá/lei ordinária/1967.

córrego quanto o parque são lugares que remetem à memória da personagem, pois adquiriram no tempo presente certa visibilidade – ainda que, no passado, tenham sido associados com os estigmas racistas. Como disse Neves (2007, s/p):

Tais lugares de memória são uma construção histórica e o interesse que despertam vem, exatamente, de seu valor como documentos e monumentos reveladores dos processos sociais, dos conflitos, das paixões e dos interesses que, conscientemente ou não, os revestem de uma função icônica.

Figura 1: Parque Mãe Bonifácia



Fonte: Câmara Municipal de Cuiabá (2020)

MÃE BONIFÁCIA ENTRE A HISTÓRIA DE ONTEM E HOJE

Trazer à tona, através desta escrita científica, a história da população negra, implica, inicialmente, despir-se do colonialismo, o que é seguido de um trabalho minucioso de associar informações. Comumente, existe muita dificuldade de encontrar registros oficiais sobre Mãe Bonifácia. Em decorrência disso, cabe aos pesquisadores a busca por documentos que lancem luz à sua história.

O apagamento e invisibilidade do negro na história, apesar de avanços nas pesquisas recentemente desenvolvidas, ainda é uma cicatriz colonial persistente no Brasil. Sem uma história oficial, muitos personagens negros figuram a memória social através do fio condutor da oralidade, por meio do qual se percebem aspectos da sua vida e feitos de certos grupos e localidades em que a história da personalidade negra se inscreveu.

A perspectiva branca colonial e patriarcal incide de forma ainda forte no apagamento da presença da mulher negra na história, imprimindo uma falsa ideia de pouca participação desses sujeitos nas lutas por emancipação da população negra e na contribuição na formação cultural e econômica do Brasil. Foi o que se sucedeu com Mãe Bonifácia: uma personagem da história que está na memória social e entre um cruzamento e outro de informação, passando a configurar uma personalidade da nossa história.

Algumas das informações disponíveis sobre Mãe Bonifácia apontam para a existência de uma mulher à frente de seu tempo, presente em movimentos sociais e articulada para garantir sua sobrevivência e dos negros que procuravam seu apoio.

Mãe Bonifácia conseguiu a façanha de estabelecer-se num espaço em que podia movimentar-se e estabelecer relações com o seu entorno. A partir dessas relações e movimentos, ganhou notoriedade, e seu nome atravessa o tempo histórico, sendo reconhecida como líder espiritual, rezadeira e parteira. Sua influência local foi tamanha que chegou a ser homenageada no nome de um bairro, ainda que este tenha sido posteriormente substituído.

Ainda, por seu apoio aos negros escravizados fugidos, Mãe Bonifácia contribuiu na reorganização de negros para resistir em uma sociedade contrária às suas existências. Não se pode perder de vista os aspectos históricos e geográficos da influência de Mãe Bonifácia. A localidade em que ela viveu tinha um papel militar, mas também tinha proximidade com o espaço dos desvalidos da época. Por esta razão, é um território que atualmente carrega o nome de “Quilombo”.

Pode-se dizer que Mãe Bonifácia adentra o rol de personalidades negras com atos que propiciaram a liberdade de grupos negros, contribuindo também para a formação da comunidade negra que hoje existe em Cuiabá.

ATRAVESSANDO O TEMPO: MARCAS HISTÓRICAS ATRAVÉS DE MONUMENTOS E DOCUMENTOS

Mãe Bonifácia faz parte da memória popular no espaço citadino desde o século XIX, até então invisível e rotulada pelos estigmas racistas no meio social. Ela ganha relevância na história local a partir da década de 1990, em decorrência da persistente memória local do lugar em que ela viveu – e outrora serviu de base militar.

Nesse contexto, o parque que leva o seu nome surgiu no momento em que a capital mato-grossense passou por processos de reurbanização, mais precisamente o da década de 1990. Houve, além disso, uma migração acelerada, que provocou um verdadeiro inchaço urbano na periferia da Grande Cuiabá, além de mudanças (Mendes, 2014, p. 501).

Observamos que, pela dinâmica da sociedade cuiabana, surgiram outros parques⁴. Assim, na década de 1990, houve na capital mato-grossense a proliferação de monumentos⁵, ou seja, vários

⁴ O parque Estadual Zé Bolo Flô homenageia um personagem que vivenciou no cotidiano cuiabano mostrando suas artes, seus modos de ser e de viver. O referido parque surgiu em 2000, com 66 hectares de cerrado, conforme o Decreto-lei nº 1.693. Houve também a criação do Parque Estadual Massairo Okamura, através da Lei nº 7.506/01, de 21 de setembro de 2000. As áreas dos parques estão associadas à promoção da saúde e bem-estar da população, bem como a preservação do meio ambiente.

⁵ Entre os monumentos está Maria Mendes, localizada em frente ao quartel de Infantaria Motorizada (44º), a estátua dos três adolescentes assassinados no Beco do Candeeiro e a estátua da deusa Themis, obra do artista plástico Jonas Correa (1997), que representa a justiça e está assentada na Praça da República.

personagens, até então sem visibilidades no meio social e ausentes da historiografia mato-grossense, ganham espaço. É partir dessa configuração que surgiu a figura da Mae Bonifácia, em 2006.

Os fluxos migratórios (gaúchos, paranaenses, catarinenses) e emigratórios do Estado de Mato Grosso entre 1960 e 1980 são assim descritos por Mendes:

Cuiabá apresentou um incremento demográfico de 268% e viu sua população passar de 57.860 moradores para 212.984 habitantes. Em Várzea Grande o crescimento foi ainda mais expressivo, de 594%, com seus 11.044 moradores em 1960 saltarem para 76.676 habitantes em 1980 (Mendes, 2014, p.5).

Nesse contexto, Cuiabá foi considerada o portal da Amazônia; de “eterna capital de Mato Grosso” se torna repentinamente uma jovem capital, revitalizada em razão do desenvolvimento flagrante (Amedi, 2012, p.54). Diante da expansão citadina, a divisão de bairros se fez necessária; na década de 1970, essa divisão se deu com a Lei Municipal de nº 1315. Nesse contexto surge o bairro Quilombo. Porém, o início da década de 1980, para Amedi (2012), gerou a preocupação com a perda de uma “identidade cuiabana”, pois iniciaram-se alguns movimentos pela valorização da cultura local, principalmente em razão da vinda dos novos imigrantes e da crítica destes aos costumes locais.

As transformações da paisagem urbana de Cuiabá – visando a sua modernização, por meio de obras, como a construção de prédios públicos, edifícios residenciais e empresariais e novos bairros, a abertura de avenidas e viadutos, alterou o traçado das ruas, a canalização de córregos e a reforma das praças, provocando mudança nas maneiras da população viver, trabalhar e transitar pela cidade (Amedi, 2012, p.139)

Vários movimentos sociais incentivaram a preservação dos bens e valores cuiabanos, como culturas, danças e festas de santo, que passaram a ser consideradas.

As festas de São Benedito e do Divino, as danças típicas do cururu e do siriri, a viola de cocho eram “resgatadas” e redimensionadas, tombamento de prédios no centro histórico, ações voltadas para a construção de museus e de centros de memória. Há também a proliferação de discursos sobre a memória.

Pela cidade cuiabana foram difundidas as artes plásticas, esculturas e pinturas nos muros e viadutos, bem como estátuas de personagens populares cuiabanos, o que culminou na criação do Centro Cultural. No Brasil, na década de 1990, surgiram novas forças do movimento negro, como a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) e a Marcha de Zumbi, em 1995. Esse cenário coincidiu com o fim do *Apartheid* na África do Sul, quando despontou a figura de Nelson Mandela.

O monumento de Mãe Bonifácia não é inócuo, pois a construção da imagem e da história da personagem surge quando as questões raciais ganharam espaço, a exemplo, temos a Lei nº 10.639/2003, que autoriza a história e cultura afro-brasileira na Educação Básica Brasileira.

É necessário levar em conta a visibilidade da mulher afrodescendente na história mato-grossense, ainda que, desde o período imperial, Mãe Bonifácia já fizesse parte do cenário local. No que diz respeito ao Parque Mãe Bonifácia, o decreto estadual n. 1.470, de 9 de junho de 2000, legalizou o local enquanto parque, o qual permaneceu com o topônimo da figura feminina, ícone da história afro-cuiabana.

A estátua de Mãe Bonifácia foi composta a partir da memória afetiva no olhar de seu escultor, o paranaense artista plástico Jonas Correa, pois não havia e nem há imagens e fotos da personagem como referência. Mãe Bonifácia apresenta um perfil físico robusto, dando a ideia de mulher forte, da mãe que cuida e protege, como mostra a representação em que segura a mão do escravizado. Numa conversa informal com Jonas Correa (2024), o artista contou sobre a construção da escultura.

Figura 2: Mãe Bonifácia



Fonte: arquivo das autoras (2024)

Para esculpir a estátua, Jonas buscou inspiração na memória afetiva de sua infância; rememorou o lugar onde foi criado no interior do Paraná, Pinhalão. O parâmetro de que se valeu para construir a estátua foi a imagem de Maria Quirina. Segundo o artista, Maria Quirina era mulher acolhedora, descendente de escravizados, cujo aconchego ele pode ainda sentir, pois, na sua infância, brincava em volta da casa de Maria. Assim, valendo-se das suas memórias de infância, Jonas se apropriou também dos vários relatos dos moradores cuiabanos sobre Mãe Bonifácia, a fim de que esculpisse o monumento.

O monumento é um documento criado intencionalmente, conforme Le Goff; faz parte de uma construção discursiva de uma sociedade permeada pelas relações de poder. Como os monumentos

são também documentos na perspectiva da história, como tal eles desafiam leituras e interpretações (Neves, 2007).

Ainda que os documentos oficiais sejam escassos, isso não exclui a ideia de que Mãe Bonifácia fez parte do período da escravidão em Cuiabá. No processo de fuga da escravização, o caminho das águas era essencial para não deixar rastros. Assim, teria sido através do leito de um córrego, que se situava nas proximidades da estrada que dava acesso às vilas de Nossa Senhora da Guia, Brotas e Diamantino (Alencastro, 2003, p. 75).

Desse modo, a área onde o parque se encontra no presente, o bairro Quilombo e seu entorno e o córrego são, desde a década de 1860, locais que indicam uma geografia de rotas de fugas dos escravizados. A história desses três lugares convida-nos a pensar na sua protagonista: Mãe Bonifácia.

A história de Mãe Bonifácia reverbera no meio social, paira na memória coletiva de forma consolidada, fazendo parte da cultura cuiabana. Isso porque a memória é constituída de personagens. De acordo com Polack (2012), existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança que pode ser uma lembrança pessoal; e esses lugares podem se tornar a memória da memória. O parque pode ser considerado o lugar de apoio à memória de Mãe Bonifácia e de um período em que ela viveu. De certo modo, interpretando Nora (2003), o espaço da memória cristalizou Mãe Bonifácia, uma vez que prioriza os valores da sociedade cuiabana de um determinado período histórico.

Assim, o parque se tornou um lugar de memória, que desafiou a história oficial ao trazer Mãe Bonifácia para a história de Cuiabá.

MEMÓRIAS E HISTÓRIAS SOBRE MÃE BONIFÁCIA

Para debater a história de Mãe Bonifácia, citamos o professor e escritor cuiabano Francisco Alexandre F. Mendes (*in memoriam*) e o Geógrafo Anibal Alencastro, além dos sites em que pesquisadores dão dimensão territorial da mobilidade da personagem.

Francisco Alexandre publicou no Jornal de Mato Grosso de Cuiabá de n. 3.360, em 1960, sobre a personagem Mãe Bonifácia que vivia próximo ao córrego do caixão: “À margem da estrada, que continuava a antiga rua dos ‘Tocos’, hoje Marechal Floriano Peixoto, na direção do ribeirão ‘Despraiado’, num lançante coberto de cerrado basto” (O Mato Grosso, 1960). Segundo o autor, essa informação foi adquirida através de moradores cuiabanos nascidos na década de 1880 e descendentes de pessoas que conheceram Mãe Bonifácia.

Assim diz Francisco Alexandre.

[...] residiu a preta Bonifácia, cuja crônica ouvida de um dos antigos cuiabanos, nascidos em 1880, ainda de memória lúcida, afirma não ter sido escrava e que vivia dos recursos, que os

produtos da sua arte de ensinar crivo e trabalhos de “rendas de bilro” às moças da cidade e também da pequena horta que cultivava, lhe proporcionavam.

Essas informações dão conta da articulação da personagem com a sociedade não escrava, indicando que a sua permanência no território não configurava um problema.

Mendes (1960) ouviu relatos dos moradores antigos nascidos em 1880, segundo os quais Mãe Bonifácia não era escrava. Já Alencastro (2004, p. 76) ouviu, nos anos 1950, histórias de moradores que afirmaram ter Mãe Bonifácia a condição de escravizada. Além disso, eles afirmaram que ela residia próximo ao Córrego do Caixão, região que posteriormente tornou-se área do exército (*stand* de tiros). Entre as abordagens citadas, observam-se duas versões. De acordo com Alencastro (2004), surgiram, nas décadas de 1950, nas proximidades da moradia, chácaras do senhor Barroso, do tenente Otacílio e do saudoso Holanda. Mestre Anacleto Bento Oliveira, descendente de escravizado que residiu no quilombo, disse ao autor, nos anos 1950:

No nordeste da cidade, havia uma mata densa onde encontrava-se um reduto de escravos foragidos identificados como quilombo, e nessa localidade existia uma velha negra, também escrava e pela sua idade avançada ninguém mais a importunava. Por outro lado, a velha era requisitada pelas suas práticas de curandeirismo. Esta era a escrava mãe Bonifácia (Alencastro, 2004, p.75).

Francisco Alexandre (1977), em sua obra “Lendas e tradições cuiabanas”, descreve uma região da cidade emitindo opinião pejorativa, apontando-a como um lugar perigoso e associando-a ao quilombo:

A região do taboleiro da Boa Morte até o caminho do Despraído, era toda coberta de espesso arvoredo, onde outrora se formou perigoso reduto de negros criminosos foragidos das minas do Ribeirão da Ponte e do morro da Prainha, derivando daí o nome Quilombo, dado ao bairro nortista da cidade (Mendes, 1977, p. 75).

Evangelhista (2023) aponta a existência dos vários caminhos, as rotas de fugas:

O local onde vivia Mãe Bonifácia era uma espécie de paragem de descanso e abastecimento para que os fugitivos seguissem viagem para o maior quilombo de todos da região o Quilombo do Manso, que se encontra atualmente submerso pela barragem de mesmo nome. Então esse eixo do Córrego da Prainha para fora do espaço urbano de Cuiabá, como afirmou o grande historiador cuiabano Carlos Rosa, eram de territorialidades africanas, notadamente os nomes dos lugares remetem a essa história, Baú Sereno, Lixeira, Araés, Quilombo, passando pela Cruz de Shilon, Lava-pés e Mãe Bonifácia. São na verdade, antigas rotas de fugas próximas ao microambiente urbano da Vila Real de Cuiabá (Evangelhista, 2023).

Quanto às habilidades, Mendes (2018), fundamentado na crônica de Francisco Alexandre F. Mendes (1960), destaca:

Seus peças artesanais eram muito requisitadas pelas famílias cuiabanas, garantindo-lhe vida confortável para os padrões de sua classe social, além da formação de pecúlio (materializado em objetos de prata e ouro). Não obstante, era conhecida pelos préstimos e generosidade, razão pela qual os cuiabanos lhe chamavam de “Mãe Bonifácia”.

Podemos observar que, se em algum momento Mãe Bonifácia foi escravizada, garantiu a sua sobrevivência graças às suas habilidades. A isso podemos atribuir o perfil de uma mulher livre e/ou alforriada, ou a protagonista teria sido uma escrava de ganho?

Também encontramos dados sobre Mãe Bonifácia nas narrativas da professora Chirley R. Taveira, que rememora as histórias que seu avô contava. Dona Chirley reside na Rua Otilés Moreira (antes denominava Mãe Bonifácia) e nos contou que o Sr. Fanor Ivan de Araujo (*1888 +1978) era descendente afro-brasileiro, sua mãe foi escravizada, estudou no Real Trem de Guerra - Companhia de Aprendizes (Sesc Arsenal), se tornou professor de escola rural e músico, e sempre contava histórias para a família sobre a personagem. Segundo a professora Chirley, seu avô Fanor conviveu com centenas de pessoas que foram escravizados nas usinas, outros em casas de famílias ricas. Essas pessoas contavam sobre a vida da escravidão, responsáveis pelo recolhimento e despejo da urina e fezes de muitos moradores da antiga Cuiabá e muitos fugiam para as matas, algumas próximas de dois córregos: um deles era chamado, àquela época, de Córrego do Caixão e anos depois passou a ser chamado de Córrego Mãe Bonifácia. Ambos os córregos desembocam no Córrego Ribeirão da Ponte. Segundo Fanor, esse local era o paiol de pólvora. Ali vivia a velha preta africana que curava os escravos fugitivos, chamada de Mãe porque dava proteção, cuidado e apoio a todos os foragidos, um porto seguro para aqueles que ali chegavam. Segundo a professora Chirley, seu avô Fanor dizia que, na região em que vivia Mãe Bonifácia, foram construídas casas de adobe coberta com folha de coqueiro. Depois de curados, os pretos africanos cuidavam da roça de arroz, mandioca, feijão, banana e abóbora. A região era rica em caça e frutas, como pequi, araticum, gabioba, coroa de frade, cagaita, ingá e gravata. Pela memória da professora encontramos a narrativa do srº Fanor, que revela as formas de sobrevivências e a liderança da mãe protetora. A entrevistada também acrescentou que a quadra de esporte localizada na Praça existente entre a Avenida 31 de Março e a Rua Presidente Mascarenhas de Moraes, no Bairro Duque de Caxias recebeu o nome de professor Fanor Ivan de Araújo e encontramos a Lei de Nº 2.499, de 18 de dezembro de 1987, proposta do vereador Roberto Nunes no governo de Dante Oliveira.

Para Mendes (1960), o local onde Mãe Bonifácia morou tornou-se, após seu falecimento, um lazareto para os enfermos da epidemia da varíola, de acordo com o Presidente de Província de Mato Grosso José Vieira Couto de Magalhães.

A casa de Mãe Bonifácia, transformada naquela situação angustiosa, a 18 de julho de 1867 em lazareto, por ordem do presidente da província, Dr. José Vieira Couto de Magalhães, passada a pandemia, ficara deserta para sempre e o mato crescendo nos flancos foi aos poucos invadindo-lhe o interior, transformaram o velho recanto em ruínas. Mais tarde o presidente General Manoel de Almeida Gama Lobo d'Eça, Barão de Batovi, determinou a construção no local junto à tapera, de um “Paiol”, para armazenar pólvora que se fabricava no “Coxipó do Ouro” (O Estado de Mato Grosso, 1960).

Sobre o falecimento de Mãe Bonifácia, a pesquisadora Neila Barreto encontrou, em 2024, uma certidão de óbito na cúria metropolitana de Cuiabá. Ela considerou que os dados do registro se referem a protagonista Mãe Bonifácia. Barreto afirmou que: “com esse documento de morte, você tem uma luz do período que ela viveu”. Assim diz o documento.

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de 1867, faleceu nesta paróquia com o sacramento de penitência, Bonifácia de 80 anos de idade, solteira, natural desta cidade escrava de dona Leopoldina Gama Silva foi sepultada no cemitério da cidade. E para constar fiz este assento (Conego José Jacinto da Costa Silva Barbosa).

É interessante confrontar as informações. Vale, primeiramente, refletir sobre as duas versões: a de Francisco Alexandre (1960), cujos relatos de moradores negam que a personagem não era escravizada; e a de Alencastro (2004), com a afirmativa de que Bonifácia era escrava e alforriada. Se considerarmos a hipótese de que ela não era uma escravizada, temos vários impasses com as abordagens que foram construídas ao longo dos anos. O primeiro deles é a versão de Mendes (1960), que mostra o falecimento “em junho de 1867”. Se a certidão de óbito for de Mãe Bonifácia, o registro mostra o óbito no mês de fevereiro de 1867; os meses não são os mesmos, embora possa ter ocorrido erros na elaboração da certidão.

Para Mendes (1960), a protagonista faleceu da epidemia da varíola, doença que atingiu Cuiabá e gerou mortandades e outros problemas durante a Guerra do Paraguai em 1867, período denominado por Volpato de “Apocalipse cuiabano”. O primeiro caso de varíola em Cuiabá de que se tem registro ocorreu em 29 de junho de 1867 (Freitas, 2022, p 60) embora possa ter ocorrido falecimentos pela varíola sem registros.

No dia 29 do mês passado faleceu no Hospital Militar desta Cidade o Soldado do Batalhão de Voluntário da Pátria nº 5 Antônio Felix, com todos os symptomas de haver sucumbido victima de varíola. Este soldado é um dos que vierão ultimamente em diligencia de Corumbá,

onde segundo consta grassava tão terrível mal (Ofício do Coronel Hermenegildo Portocarrero, 1867 in: Freitas, 2022, p. 60).

Na época as condições insalubres da cidade, os problemas sanitários e as doenças sempre foram pautas dos governantes, e o cenário epidêmico acentuou a proliferação. A fim de evitar que a epidemia se alastrasse mais ainda, uma das tentativas das autoridades foi criar o cordão sanitário, e foi nesse contexto que surgiu o Cemitério de Nossa S. do Carmo, o Cai-Cai. Moutinho (1869) relata que, naquele episódio da história cuiabana, corpos eram atirados nas ruas, causando maiores contaminações pela cidade. Como eventual solução, foram abertas valas para cremação de cadáveres. Durante os anos de 2020 e 2021, vivenciamos a pandemia da COVID-19, momento em que a população precisou conviver com as alterações nos funerais, sendo necessário manter o distanciamento, situação que carrega semelhanças com o momento aqui descrito (Freitas, 2022, p.65).

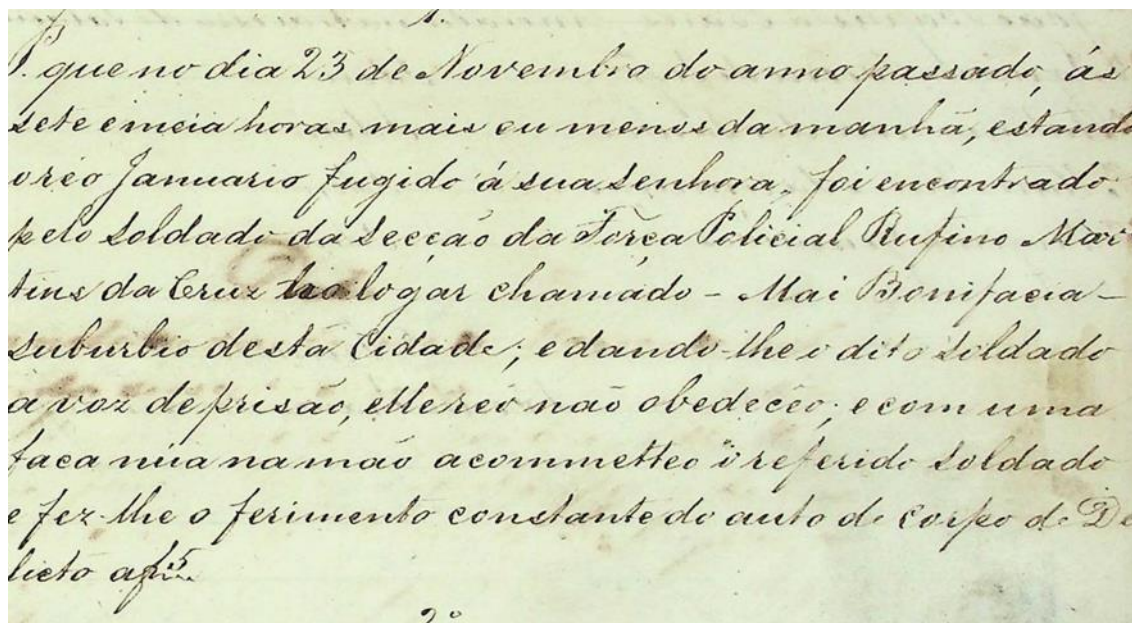
De acordo com Mendes (1960), Mãe Bonifácia, ao adoecer, foi até a cidade “em busca de recursos médicos, morreu ignorada e não há quem pudesse informar o local exato onde morreu e onde foi sepultada”. Esse fragmento difere da certidão de óbito. Assim, questionamos: se Mãe Bonifácia faleceu de varíola, a mesma teria recebido algum sacramento pela Igreja? Os cuidados com a epidemia na época exigiam o distanciamento social, alteração nos modos de enterrar – como os corpos jogados nas valas do cemitério de Nossa Senhora do Carmo do Cai-Cai, entre outros. A confrontação dos indícios nos revela contradições. De outro modo, é possível considerar que Mãe Bonifácia pode não ter sido vítima da epidemia, mas a condição de escravizada citada no registro de óbito e o modo de viver na mata, conforme relatos orais, sugerem outras indagações.

Quanto à ideia de Mãe Bonifácia ter sido escravizada e/ou alforriada, é preciso considerar as várias condições para que alguém pudesse usufruir de sua liberdade. Se a personagem era escravizada de alguém e obteve a alforria, isso deve ter ocorrido em tempos que antecedem a data que demarca o registro do falecimento da certidão de óbito. O modo de viver relatado nas fontes orais apontado por Mendes (1960) e Alencastro (2003) denota uma mulher livre ou alforriada. Para Volpato (1993), nem sempre a alforria representava a liberdade concedida de forma definitiva; havia várias exigências que envolviam o libertador e o libertado. Entre as variedades de alforrias (Goldschmidt, 2010, p. 123), havia a onerosa, que era paga; a condicional, quando o proprietário viesse a falecer; a que era concedida pela afetividade, entre outras. Outra hipótese é: se Mãe Bonifácia era uma escravizada, seria ela uma escrava de ganho? Esses são alguns dos enigmas a serem desvelados sobre a protagonista, pois os fatos são questionáveis e o documento não é algo pronto e acabado.

Quanto à existência da Mãe Bonifácia, verificamos no registro do Tribunal de Relação de 1864, cujo documento revela um escravizado de dona Ana Joaquina Correa que fugiu e foi encontrado pelo soldado da força policial Rufino Martins da Cruz, num local denominado Mãe Bonifácia. O

assunto é apontado nos estudos de Volpato (1993, p. 162) e a valiosa leitura nos permitiu a busca da fonte histórica. No documento abaixo está a informação **do local Mãe Bonifácia**; por se tratar de um documento extenso (90 páginas), foi extraído apenas o fragmento. Em várias páginas do registro, o local é citado, mas em uma das páginas, a polícia, ao fazer o interrogatório, fez vários questionamentos ao escravizado Januário, entre eles sobre o local quando o mesmo foi encontrado, e a resposta foi: “*Estava no local denominado May Bonifácia no subúrbio da cidade que vinha do Ribeirão parei num pequeno córrego que se achava banhando e nesse ato chegou o soldado*”.

Figura 3: Processo crime



que no dia 23 de Novembro do anno passado, ás sete e meia horas mais ou menos da manhã, estando o réo Januário fugido á sua senhora, foi encontrado pelo soldado da Secção da Terceira Policial Rufino Martins da Cruz no lugar chamado - Mãe Bonifácia - Subúrbio desta Cidade; e dando-lhe o dito soldado a voz de prisão, elle não obedeceu, e com uma faca na mão acommetteo o referido soldado e fez-lhe o ferimento constante do auto de corpo de Delicto ap.º

Fonte: Documento do Tribunal de Relação (1864)

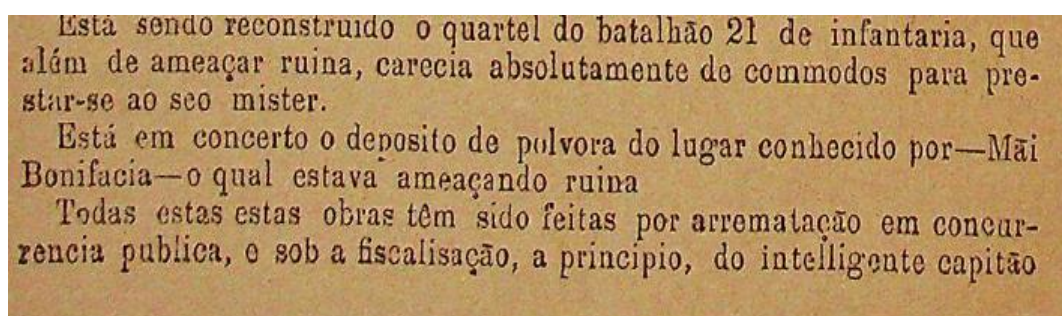
A partir deste documento, observamos que Mãe Bonifácia já fazia parte da memória social, sendo reconhecida pelas autoridades políticas bem antes do ano de 1867 – que, para alguns, demarca seu falecimento. O documento é, antes de tudo, um acontecimento, grande ou pequeno: ou seja, o documento pode ser definido como todo acontecimento que deixou, até nós, uma marca material (Veyne, 1998). Outro aspecto a ser considerado é que Mãe Bonifácia não estava só no imaginário popular, mas se inscreveu na história do Estado, contrapondo a ideia da ausência de mobilidade negra no período escravocrata. Algo inimaginável, até então. A sua história tem uma força ancestral, que nos faz pensar as estratégias utilizadas pelos negros para se reinventarem e se estabelecer na sociedade. Os esforços sobre-humanos para existir, articular entre os seus a sua sobrevivência e de seus descendentes. É sobre essa história negada que ecoa a história de Mãe Bonifácia.

A história do negro não é individualizada. Ela traz à tona um período histórico em que vigorava um sistema econômico perverso, construído para subjugar a população negra, exaurir seus

corpos com a exploração e silenciar a sua história. Além disso, aos sobreviventes foi negada a história dos seus antepassados. Vejamos os documentos seguintes:

Outro documento analisado apresenta a denominação de Mãe Bonifácia para o local onde havia um depósito militar, demonstrando a forte ligação da mesma com o território. O relatório do Presidente de Província Barão de Batovi, que governou a província de Mato Grosso entre os anos de 1883-1884, relata as várias obras em instituições militares, entre elas o conserto do depósito de pólvora. Assim ele diz:

Figura 4: Relatório do Presidente de Província Barão de Batovi



Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso

Em Cuiabá, a fábrica⁶ de pólvora localizava-se no Coxipó do Ouro, a 25 km da cidade, margem direita do Rio Coxipó. O paiol onde estava o depósito de pólvora foi área militar até 1978, onde hoje é o Parque Estadual Mãe Bonifácia. O acesso entre a área do paiol de pólvora ao atual 44º Batalhão (antigo 16º B. de caçadores) era pela Estrada Mãe Bonifácia, que hoje se chama Rua coronel Otilio Moreira e dá acesso para uma das entradas do parque.

O depósito ficava afastado da cidade em virtude do perigo representado pela pólvora, sendo alojado nos locais periféricos. Para armazenar materiais militares, havia o Arsenal de Guerra⁷, localizado na região de Pedro II (Porto). Tratava-se de vasto edifício de forma quadrangular, construído de pedra e tendo no centro um espaçoso pátio; ali eram guardadas as armas e munições enviadas a Cuiabá pela Coroa Imperial para defesa das fronteiras (Castelnau, 2000, p. 319). O Arsenal, além de servir para o armazenamento de armamentos e fardamentos devido à presença de muitos militares, também serviu para outras funções, como a Companhia de Aprendizes (Castrillon, 2023, p. 111). Podemos observar, no relato do Presidente Província Barão de Batovi (1883), a lista

⁶ Patrimônio Cultural, da Secretaria de Cultura do Estado. tombado desde 2008.

⁷ O Arsenal localizava-se na área do São Gonçalo, onde hoje é o Bairro do Porto, mais precisamente onde se situa o prédio do SESC Arsenal. Cuiabá tinha, naquela época, dois núcleos urbanos: a da Sé (região central) e a de São Gonçalo de Pedro II (2º Distrito, região do Porto).

com o número de pessoas, a força de linha, os destacamentos da província (quarteis - as unidades militares)⁸ e os locais.

Figura 5: Relação de destacamentos da província

Colônia militar de S. Lourenço..	17
São Miguel.....	10
Barreiros-de-Baixo.....	18
Sangrador-grande.....	15
Villa do Diamantino.....	8
Villa do Rosario.....	13
Acampamento— Couto Magalhães	3
Rio Grande.....	18
Ponte-de-Pedra.....	14
Fabrica de polvora.....	2
Mãe Bonifacia.....	3
Deposito de polvora.....	1
Forte de Coimbra.....	47
Forte Junqueira.....	1
Foz do Apa.....	12
S. José de Herculanica.....	12
Bahusinho.....	16
Deposito de polvora de Corumbá..	4
Estrada de Bolivia.....	4
Rio-Branco.....	4
Colônia de Albuquerque.....	3
Villa de Miranda.....	15
Sant'Anna do Paranahyba.....	17
Ponta-Porã.....	8
Rinconada.....	2
Passo da Bella-Vista.....	9
Colônia dos Dourados.....	2
Colônia do Brilhante.....	7
Colônia de Miranda.....	2
Cidade de Matto-Grosso.....	61
Sucuriú.....	13
Casalvasco.....	7
Jauri.....	12
Corixa.....	12

Fonte: Relatório do Barão Batovi (1884); APMT

Em 1871, o Presidente de Província Francisco José Cardoso Junior destacou o deposito que diz o seguinte:

Figura 6: Presidente de Província Francisco José Cardoso Junior

Deposito de polvora na Mãe Bonifacia.

Este edificio, nos suburbios da capital, carece de grandes concertos.

O director do arsenal já alli fez os necessarios exames e em vista de informações por elle ministradas, resolverei acerca das obras indispensaveis.

Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso-APMT

⁸ As áreas citadas no documento, como a Estrada da Bolívia, Jauru, Corixa, Caissara e Casalvasco fazem parte da região de Cáceres na época Vila Maria do Paraguai.

Acrescenta-se também outro vestígio sobre o referido nome do paiol, mencionado num ofício do major do exército referente ao contrato enviado ao diretor de obras militares da província mato-grossense em 1872 Luís Francisco Henrique que diz o seguinte: *Termo de contrato para concertos o do paiol da pólvora da mae Bonifácia a seo guarda fogo. Ilmº presid. Comandante das armas da província 06-12-1872*. No jornal o Republicano de 1920 encontramos novamente a publicação sobre a necessidade do reparo do paiol Mãe Bonifácia, em quase todos os documentos apontados, observamos que sempre são mencionados a necessidade do reparo do paiol.

Figura 7: Ruínas do Paiol Mãe Bonifácia



Fonte: Mendes (2018)

Levando em conta o nome do paiol denominado Mãe Bonifácia descrito nos documentos das autoridades políticas, o registro do Tribunal de Relação a lista dos destacamentos militar e o nome do Bairro Mãe Bonifácia que foi alterado em 1967, deparamo-nos com registros que enfatizam a nomenclatura Mãe Bonifácia. Isso significa que a personagem era reconhecida pelos populares e pelas autoridades políticas, ainda que o local fosse considerado ermo e repleto de lendas estereotipadas. Por outro lado, se o registro de óbito é da personagem em estudo, por que no registro clerical não consta a nomenclatura Mãe? Atualmente verificamos que a cartografia da cidade e no Bairro Duque de Caxias localizado nas proximidades do parque consta o loteamento aprovado em 6 de setembro de 1952, chamado de Paiol de Pólvora, ou seja, um fragmento de uma história do passado presente nos dias atuais, que rememora a ancestralidade.

Evangelhista (2023) escreve que,

[..] a fama de feiticeira de Mãe Bonifácia assustava os aventureiros em busca de recapturar os escravizados fugitivos, pois na pequena Vila havia muitas lendas sobre os poderes Mágicos de Mãe Bonifácia. O fuxico corria solto de boca a boca em muitas histórias mirabolantes: diziam que se alguém numa captura se encontrasse com ela, ficava cego para sempre ou que a pessoa caía em desgraça e que a mesma tinha inclusive o poder de desaparecer na mata. Até hoje a quem acredite que o espírito dela ainda habita naquelas

paragens vagando entre as árvores de noite. E por isso seu quilombo era respeitado pelas autoridades locais e cada vez mais sua liderança era conhecida entre os escravizados que almejavam viver em liberdade no Quilombo da Mãe Bonifácia.

Já foi dito que, na época em questão, quilombo era sinônimo do malefício, um espaço repleto de gente desordeira. Imaginemos uma mulher afrodescendente com poderes sobrenaturais, mais precisamente o de feiticeira, liderando a área de mata, características que possivelmente a desqualificavam.

Por outro lado, é complexo e instigador pensar que o reduto onde a personagem morava era um quilombo. Com fundamento na política dos presidentes de Província de Mato Grosso, os quilombos de todas as vilas e cidades sempre foram locais perigosos. Partindo do pressuposto de que, naquela época, as autoridades combatiam a existência dos quilombos, questionamo-nos: as autoridades deixariam Mãe Bonifácia liderar um quilombo?

O tema quilombo também é um assunto evidenciado com veemência nos relatórios dos Presidentes de Província de Mato Grosso, na expectativa de que fossem destruídos. Todavia não encontramos, na nossa pesquisa, documentos que evidenciem um quilombo com a nomenclatura Mãe Bonifácia, assim como também não consta nos relatos pesquisados a preocupação das autoridades políticas com um quilombo na região em que Mãe Bonifácia atuava, nem mesmo incômodos com a sua presença. É importante observar que a localização onde vivia a personagem era um reduto de negros desvalidos, e que os caminhos das águas eram possíveis rotas de fugas para as áreas de quilombos distante de Cuiabá, como o do Manso. Possivelmente a concentração de negros no entorno do parque após a abolição deu um arranjo de quilombo, talvez não na mesma perspectiva conceitual existente na época da escravidão, uma vez que a presença africana no período colonial em Cuiabá demarcou intensas relações entre Brasil e África (Rosa, 2003, p. 38). Pereira (2015) considera que a capital no século XIX era uma cidade negra. De todo modo, mesmo em situação de subalternação numa sociedade escravista, os negros construíram arranjos para organizando espaços de sobrevivência. Questionamos a ideia de que o respeito pela liderança da mulher negra na mata estava na fama dos poderes mágicos da Bonifácia feiticeira: isso teria afastado as possibilidades de impedirem sua atuação no local? Todavia, em um sistema econômico que investia contra as manifestações dos negros como foi o caso do escravizado Januário, o paiol tinha o nome de Mãe Bonifácia e as autoridades políticas a conheciam; nessa perspectiva, não encontramos, nas documentações pesquisadas, abordagens contra a atuação da personagem.

Esse imaginário pode ser uma construção que envolve os preconceitos sobre a religiosidade de matriz africana. Existem lendas sobre Mãe Bonifácia. Segundo Mendes (1960), havia a notícia da existência de um “*enterro*” feito por Mãe Bonifácia, quando escondeu todas as joias e mais peças de ouro, anéis e pedras preciosas num caldeirão de ferro, o qual enterrou nas proximidades de sua

moradia. No entanto, se isso se sucedeu ou não, Alencastro (2003) aponta nada ter sido encontrado como registro.

Desse modo, outras questões surgiram: o que fez Mãe Bonifácia para que sua imagem aparecesse nos documentos elaborados pela justiça, pelo Presidente de Província e pelo major do exército, estando tão difundida na memória social? Quais foram as situações que geraram os boatos que moradores revelavam ou criavam sobre Bonifácia, como mostraram Alencastro (2003) e Mendes (1960)? Podemos dizer, contudo, que Mãe Bonifácia era articulada, o que garantiu a sua presença no território, contrapondo a história oficial e a lógica do sistema escravista, bem como a organização de comunidade negra na localidade, naquele período.

Com a valorização da história do negro e os acontecimentos políticos internos, buscou-se fortalecer ícones da história local, como é caso de Mãe Bonifácia. Outro aspecto a observar é a genialidade da história de uma mulher que conseguiu atravessar o tempo, rompendo o imaginário coletivo de um negro estático, de não construir novas relações em uma sociedade escravocrata. De todo modo, mesmo em situação de subalternação, os negros construíram arranjos para sobrevivência à margem da sociedade escravista, organizando espaços de liberdade.

Podemos aventar que a junção do passado com o presente constitui diferenças e semelhanças que fortaleceram não somente a imagem de Bonifácia, mas também o pertencimento local, pois o tempo histórico é constituído da experiência humana e o parque inspira lazer, a beleza do cerrado, histórias e lendas. Quanto à escolha do nome do parque, isso pode estar associado à valorização da mulher e do movimento social negro, bem como às questões raciais, que ganharam espaço na sociedade brasileira a partir da década de 1990. Estes eventos podem ter motivado as autoridades políticas de Cuiabá a nomearem o parque em homenagem ao passado, evidenciando a cultura afro-brasileira.

REPENSANDO O ENSINO E A MULHER NEGRA NA HISTÓRIA

O estudo aqui apresentado permite reflexões sobre a participação da mulher negra na história. A resistência à escravidão é o seu legado. Suas contribuições se dão em vários espaços e contextos. Estudos atuais apontam as mulheres no contexto da escravidão como construtoras de culturas, com habilidades artísticas diversas: rezadeiras, quitandeiras, parteiras, guerrilheiras, cozinheiras, dentre outros. De modo geral, as mulheres eram proativas, e muitas vezes ultrapassavam os limites sociais e econômicos impostos pelo sistema.

Essas reflexões contrapõem o discurso historiográfico tradicional, em que a figura feminina esteve sempre na condição de submissão ao homem; em especial a mulher do grupo social afro-brasileiro, descrita com visibilidades negativas, já que o escravizado, de modo geral, era o malefício da sociedade (Fanaia & Monteiro 2018).

Ressaltar as personagens negras na história é essencial para o processo educativo e desconstrução do machismo. Atualmente, através do documento normativo da Base Nacional do Currículo Comum (BNCC)⁹, é possível romper o silêncio daqueles que não foram contemplados pela história, principalmente no que se refere à presença da mulher negra nos diversos âmbitos sociais – que construiu histórias e atuou nos espaços sociais, políticos, culturais, como o exemplo de Mãe Bonifácia.

De acordo com Christian Laville (1999, p. 126),

O aparelho didático desse ensino era simples: uma narração de fatos seletos, momentos fortes, etapas decisivas, grandes personagens, acontecimentos simbólicos e, de vez em quando, alguns mitos gratificantes. Cada peça dessa narrativa tinha sua importância e era cuidadosamente selecionada

A Base Nacional do Currículo Comum permite que a gestão escolar acrescente, na formação da aprendizagem do aluno, conteúdos essenciais que contemplem as competências da base e que promovam a alteridade, longe dos impregnados conceitos colonizadores.

A descolonização dos currículos é uma emergência em contextos de padrões eurocêtricos, em que a uma cultura é dada a supremacia do discurso, em detrimento das demais. Nessa medida, a inclusão das diferenças culturais e a diversidade de conhecimentos no currículo favorece o processo de ensino. Construir ações pedagógicas para uma educação antirracista é essencial, considerando que “[...] o modo como uma sociedade seleciona, classifica, distribui, transmite e avalia os saberes destinados a serem ensinados, reflete a distribuição do poder em seu interior e a maneira como se encontra assegurado o controle dos comportamentos individuais” (Bernstein, 1971, p. 47).

As escolas de educação básica podem incluir, em seus currículos, conteúdos sobre a história local, e a personagem do universo cuiabano pode ser um catalisador de novos questionamentos nos alunos, promovendo, portanto, novas pesquisas.

Aliado ao tema, acrescenta-se também a história dos bairros quilombos e de Mãe Bonifácia, além do debate geográfico sobre os córregos e ruas da cidade, pois ainda são escassas pesquisas sobre esses espaços. O termo quilombo era citado nos documentos do período da escravidão apenas para destacar as apreensões das autoridades políticas que combatiam e destruíam aqueles espaços.

O conteúdo pode ser incluso pela Lei nº 10.639, que modificou o Art. 26-A da Lei nº 9.394/96, em 2003, e alterada em 2008 pela Lei nº 11.645, que inclui homens e mulheres negros e indígenas na formação da sociedade nacional, a partir da inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos das escolas brasileiras.

⁹ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional permite inserir conteúdos no currículo escolar (LDB, Lei nº 9.394/1996).

Nesse sentido, no campo da educação, este estudo pode ser usado, por exemplo, para mostrar a Mãe Bonifácia no contexto da escravidão. Seria uma das abordagens de conteúdos previstos, relacionando-a com o presente, ainda que, naquele momento, a figura dela associada ao local representasse um temor, pois um quilombo representava riscos para a economia escravocrata.

Outro assunto que pode ser trabalhado em sala de aula é a área, antes conhecida como quilombo, tornada bairro a partir da década de 1970, adquirindo uma dimensão historiográfica, especialmente após os movimentos sociais contra o racismo. Desse modo, o local distancia-se da desvalorização e dos estigmas.

Também é importante discutir os conceitos de quilombos. Abdias Nascimento (1980), por exemplo, defendeu o quilombo como símbolo de identidade e cultura do grupo social afro; mediante expansão da cidade, especulação imobiliária entre outros fatos, o bairro Quilombo adquiriu valorização. Do mesmo modo, Mãe Bonifácia ganha relevância no momento em que o governo estadual legaliza o nome do parque com o seu topônimo, o que também se pode observar com o assentamento da estátua, em 2006. Para efetivar o ensino de história afro-brasileira, deve-se desconstruir o racismo através de abordagens sobre a participação dos negros na História e suas variadas formas de residências e negociações para a sua sobrevivência, em contraposição com o escravismo. Outra lacuna historiográfica é o Bairro Mãe Bonifácia.

Outra ação necessária é investir nas produções de pesquisas sobre o negro na História. Essas abordagens contribuem para uma educação antirracista e incentiva uma abordagem decolonial. Sabemos que são vários os paradoxos existentes no processo de ensino aprendizagem, entre eles a lacuna da história local; por vezes, os temas se apresentam como assunto externo, desconectado da realidade brasileira (Fanaia & Monteiro 2018, p.8).

Para tanto, é essencial articular a história regional com a do Brasil, um desafio a ser rompido longe das homogeneizações e dos fatos descontextualizados, o que pode ser construído através da proposta da BNCC. O documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRCMT, 2019) permite ensinar tanto a história local quanto a regional, possibilitando ao aluno conhecer o seu entorno de diferentes perspectivas. Ora, essa forma de abordar a história trata das especificidades, indo do micro para o macro e vice e versa, oferecendo ao aluno uma perspectiva ampla, crítica e reflexiva, que objetiva constituir uma identidade a partir do local e em direção ao global (DRCMT, 2019, p 251).

O ensino curricular deve, necessariamente, incluir conhecimentos sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, ampliando saberes e produção de conhecimentos, mas, sobretudo, deve romper com a histórica estrutura eurocêntrica do saber. Dessa forma, consideramos que esta pesquisa incentiva os profissionais da educação a inserirem o tema no currículo escolar conforme a necessidade da comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentado não se encerra aqui, mas permite ampliar as reflexões sobre a participação da mulher negra na história mato-grossense. Mãe Bonifácia se apresenta no contexto da escravidão, como uma mulher negra que, em pleno sistema escravista, estabeleceu-se em um território em que podia movimentar-se e estabelecer relações com o entorno, ganhando uma notoriedade que atravessa o tempo. A existência de Mãe Bonifácia na história de Cuiabá é também marcada pelos registros das autoridades políticas e judiciais. Sua história suscita muitas questões, como: seria ela alforriada? Negra de ganho? Como foi parar naquele local? Era uma fugitiva? Dessa forma, teria ela fugido, tempos atrás, indo parar nesse local e ganhado notoriedade no entorno da sociedade, quando mais velha? Se era uma fugitiva teria feito negociações para ficar livre?

Sabidamente, o Brasil é marcado pelo escravismo colonial de estrutura patriarcal, incidindo particularmente sobre as mulheres negras variadas formas de exploração. Em decorrência disso, esse grupo tem sua agência na história apagada e silenciada. Mesmo, assim, é possível ter informações sobre suas lutas e contribuições em variados contextos, como a frente de organização quilombola, de caráter afro-religioso, em que exerceu trabalhos variados, na luta pela liberdade sua e de seus filhos.

É importante trazer à superfície do debate histórico a participação da mulher negra enquanto sujeito histórico; aqui abordamos a história de Mãe Bonifácia, rompendo com o silêncio imposto e descortinando as articulações empreendidas pelas mulheres negras na sociedade escravocrata.

A partir do conhecimento sobre o passado, é possível compreender o presente, ou seja, o impacto causado pela escravidão ocorrido no passado influencia a situação da população negra nos dias atuais. Para Marc Bloch (2002), o passado e o presente dialogam, e a partir disso “o historiador [...], não estuda o presente com a esperança de nele descobrir a exata reprodução do passado, mas, busca os meios de melhor compreender” (Bloch, 2002, p.108), sendo preciso questionar os documentos e levantar todas as possibilidades de vestígios. Embora a história da África e dos povos afrodescendentes sejam temas recorrentes na historiografia utilizada no ensino de História, ainda há lacunas carentes de mais pesquisas e práticas (Zarbato, 2019, p.121), principalmente sobre a mulher.

De modo geral, a construção da imagem de Mãe Bonifácia extrapola os limites do sistema escravista imposto à mulher negra e aos negros de modo geral. Destaca-se, ainda, que nossa pesquisa procurou mostrar o efeito que a personagem provocou ao longo do tempo no meio social, seja na memória ou nos documentos aqui apresentados. Se o nome do bairro Mãe Bonifácia foi, em 1967, substituído pelo nome Duque de Caxias, por outro lado, o parque foi contemplado com o nome da personagem no ano de 2006, ainda que isso tenha ocorrido num contexto em que a mulher e as questões raciais no meio social passaram a ganhar maior relevância.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Aníbal. **Cuyabá: histórias, crônicas e lendas**. São Paulo: Yangraf, 2003.

ALMANAQUE CUYABÁ. **Monumento Mãe Bonifácia**. Almanaque Cuyabá, 19 dez. 2024. Disponível em: <<https://almanaquecuiaba.com.br/mae-bonifacia-luta-pela-liberdade-dos-escravos/>>. Acesso em: 25 abr. 2025.

ALMEIDA, Elaine Cristina de. **Gestão do Parque Estadual da Cidade Mãe Bonifácia, Cuiabá-MT: Um Estudo De Caso**. 2016. Monografia (Bacharelado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

AMEDI, Nathália da Costa. A cidade (res)significada: A ideologia de modernização de Cuiabá no período Pós-divisão do Estado de Mato Grosso. **Revista Angelus Novus**, São Paulo, n. 4, p. 41-64, 2012.

AMEDI, Nathália da Costa. **A Invenção da capital eterna: Discursos sensíveis sobre a Modernização Cuiabá no período pós divisão do Estado de Mato Grosso (1977-1985)**. Cuiabá: Editora UFMT Digital, 2014. Disponível em: <<https://www.edufmt.com.br/product-page/a-inven%C3%A7%C3%A3o-da-capital-eterna-discursos-sens%C3%ADveis-sobre-a-moderniza%C3%A7%C3%A3o-de-cui>>. Acesso em: 23 abr. 2025.

ARQUIVO PÚBLICO DO MATO GROSSO. Disponível em: <<http://www.apmt.mt.gov.br/>>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BARBOSA, Bruna. **Mãe Bonifácia era escrava alforriada e morreu aos 80 anos: pesquisadora encontra certidão de óbito**. Olhar Conceito, 15 jun. 2024. Disponível em: <<https://www.olharconceito.com.br/noticias/exibir.asp?id=24095¬icia=mae-onifacia-era-escrava-alforriada-e-morreu-aos-80-anos-pesquisadora-encontra-certidao-de-bitoe&edicao=1>>. Acesso em: 18 jan. 2025.

BARRETO, Neila. **O córrego do caixão virou esgoto**. HNT, 15 out. 2021. Disponível em: <,>. Acesso em: 12 dez. 2024. <<https://www.hnt.com.br/artigos/o-corrego-do-caixao-virou-esgoto/246308>>

BLOCH, Marc. **Apologia da história: Ou o ofício do historiador**. São Paulo: Zahar, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**, versão aprovada pelo CNE, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/bncc20dez-site.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CASTRILLON, Maria de L. Fanaia; VOLTOLINI, Ana Graciela M. F da Fonseca; KROLOW, Fabiane. O monumento, a praça e a personagem Maria Taquara. **Mneme. Revista de Humanidades**, Natal, v. 25, n. 48, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/37057/19718>>. Acesso em: 23 abr. 2025.

CUIABÁ. Câmara Municipal. **Lei Complementar nº 04, de 24 de dezembro de 1992**. Institui o Código Sanitário e de posturas do município, o código de defesa do meio ambiente e recursos naturais, o Código de Obras e Edificações e dá outras providências. Cuiabá, 1992. Disponível em: <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html_impressao/C41992.html?identificador=30003A004C00>. Acesso em: 24 abr. 2025.

CUIABÁ. **Decreto nº 1.470, de 09 de junho de 2000**. Dispõe sobre a recategorização do parque da cidade Mãe Bonifácia do Estado do Mato Grosso, 2000. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/mt/decreto-n-722-2011-mato-grosso-dispoe-sobre-a-recategorizacao-do-parque-da-cidade-mae-bonifacia-do-estado-de-mato-grosso>>. Acesso em: 25 abr. 2025.

CUIABÁ. Prefeitura Municipal de Cuiabá. Organização Geopolítica de Cuiabá. IPDU - Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. **Cuiabá**: 2007.

EVANGELISTA, Suelme. **Mãe Bonifácia uma biografia possível**. Estadão Mato Grosso, 2021. Disponível em: <<https://www.estadaomatogrosso.com.br/opinio/mae-bonifacia-uma-biografia-possivel/832997>>. Acesso em: 13 out. 2024.

FREITAS, Tânia Luiza Figueiredo de. **A epidemia da varíola em Cuiabá (1867): como revisitar os contextos de doença contagiosa por meio de um itinerário pedagógico**. 2022. 116 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2022. Disponível em: <https://ri.ufmt.br/bitstream/1/5266/1/DISS_2022_T%20nia%20Luzia%20Figueiredo%20de%20Freitas%20%281%29.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2025.

FUA, Wilson Carlos. O Parque Mãe Bonifácia e o córrego do caixão. **Postagem no Facebook**. Facebook, 19 mai. 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/Cuiabanos/posts/1896520610566189>>. Acesso em: 13 jan. 2025.

FUA, Wilson Carlos. O Parque Mãe Bonifácia e o Córrego do Caixão. **Olhar Direto**, 3 set. 2019. Disponível em: <<https://www.olhardireto.com.br/artigos/exibir.asp?id=11219&artigo=o-parque-mae-bonifacia-e-o-corrego-do-caixao>>. Acesso em: 13 dez. 2024.

GOLDSCHMID, E. Alforrias e propriedade familiar em São Paulo colonial. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 8., 1989, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 1989. p. 31-38.

GOLDSCHMID, Eliana Rea. A carta de alforria na conquista da liberdade. **Revista Ide**, São Paulo, n. 33, v. 50, p. 114-125, 2010. Disponível em: <<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ide/v33n50/v33n50a13.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2025.

GUARIM, Vera Lúcia M.S.; VILANOVA, Silvia R.F. **Parque da cidade: Aspectos sócio ambientais Mãe Bonifácia**. Cuiabá: EdUFMT, 2014.

JORNAL A SITUAÇÃO. **Acervo Digital**. Disponível em: <https://www.ufmt.br/ndihr/acervo-digital/jornal_a_situacao.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2025.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas? Debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

LEI Nº 2.499, de 18 de dezembro de 1987. Denominação professor Fanor Ivan. **Câmara Municipal de Cuiabá**. Cuiabá, 1987. Disponível em: <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L24991987.html> . Acesso em: 3 jun. 2025.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. Educação e relações étnico-raciais no Brasil: as contribuições das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 para a decolonização do currículo escolar. **Revista Educação Pública de Cuiabá**, Cuiabá, v. 23, n. 53/2, p. 553-571, 2014.

MARTINS, E.C. **Natureza na cidade, a verticalização no entorno do Parque Mãe Bonifácia em Cuiabá-MT**. 2005. 117 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT, 2005.

MARTINS, Eledir da Cruz; ROMANCINI, Sonia R. Natureza na cidade: Um olhar sobre o parque mãe Bonifácia. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, Cuiabá. **Anais [...]**. Cuiabá: Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005.

MATO GROSSO. Presidência da Província. **Relatório**: 1871. Cuiabá, 4 de outubro de 1871. Manuscrito. Disponível em: <https://digitalcollections.crl.edu/search?fl=creator&as=1&sf=title&so=a&r m=&m1=e&p1=Brazilian%20Government%20Document%20Digitization%20Project.& mp;l>>. Acesso em: 13 abr. 2023.

MENDES, Francisco Alexandre F. **Lendas e tradições cuiabanas**. Cuiabá: Editora da Fundação Cultural de Mato Grosso, 1977.

MENDES, Marcos Amaral. **De capela filial a matriz paroquial: irmandades, jesuítas e territórios na Igreja do Rosário em Cuiabá-MT**. 2014. 541 p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014. Disponível em: https://ri.ufmt.br/bitstream/1/5177/1/TESE_2014_Marcos%20Amaral%20Mendes.pdf> . Acesso em: 25 abr. 2025.

MENDES, Marcos Amaral. Mãe Bonifácia, sua verdadeira História. **Postagem no Facebook**. Facebook, 19 set. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile/100050177062764/search/?q=sobre%20mae%20bonifacia& amp;gt;> . Acesso em: 19 jan. 2025.

MONTEIRO, Edemar de Souza; FANAIA, Maria de Lourdes. Uma reflexão sobre a mulher negra mato-grossense. **Revista da Faculdade de Educação**, Mato Grosso, v. 30, ano 16, n. 02, p. 39-50, 2018.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. **Notícia sobre a Província de Mato Grosso**. São Paulo: Typographia de Henrique Schroeder, 1869.

NEVES, Margarida de Souza. **Lugares de Memória na PUC-Rio**. Núcleo de Memória da PUC-Rio, [s.d.]. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/content/lugares-memoria-puc-rio.2007>> . Acesso em: 1 jan. 2025.

NORA, Pierre. Entre memória e História, a necessidade de lugares. **Proj. História**, São Paulo, v. 10, p. 7-10, 1993. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4359786/mod_resource/content/1/Entre%20a%20memoria%20e%20a%20historia%20de%20Pierre%20Nora.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2025.

O ESTADO DE MATO GROSSO. Órgão independente a serviço de Mato Grosso. **Diário matutino**. Ano XXI. Cuiabá, 1º de janeiro de 1960 N° 3.662.

O REPUBLICANO. Orgam do partido republicano conservador. Num. 337-ano V 1920. Cuiabá, 19 de dezembro. Mato Grosso.

OFÍCIO do Coronel Hermenegildo Portocarrero ao Presidente da Província. **APMT**, Lata 1867-D. Manuscrito.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5. n. 10, p. 200-212, 1992.

RELATÓRIO PRESIDENTE PROVINCIA apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Matto-Grosso no dia 04 de outubro de 1872. Exm. Sr. Tenente Coronel Dr. Francisco José Cardoso Junior. Rio de Janeiro: Typographia do Apostolo, 1873.

RELATÓRIO PRESIDENTE PROVINCIA: apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Matto-Grosso 1884. Cuiabá, 1 out. 1884. Manuscrito.

ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (org.). **A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial**. Cuiabá: Adriana, 2003.

SOUSA, Clementino Nogueira de. História e Memória das Figuras Infames na cidade de Cáceres. In: CHAVES, Otavio R.; ARRUDA, Elmar F (org.). **História e memória: Cáceres**. Cáceres: UNEMAT, 2011.

TRIBUNAL DA RELAÇÃO, proc, 72, caixa 10. **APMT-Cuiabá**. 1864. s/p.

VASCONCELOS, Laura Cristina da Silva. **O Processo de expansão urbana de Cuiabá, Mato Grosso, Brasil**. [s.d.]. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a História. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Keneip. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. **A Intervenção dos estados nas transformações do espaço urbano: o caso CURA em Cuiabá, 1983**. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/967/859>>. Acesso em: 25 abr. 2025.

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. **Metropolização regional: Formação e consolidação da rede urbana do estado de Mato Grosso**. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2002.

VOLPATO, Luíza Rios Ricci. **Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888**. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá, MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. Patrimônio cultural e história das mulheres: reflexões e possibilidades didáticas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 21, n. 69, p. 696-715, abr./jun. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/27866>>. Acesso em: 25 abr. 2025.

ZARBATO, Jaqueline Ap. M. A análise das representações e narrativas sobre a História e cultura africana e Afro-brasileira em livros didáticos do ensino médio em Cuiabá/MT. **História & Ensino**, Londrina, v. 25, n. 1, p. 119-138, jan./jun. 2019.

O COLAPSO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA: A FALSA OPOSIÇÃO ENTRE QUANTIDADE E QUALIDADE



Francisca de Figueiredo Arruda Martins Neta
Pedagoga, especialista em alfabetização e letramento
professora da rede pública municipal de Cuiabá-MT
aguapecba@hotmail.com

RESUMO

O artigo aborda o colapso da educação pública no Brasil, destacando o paradoxo entre a expansão quantitativa do acesso e a crise na qualidade social. Analisa-se como políticas históricas, desde a ditadura militar até reformas recentes, priorizando a formação para o mercado em detrimento de uma educação emancipatória. Dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas) e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram avanços no acesso (98,1% no ensino fundamental em 2022), mas revelam graves deficiências qualitativas, como o baixo desempenho em matemática (apenas 9% no ensino médio). O artigo indica como a mercantilização da educação, a Reforma do Ensino Médio de 2017 e os impactos da pandemia agravaram as desigualdades. Defende-se a educação como direito social, com ênfase em gestão democrática, FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação) permanente e lutas por uma "qualidade social" baseada em valores como cidadania e justiça.

Palavras-chave: Educação Pública. Qualidade Social. Reforma do Ensino Médio.

ABSTRACT

This article examines the collapse of public education in Brazil, highlighting the paradox between quantitative expansion of access and the crisis in social quality. It analyzes how historical policies, from the military dictatorship to recent reforms, have prioritized market-oriented education over emancipatory learning. Data from INEP and IBGE show progress in access (98.1% enrollment in elementary education by 2022) but reveal severe qualitative shortcomings, such as low performance in mathematics (only 9% proficiency in high school). The article discusses how the commodification of education, the 2017 High School Reform, and the impacts of the pandemic have exacerbated inequalities. It advocates for education as a social right, emphasizing democratic governance, permanent FUNDEB (Brazil's Fund for Basic Education), and struggles for "social quality" based on values such as citizenship and justice.

Keywords: Public Education. Social Quality. High School Reform.

Mas o que acontece com o potencial intelectual da sociedade, posto de lado e não mais resgatável? Se a educação para a grande massa é desmantelada de maneira tão crassa, desaparece também sua função anterior de disciplinamento. Desse modo, porém, é desencadeado não apenas um "analfabetismo secundário", mas talvez também uma "inteligência subversiva" que não siga mais os princípios do totalitarismo econômico. Pode ser que a administração capitalista da crise educacional ponha a caminho, sem querer, uma nova contracultura intelectual. (Robert Kurz, 2004).

A educação pública brasileira vive um paradoxo histórico: enquanto avança na expansão quantitativa do acesso, enfrenta uma crise profunda em sua qualidade social. Esse dilema não é

recente; está enraizado em políticas educacionais que, ao longo das décadas, priorizaram a formação para o mercado em detrimento de uma educação emancipatória e crítica. Desde as reformas da ditadura militar, que impuseram um modelo tecnicista e excludente, até os desafios contemporâneos de universalização do ensino médio e superior, o sistema educacional brasileiro reflete as contradições de um projeto de modernização conservadora — que ampliou vagas sem garantir equidade.

No V Congresso Nacional de Educação (CONED), em maio de 2004, um dos principais eixos de discussão do evento tinha como pauta a seguinte questão: “Como o direito à educação — em todos os níveis e modalidades de ensino — se articula com os outros direitos sociais, com vistas à ampliação da cidadania? (formas de atendimento, acesso e permanência, as questões relativas a gênero, etnia, cotas específicas, alternativas de ações afirmativas etc.)”.

Sem desconsiderar o conjunto de outras questões apresentadas neste V CONED (Congresso Nacional de Educação) e nos anteriores (1996 e 1997, em Belo Horizonte-MG; 1999, em Porto Alegre-RS; 2002, em São Paulo-SP), os movimentos sociais e associações civis que participam destes eventos revelam a amplitude da dimensão político-ideológico, vigente no processo de globalização sociocultural e educacional. No curso das transformações paradigmáticas, o conceito e o significado da educação transformam-se na mesma proporção em que surgem novas e velhas demandas.

Dados e informações mais recentes (2020-2023) do INEP, IBGE e PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) informam que a educação pública brasileira é ainda marcada pela tensão histórica entre expansão quantitativa e qualidade social. Não obstante a quase universalização do ensino fundamental (98,1% em 2022) e a expansão do ensino médio (7,8% ao ano), persistem desigualdades agravadas pela Reforma do Ensino Médio (2017), que retomou aspectos tecnicistas da ditadura militar. Neste artigo, questionamos o complexo processo da mercantilização da educação em curso e os desdobramentos de políticas neoliberais recentes, contrastando com a defesa da educação como direito social.

A análise dos impactos da pandemia na educação brasileira, que elevou a evasão escolar para 5,1% em 2022 (INEP, 2022), revela um aprofundamento das desigualdades estruturais já existentes. Segundo Frigotto (2021, p. 34) *as crises capitalistas não produzem, mas desvelam e radicalizam as contradições sociais*. Nesse contexto, a defesa da “qualidade social”, enquanto conceito cunhado por movimentos educacionais na década de 1990 (CONED, 1997), ressurgiu como paradigma alternativo ao reducionismo mercantil, articulando valores como cidadania e justiça com as condições materiais da escolarização.

Nessa direção, a implementação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) permanente, e da Emenda Constitucional 108/2020, embora represente avanço, exige superar o subfinanciamento crônico que limita seu potencial. Como demonstram Adrião e

Pinheiro (2022, p. 17) em estudo sobre financiamento educacional pós-pandemia, a manutenção dos atuais 5,8% do PIB (Produto Interno Bruto), para educação, inviabiliza a reparação das perdas de aprendizagem e a garantia de padrões mínimos de qualidade.

A ESCOLA ENQUANTO CONQUISTA SOCIAL

As elites brasileiras sempre trataram a educação como instrumento de manutenção de privilégios, permitindo o acesso ao conhecimento crítico apenas às classes dominantes. Somente com pressão popular de movimentos e forças sociais potencializadas pela Constituição de 1988, a pauta política dos direitos educacionais ganhou amplitude e desencadeou uma expansão forçada do acesso.

Todavia, a ascensão nas escalas escolares das populações indica uma possível superação histórica do problema da universalização do acesso escolar nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. Apesar das deficiências estruturais e problemas vários, a rede pública de ensino no Brasil encontra-se distribuída proporcionalmente em todo o território nacional. Assim, num raro momento de nossa história, abrem-se os caminhos para garantir o direito de todos à educação básica. Somente em 2002, o país alcançou a proporção de 96,1% das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos no ensino fundamental, e, em 2022, alcançamos a universalização do ensino fundamental em 98,1%. Tal conquista não foi uma concessão das elites, mas resultado de décadas de mobilização democrática, ou seja, de forças políticas e sociais em movimento.

Apesar do expressivo crescimento nos números de ingresso na escola, a questão da qualidade de ensino não acompanha esse processo. Indicadores oficiais do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Texeira, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) e outros demonstram uma constante tendência de baixo desempenho dos estudantes brasileiros nas disciplinas básicas de formação educacional. Certamente, este é um dos maiores dilemas do nosso momento histórico-social: como estabelecer de maneira completa, consistente, uma educação de qualidade nos estabelecimentos oficiais de ensino? Nisso deve ser considerado que em todas as etapas educacionais (ensino fundamental, médio e superior), os problemas agravam-se cada vez mais.

No ensino médio, o dilema da qualidade e quantidade toma mais consistência, sobretudo com uma maior inserção dos estudantes na arena de luta e reivindicação de políticas públicas para o setor da educação em todos os níveis, especialmente na educação superior pública, que possui demanda reprimida que cresce ano a ano. Os novos problemas reclamam solução de mobilização, debate e enfrentamento. Esses problemas decorrem, de um lado, da concepção de educação enquanto mercadoria - e, de outro lado, das políticas de financiamento e gestão adotadas pelos governantes ao longo de décadas. O agravamento da situação revela um entendimento, por parte do Estado, da educação como mercadoria e serviço, em vez de direito social.

Nesse cenário, podemos destacar que a escola no Brasil foi e é uma conquista social, mas incompleta e em disputa e, portanto, a universalização do acesso, também, foi e é passo importante no avanço sociopolítico. Ocorre que, agora, o desafio é transformar a escola em um instrumento de emancipação, não de reprodução das desigualdades.

A PROGRESSIVA UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO

A universalização do Ensino Médio no Brasil representa um dos maiores desafios educacionais do século XXI. Embora o acesso tenha se expandido significativamente nas últimas décadas (atingindo cerca de 89,1% da população de 15 a 17 anos em 2023, segundo o INEP, a universalização efetiva ainda esbarra em obstáculos estruturais, políticos e pedagógicos.

A Constituição Brasileira de 1988 estabeleceu o Ensino Médio gratuito, embora não obrigatório, que vem sendo progressivamente universalizado aos egressos do ensino fundamental. Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB (Lei 9.394, de 10/12/1996), o ensino médio assume um novo significado ao ser incluído na educação básica, como etapa final. Reafirma-se, assim, o mandato constitucional quanto ao caráter de base do ensino médio no conjunto do sistema educacional, fazendo, também, que o ensino médio, muito mais do que um grau de ensino, seja um segmento da educação básica.

Podemos ponderar que a expansão do acesso às matrículas no Ensino Médio saltou de 40% para 75%, entre 2000 e 2023, em taxa líquida. Isso decorreu, em larga medida, da força das políticas públicas ancoradas no FUNDEB e nos programas de assistência estudantil (como o Bolsa Família, agora Auxílio Brasil,). Tais ações enfrentaram a crônica falta de vagas no ensino médio gratuito, que por anos foi um óbice para os avanços nessa etapa formativa dos jovens.

Nessa direção, a incorporação de grupos sociais até então excluídos da continuidade de estudos depois da educação obrigatória, o retorno dos que deixaram o sistema educacional e a chegada de maior número de jovens ao ensino médio, criam um quadro de explosão da demanda e de grande diferenciação do público presente na escola.

O cenário educacional brasileiro revela sua face mais crítica no processo de universalização do Ensino Médio, etapa que concentra as tensões mais agudas entre expansão do acesso e precarização da qualidade. Diferentemente do Ensino Fundamental, cuja universalização já foi em grande parte alcançada, ainda que com deficiências, o Ensino Médio tornou-se o palco principal dos dilemas educacionais contemporâneos. Isso ocorre porque seu público principal, formado por jovens entre 15 e 17 anos e adultos retornantes aos estudos, representa um segmento social com crescente consciência política e capacidade de mobilização.

Nessa perspectiva, três fatores fundamentais podem explicar por que o Ensino Médio se transformou no campo decisivo da batalha pela qualidade educacional, a saber: sujeitos políticos em

formação: os jovens do Ensino Médio, em processo de construção de identidade cidadã, demonstram maior capacidade de organização e pressão por direitos, como evidenciam as ocupações estudantis de 2016 contra a Reforma do Ensino Médio e os recentes movimentos por melhores condições de ensino; Ensino Médio como portal para o ensino superior, ou seja, essa etapa funciona como um funil seletivo que determina quem terá acesso às universidades públicas, assim, desigualdade na qualidade do Ensino Médio reproduz e amplia as assimetrias sociais no acesso ao ensino superior, perpetuando ciclos de exclusão; e, finalmente, o Ensino Médio se converteu num “laboratório” para testar reformas controversas (como a profissionalização compulsória na ditadura e a atual Reforma do Ensino Médio), tornando-o termômetro dos projetos de sociedade em disputa.

No geral, dados revelam que a taxa de matrícula líquida no Ensino Médio saltou de 40% em 2000 para 75% em 2023. Entretanto, os resultados qualitativos na aprendizagem permanecem alarmantes, pois apenas 9% dos estudantes atingem nível adequado em Matemática ao final dessa etapa de acordo com o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) em 2021. Essa contradição transforma as escolas de Ensino Médio em espaços de conflito latente, onde se enfrentam, de um lado, a demanda por educação emancipatória e, de outro, um projeto educacional que muitas vezes prioriza a formação para o mercado em detrimento do pensamento crítico.

Neste contexto, a luta pela qualidade no Ensino Médio transcende a esfera pedagógica, assumindo caráter profundamente político. Ela representa não apenas a batalha por melhores índices de aprendizagem, mas principalmente a disputa pelo tipo de sociedade que queremos construir — mais igualitária e democrática ou reprodutora de privilégios históricos. Como demonstram as mobilizações estudantis recentes, o Ensino Médio transformou-se na principal frente de resistência contra a mercantilização da educação e em favor de uma escola efetivamente transformadora.

DA QUANTIDADE À QUALIDADE SOCIAL: OS DILEMAS DA DEMOCRATIZAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

Os dados quantitativos apresentados revelam um sistema educacional brasileiro amplo e complexo em sua estrutura. Contudo, quando analisamos sua qualidade social, percebemos que grande parte da escola pública ainda não corresponde às expectativas daqueles que nela estudam e trabalham. Enquanto segmentos significativos da população conquistam acesso horizontal (ampliação de vagas) e vertical (progressão nos níveis de ensino), profissionais da educação, estudantes e movimentos sociais articulam-se para criar novas experiências socioeducacionais. Essas iniciativas comunitárias buscam estabelecer padrões de qualidade que atendam às demandas históricas reprimidas, demonstrando que, nos últimos anos, diversos grupos sociais têm mobilizado esforços em defesa da escola pública a partir de espaços não escolares.

Esse movimento paradoxal, que parte da educação não formal em direção à formal, explicita a necessidade urgente de promover a qualidade social para a educação. Tal qualidade não se reduz a meros indicadores técnico-pedagógicos baseados em competências alienantes, mas deve ser compreendida na perspectiva dos movimentos sociais, como um processo de adequação aos interesses da maioria da população, fundamentado em valores como solidariedade, cidadania, autonomia e justiça. Dessa forma, a inclusão social se concretiza quando todos se tornam capazes de questionar, problematizar e tomar decisões coletivas para enfrentar os problemas individuais e comunitários.

Nessa concepção, a qualidade social mantém uma relação dialética com a ampliação do acesso à educação, tendo como pressuposto básico o entendimento da educação como direito universal, sem restrições de nível ou modalidade. As reivindicações por qualidade e quantidade, gestadas no seio das forças sociais, evidenciam a necessidade de ampliar tanto as oportunidades quanto as condições educacionais. Como destacaram Anísio Teixeira, Paulo Freire e outros educadores já nas décadas de 1950 e 1960, a construção de um sistema educacional que conjugue qualidade e quantidade é fundamental para um processo efetivo de democratização escolar em todas as suas etapas.

Contudo, os detratores da chamada "massificação" da escola pública buscam, ideologicamente, associar a inserção das classes populares no sistema educacional como causa principal da suposta perda de qualidade. Essa narrativa conservadora defende a impossibilidade de conciliar quantidade e qualidade no ensino público, mantendo assim os privilégios históricos de grupos que sempre tiveram acesso à educação de elite. Em uma sociedade marcada pela divisão social do trabalho, que separa concepção e execução na formação educacional, o dilema quantidade-qualidade assume dimensões políticas e ideológicas profundas.

Esse debate remonta às origens da educação pública moderna. Se tomarmos como referência a experiência da República Francesa no século XVIII, veremos que as primeiras propostas de educação pública já carregavam as contradições típicas de processos revolucionários que buscavam superar a segregação entre classes sociais. Apesar do discurso emancipatório, o sistema educacional nunca conseguiu superar completamente seu caráter dual, que qualifica alguns enquanto desqualifica muitos.

No contexto brasileiro, esse dilema se revela com particular intensidade quando situamos nosso sistema educacional no processo de "modernização conservadora" que, segundo Saviani (1983) e Ghiraldelli Jr. (1991), aprofundou as desigualdades socioeconômicas durante o acelerado processo de urbanização e escolarização das últimas décadas. Como destacou Schwartzman (1980), essa modernização conservadora tem por característica a incorporação seletiva de elementos do capitalismo industrial sem alterar as estruturas básicas de poder, mantendo intactos os privilégios das elites.

O período militar (1964-1985) representou um marco nesse processo. Apesar da significativa expansão do acesso, com o número de universitários saltando para 800 por 100 mil habitantes e 70% das vagas no ensino secundário tornando-se gratuitas, a política educacional do regime tinha como objetivo principal conformar a população à ordem estabelecida e prepará-la para o mercado, não para a cidadania. A Lei 5.692/71, que instituiu a profissionalização compulsória no ensino médio, exemplifica essa abordagem: ao reduzir disciplinas fundamentais como Filosofia e Sociologia, empobreceu a formação geral da maioria dos estudantes, reservando uma educação mais completa apenas para as escolas particulares de elite.

Essa política revelava claramente seu duplo propósito: de um lado, "aliviar" a pressão por acesso ao ensino superior; de outro, formar mão de obra técnica barata para o mercado. Como observaram Buffa e Nosella (1991), a reforma universitária de 1968 também seguiu essa lógica, priorizando o controle do movimento estudantil sobre a real democratização do acesso.

O resultado foi um sistema educacional profundamente desigual: enquanto as camadas médias buscavam refúgio em instituições privadas preparatórias para o vestibular, a maioria da população permanecia em escolas públicas de qualidade questionável, incapazes de garantir o ingresso no ensino superior. Nas universidades públicas, a estagnação no número de vagas acentuou o caráter excludente dos vestibulares, como uma grade epistemológica, enquanto o setor privado expandia-se rapidamente, subordinando o direito à educação à lógica do mercado.

Essa análise histórica revela que o desafio atual não se limita a universalizar o acesso, mas sim a construir uma qualidade social que rompa com essa tradição excludente. Como demonstraram as experiências comunitárias e as lutas dos movimentos sociais, é possível conceber uma educação que combine quantidade e qualidade, desde que fundamentada em valores democráticos e emancipatórios. Essa é a verdadeira herança que educadores como Paulo Freire nos deixaram: a compreensão de que a educação só cumprirá seu papel social quando for, de fato, um direito de todos e um instrumento de transformação.

CONCLUSÃO

A reflexão proposta por Robert Kurz (2004) sobre o "potencial intelectual posto de lado" e a emergência de uma possível "inteligência subversiva" dialoga profundamente neste momento final do artigo. Até porque a expansão quantitativa da educação pública brasileira, impulsionada por políticas progressistas pós-1988, revela uma contradição estrutural: ao mesmo tempo que rompe com o disciplinamento tradicional (ao incluir massas historicamente excluídas), falha em oferecer uma formação crítica que realize plenamente esse potencial emancipatório.

Os programas sociais (FUNDEB, Bolsa Família, cotas) revelam que é possível combater a exclusão e reduzir a evasão, mas a qualidade precária, agravada por reformas como a Lei 5.692/71 e a de 2017, mantém a escola pública como um espaço de "analfabetismo secundário", onde os

estudantes acessam o sistema, mas não dominam ferramentas intelectuais para transformá-lo. Nesse aspecto, como sugere Kurz, a crise instalada no âmago do sistema escolar pode gerar fissuras inesperadas: a juventude periférica, ao experienciar a escola como direito (mas não como libertação etérea), desenvolve formas de resistência que extrapolam os limites do projeto educacional vigente

A rigor, a expansão do acesso à educação pública brasileira, embora ainda insuficiente, foi significativamente impulsionada por políticas públicas estratégicas adotadas especialmente após a Constituição de 1988. Contudo, esse avanço quantitativo enfrenta obstáculos estruturais decorrentes de dois fatores principais: a persistente precarização da qualidade de ensino e o legado excludente de reformas conservadoras, como a Lei 5.692/71 da ditadura militar e a recente Reforma do Ensino Médio de 2017.

Os governos progressistas mostraram, entretanto, que é possível superar essa dicotomia entre quantidade e qualidade. Ao priorizarem a universalização com equidade por meio de investimentos em infraestrutura, formação docente e gestão democrática, comprovaram que acesso ampliado e educação de qualidade podem caminhar juntos. A pandemia de *covid-19*, no entanto, revelou com clareza as vulnerabilidades do sistema educacional, reforçando a urgência não apenas de manter, mas de ampliar essas políticas públicas para evitar retrocessos e consolidar os avanços conquistados.

Romper com a lógica da educação como mercadoria e consolidar um projeto educacional emancipatório é pauta social fundamental, pois a continuidade e o aprofundamento de políticas públicas inclusivas, articuladas a um projeto de sociedade que enfrente as desigualdades históricas é tarefa geracional de longa duração, considerando que a escola pública, conquista social inacabada, deve ser espaço de formação crítica, e não de reprodução de privilégios.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; PINHEIRO, B. **Financiamento educacional em tempos de crise**. São Paulo: Cortez, 2022.

BERGER FILHO, R. L. **Democratização do ensino médio**: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar 2022**: resultados finais. Brasília: INEP, 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) 2021**: resultados. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BUFFA, E.; NOSELLA, P. **A educação negada**: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. **A pandemia e a tragédia da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2021.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **Educação e razão histórica**. São Paulo: Cortez, 1991.

KURZ, R. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez, 1983.

SCHWARTZMAN, S. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1957.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Relatório Anual 2022**: infraestrutura escolar no Brasil. São Paulo: Todos Pela Educação, 2022.

UNICEF. **Impactos da pandemia na educação brasileira**. Brasília: UNICEF Brasil, 2022.

INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM AUTISMO: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE AS PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PEDAGÓGICAS



REDM
ISSN: 2176-5804

Jovanildes de Fátima Silva

Mestranda em Ciências da Educação
Universidade Autônoma de Asunción UAA
jovafs@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem o objetivo demonstrar os principais estudos brasileiros de estratégias de inclusão escolar eficazes para promover a participação e o desenvolvimento de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente educacional. A metodologia utilizada de abordagem qualitativa, exploratório de procedimento de revisão sistemática da literatura RSL no Portal de Periódicos da CAPES, PubMed, Scielo, ERIC, *Google Scholar* e *Web of Science*. Os resultados embora parciais demonstraram que investir em estratégias didáticas pedagógicas que levem em consideração as características únicas e necessidades específicas de cada aluno, resultam em uma inclusão mais efetiva alinhada aos princípios da educação integral e ao respeito às diferenças.

Palavra-Chave: TEA. Educação inclusiva. Legislação de inclusão.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate the main Brazilian studies of effective school inclusion strategies to promote the participation and development of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the educational environment. The methodology used is a qualitative approach, exploratory and systematic review of the literature (RSL) in the CAPE Journal Portal, PubMed, Scielo, ERIC, Google Scholar and Web of Science. The results, although partial, demonstrated that investing in didactic and pedagogical strategies that take into account the unique characteristics and specific needs of each student, results in more effective inclusion aligned with the principles of comprehensive education and respect for differences.

Keywords: ASD. Inclusive education. Inclusion legislation.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um tema central no contexto educacional contemporâneo, exigindo abordagens que promovam o desenvolvimento integral e respeitem as particularidades desses alunos, cujos aspectos psicopedagógicos do autismo apresentam desafios e oportunidades para o sistema educacional que exige uma compreensão aprofundada de suas especificidades psicopedagógicas.

A inclusão escolar de alunos com TEA tem se consolidado como um dos maiores desafios para o sistema educacional brasileiro. Apesar dos avanços legais e das políticas públicas de inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, ainda há um grande abismo entre a teoria e a prática.

Nesse sentido este estudo concentra-se nas estratégias de inclusão escolar voltadas para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino básico, especificamente na educação infantil e no ensino fundamental I, fases cruciais para o desenvolvimento acadêmico e social. Considerando as peculiaridades do autismo, a pesquisa foca em práticas pedagógicas e adaptações do ambiente escolar que promovem a inclusão desses alunos de maneira efetiva e que estejam alinhadas às políticas educacionais brasileiras.

Segundo Santos (2013), o termo inclusão em educação o mais apropriado para designar o estabelecimento de processos educacionais, a inclusão não é um estado final e sim uma luta constante para a participação social plena, não somente das pessoas com deficiência, mas de todas as pessoas na sociedade. Dessa forma, enquanto Inclusão em Educação se caracteriza como um processo que se opõe às exclusões, educação inclusiva, ao invés, transmite um caráter de estado final, ignorando os movimentos processuais necessários e as lutas do mundo contemporâneo.

A implementação efetiva da inclusão alunos com TEA apresentam uma ampla variedade de características e necessidades que variam de acordo com o nível de suporte necessário, a forma como processam as informações e as dificuldades que podem ter na comunicação e na interação social, que envolve desafios, parcerias, adaptações e reflexões, pois muitos valores implícitos nessa jornada são pouco discutidos ou até mesmo ignorados, especialmente quando não se enquadram em padrões previamente estabelecidos de comportamento e igualdade.

A ausência de conhecimento e estratégias adequada através da formação continuada e de apoio técnico pedagógico para o desenvolvimento de práticas inclusivas dificulta a promoção de uma educação que contemple as particularidades dos alunos com autismo. Essas particularidades exigem adequação do ambiente escolar e estratégias pedagógicas que respondam às necessidades específicas dos alunos com TEA, que vão além do currículo padrão.

As especificidades do TEA exigem adequação do ambiente escolar e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que respondam às necessidades específicas dos alunos com autismo, e adaptações que vão além do currículo padrão, incluindo abordagens individualizadas, recursos visuais, técnicas de comunicação alternativa e o uso de tecnologias assistivas.

Na atualidade, muito tem se discutido sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais na sociedade como um todo, principalmente no ambiente escolar, para que essa inclusão seja efetivamente possível é necessário que toda a comunidade escolar tenha conhecimento sobre a natureza das necessidades especiais, a fim de que o espaço escolar seja um lugar onde possa oferecer as possibilidades do desenvolvimento pleno do aluno

Segundo Medeiros (2010), em sua obra Coordenação das Deficiências e Transtornos Globais do Desenvolvimento - Serviço de Orientação Pedagógica à Educação Especial, a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar exige a identificação das principais

dificuldades enfrentadas por professores e estudantes no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, é fundamental compreender como ocorre a socialização desses alunos na escola regular e propor alternativas e estratégias que favoreçam sua interação social.

Neste contexto, o estudo em tela é norteado pela seguinte questão: quais são as estratégias existentes para a inclusão de alunos com transtorno do Espectro Autista? Assim, o objetivo central da pesquisa é investigar estratégias de inclusão escolar eficazes para promover a participação e o desenvolvimento de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente educacional. Os objetivos secundários desta pesquisa foram reformulados para refletir um escopo mais abrangente e integrado.

A partir dessas análises, pretende-se propor um conjunto de recomendações práticas e políticas públicas desejando não apenas a inclusão, mas a valorização desses estudantes, que contribuem para garantir uma inclusão de qualidade, cujas especificidades de alunos com TEA, exigem abordagens específicas e individualizadas que atendam as suas necessidades.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade urgente de fortalecer as práticas educacionais inclusivas, que apesar de avanços em políticas públicas e na conscientização sobre o tema, ainda há uma carência de estudos aplicados e estratégias específicas que orientem educadores e instituições no acolhimento e desenvolvimento de estudantes com Autismo.

A escolha de apontar estratégias pedagógicas no ensino básico, especificamente na educação infantil e no ensino fundamental I, justifica pela importância de uma intervenção precoce e pela necessidade de promover o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas desde os primeiros anos escolares.

Essa delimitação busca, assim, fornecer um panorama específico e aprofundado sobre as práticas inclusivas voltadas para o TEA no início da escolarização, considerando os desafios e as oportunidades para a construção de uma escola inclusiva e acolhedora para todos os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Além disso, o trabalho se concentra em estratégias que envolvem o uso de recursos pedagógicos visuais, tecnologias assistivas e o papel do professor mediador, aspectos que têm sido apontados como especialmente eficazes no contexto da inclusão de alunos com autismo.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neuropsiquiátrica caracterizada por desafios na comunicação, na interação social e pela presença de comportamentos repetitivos e interesses restritos, atualmente é considerado uma síndrome comportamental com etiologias múltiplas com um curso de uma inadequação do desenvolvimento que se manifesta por toda a vida (Apa, 2014).

O Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM-5) da Associação Psiquiátrica Americana, quinta edição (DSM-V, 2014), critérios padronizados para diagnosticar os diversos tipos de distúrbios mentais, e considera o TEA pertencente à categoria de transtornos invasivos do desenvolvimento mental e estabelece critérios de diagnósticos específicos de manifestações, desde mais leves, como o autismo de alto funcionamento, até quadros mais graves, que podem incluir limitações na comunicação verbal e dificuldades significativas na interação social (Apa, 2014).

Segundo *American Psychiatric Association*- APA (2014, p 32), o distúrbio do Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza como um espectro compartilhado de prejuízos qualitativos na interação social:

1. Déficits na reciprocidade socioemocional, variando, por exemplo, com uma abordagem social anormal e o fracasso de conversas normais; para compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afetos; falha em iniciar ou responder a interações sociais.
2. Déficits em comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, em comunicação verbal e não verbal mal integrada; anormalidades no contato visual e na linguagem corporal ou déficits na compreensão e no uso de gestos; total ausência de expressões faciais e comunicação não verbal.
3. Déficits no desenvolvimento, manutenção e compreensão de relacionamentos, variando, por exemplo, entre dificuldades em ajustar o comportamento para atender a vários contextos sociais; a dificuldades em compartilhar brincadeiras imaginativas ou em fazer amigos; à falta de interesse pelos pares (*American Psychiatric Association*, 2014).

Crianças autistas mostra-se indiferente a qualquer tipo de contato físico, são caracterizadas pela dificuldade na capacidade de se comunicar, entender a linguagem, brincar, desenvolver habilidades sociais e se relacionar com os outros. Essa heterogeneidade implica que as dificuldades de aprendizagem entre os indivíduos com TEA também podem variar significativamente, exigindo abordagens pedagógicas diferenciadas e adaptadas (Jesus e Germano, 2013).

Ainda *American Psychiatric Association* (2014, p. 45) a gravidade do transtorno é baseada em deficiências de comunicação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades:

1. Movimentos motores estereotipados ou repetitivos, uso de objetos ou fala (por exemplo, estereótipos motores simples, alinhando brinquedos ou lançando objetos, ecolalia, frases idiossincráticas).
2. Insistência na mesmice, aderência inflexível às rotinas ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal (por exemplo, angústia extrema com pequenas mudanças, dificuldades com as transições, padrões rígidos de pensamento, rituais de cumprimento, precisam seguir a mesma rota ou comer a mesma comida todos os dias)

3. Interesses fixos altamente restritos que são anormais em intensidade ou foco (por exemplo, forte apego ou preocupação com objetos incomuns, interesses excessivamente circunscritos ou perseverantes).

4. Hiper ou hipo-reatividade à entrada sensorial ou interesse incomum em aspectos sensoriais do ambiente., a exemplo indiferença aparente à dor/temperatura, resposta adversa a sons ou texturas específicas, cheiro ou toque excessivo de objetos, fascínio visual por luzes ou movimento (*American Psychiatric Association* (Apa, 2014)).

Para o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA), e o nível de desenvolvimento das habilidades intelectuais e da disfunção cognitiva, o indivíduo deve ter evidência de seis ou mais dos itens dos domínios acima citados. Essa variação nos sintomas e na intensidade das manifestações justifica a designação de "espectro", que sublinha a diversidade de expressões e necessidades individuais dos indivíduos com Autismo (Zanon *et al*, 2017).

Segundo Bosa e Callias (2017), o Transtorno do Espectro Autista (TEA), se apresenta, geralmente, ainda na primeira infância, embora os sintomas possam variar conforme o desenvolvimento da criança. As principais características diagnósticas incluem dificuldades persistentes na interação social e na comunicação, que se expressam por comportamentos que podem ir desde a falta de resposta aos estímulos sociais até a dificuldade em iniciar ou manter uma conversa.

Autores como Baron-Cohen *et al.* (2001) e Wing (1997) enfatizam que, devido à complexidade do TEA, é fundamental compreender as particularidades de cada caso para desenvolver estratégias educacionais eficazes. Essas diferenças podem interferir diretamente na capacidade de atenção e no engajamento em atividades pedagógicas. Entender os aspectos psicopedagógicos do autismo é essencial para promover uma educação inclusiva e eficiente, que valorize as potencialidades dos alunos e atenda às suas necessidades.

POLÍTICA BRASILEIRA DE INCLUSÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA

No Brasil, a educação com um direito social a toda e qualquer pessoa foi estabelecida, pela Constituição Federal de 1988, de maneira bastante abrangente, a legislação brasileira assegura às pessoas com deficiência seus direitos como cidadãos conscientes e participativos na sociedade. Atualmente, no campo legal e jurídico, a base que sustenta a Educação Especial é composta, em primeiro lugar, pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, conhecido como Lei Brasileira de Inclusão (LBI) da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais, visando sua inclusão social e cidadania. Dentre os principais direitos estão: direito à vida; direito à saúde; direito à educação; direito ao trabalho; direito à previdência social, entre outros.

Adicionam-se a essas normativas legais, em âmbito internacional, a Declaração de Salamanca de 1994, uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) elaborada durante a Conferência Mundial de Educação Especial em Salamanca, na Espanha.

Exclusivamente para as pessoas com TEA, há a Lei Berenice Piana (Lei 12.764/12), que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista, que admite o TEA como uma deficiência e, com isso, reconhece os direitos previstos por lei para as pessoas com algum tipo de deficiência também a essa população.

Nessa gama de legislações, destacam-se, a atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI) de 2008, e o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014-2025, além de uma gama de decretos, portarias, resoluções, notas técnicas e leis que versam sobre a educação especial. Esse documento aborda princípios, políticas e práticas voltadas às necessidades educacionais especiais, propondo ações regionais, nacionais e internacionais para a estruturação da Educação Especial (Nunes e Santana, 2018).

Além disso, destaca-se a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra os portadores de deficiência, conhecida como Convenção da Guatemala. No Brasil, essa convenção foi incorporada pelo Decreto nº 3.956/2001, que assegura às pessoas com deficiência os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais das demais, incluindo o direito de não sofrer discriminação com base na deficiência, fundamentado nos princípios de dignidade e igualdade inerentes a todos os seres humanos.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR

A educação inclusiva é um modelo educacional que visa garantir o direito de todos os alunos, independentemente de suas diferenças, a um ensino de qualidade, equitativo e adaptado às suas necessidades individuais, na busca de superar barreiras no processo de ensino-aprendizagem, assegurando que alunos com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades tenham acesso igualitário ao conhecimento.

De acordo com Mantoan (2006), a escola deve ser um espaço inclusivo e acolhedor, preparado para atender à diversidade dos alunos por meio de um ensino que respeite as diferenças individuais. Para isso, é essencial que a instituição de ensino ofereça suporte pedagógico e estrutural adequado, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Nesse sentido estratégias pedagógicas de inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige que levem em consideração suas características únicas e necessidades específicas de cada aluno, sendo fundamental assegurar a motivação, apresentar tarefas únicas, somente quando os requisitos já foram antes adquiridos, e que se adaptam bem ao nível evolutivo e às capacidades da criança, com procedimentos de ajuda que proporcione reforçadores contingentes, imediatos e potentes (Coll, Marchesi, Palacios&Cols, 2004).

A implementação de estratégias inclusivas exige dos educadores uma abordagem cuidadosa e sensível, visando assegurar que todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade. Isso envolve não apenas adaptações físicas ou curriculares, mas também a criação de um ambiente que promova o respeito mútuo, valorize as diferenças e estimule a empatia entre os estudantes.

Ao elaborar o planejamento educacional, é essencial observar atentamente o aluno para identificar quais estratégias e canais de comunicação são mais eficazes para sua aprendizagem, dos quais alguns alunos podem responder melhor a estímulos visuais do que auditivos, enquanto outros podem ser mais receptivos à estimulação tátil. Essa observação permite que o educador adapte suas estratégias de ensino de acordo com as necessidades individuais de cada estudante (Mazzotta e D'Andino, 2011).

Ainda Mazzotta e D'Andino (2011) consideram que para atender às necessidades individuais dos alunos, o ensino deve ser abordado de forma individualizada, garantindo que cada criança receba o suporte adequado ao seu desenvolvimento. Não há um método único ou uma "receita" específica para o trabalho com estudantes que possuem necessidades especiais, no entanto, a formação contínua dos professores que atuam na educação especial e no atendimento educacional especializado é essencial.

Dessa maneira, o aprimoramento constante permite não apenas um assessoramento pedagógico mais eficaz, mas também a promoção do conhecimento científico e acadêmico, assegurando uma aprendizagem mais significativa e inclusiva. Ao adotar abordagem personalizada, os educadores contribuem para a construção de um ambiente educacional inclusivo, onde cada aluno é reconhecido e valorizado em sua singularidade, promovendo, assim, uma aprendizagem mais eficaz e significativa.

Mantoan (2006) enfatiza que a inclusão não significa apenas permitir que alunos com deficiência frequentem a escola regular, mas sim reconhecer e valorizar suas potencialidades, promovendo um ensino equânime que possibilite o desenvolvimento integral de cada estudante.

Freire (1970) enfatiza que a educação deve ser um processo libertador e dialógico, em que o aluno é o centro da aprendizagem e não um simples receptor de conteúdo. Nesse sentido, a pedagogia inclusiva propõe metodologias que respeitam as individualidades, favorecendo um ensino significativo e acessível para todos.

Neste sentido, entendemos que uma escola democrática se estabelece à medida que todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, incluindo neste contexto pais e a comunidade à qual a escola está inserida, tenham o direito de participar criticamente da criação das políticas e programas escolares.

De acordo com Oliveira (2006), na educação inclusiva, todos têm o direito à educação de qualidade, incluindo o acesso regular ao espaço comum de vida em sociedade, sendo aceitos em suas diferenças individuais. Para garantir uma inclusão efetiva, a escola deve modificar suas concepções pedagógicas, repensando as práticas de ensino de maneira a entender as dificuldades específicas de cada aluno e garantir que estas sejam devidamente atendidas.

METODOLOGIA

O caminho metodológico adotado nesta pesquisa de revisão sistemática de literatura baseia na análise de trabalhos publicados no Portal de Periódicos da CAPES, bases de dados acadêmicas, como PubMed, Scielo, ERIC, Google Scholar e *Web of Science*, pelo fato de abranger diversas bases de dados em seu acervo, de variados tipos de materiais, como teses, dissertações, artigos e livros.

A revisão da literatura se concentra em investigar as estratégias educacionais eficazes de inclusão no ambiente escolar. Para isso, foi realizada uma busca nas bases de dados PubMed, Scielo, ERIC, *Google Scholar* e *Web of Science*, combinando termos específicos relacionados ao TEA, inclusão e necessidades educacionais especiais e aplicando critérios de inclusão e exclusão bem definidos.

A coleta na base de dados foi realizada em outubro de 2024, com recorte temporal de trabalhos publicados nos últimos 5 (cinco) anos (2019-2024), com a definição de 6 (seis) palavras-chave “Inclusão em Educação”, “Transtorno do Espectro Autista”, “experiências de professores”, “experiências de docentes”, “legislação de inclusão”, “estratégias educacionais de inclusão” e 3 (três) descritores “Educação Inclusiva”, “estratégia pedagógica e “Autismo”.

Preferencialmente foram selecionados trabalhos em língua portuguesa, considerando sua relevância com contexto acadêmico científico. Os descritores foram obtidos através do Thesaurus Brasileiro da Educação (BRASED) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). que permitiu o uso dos mesmos termos na busca nas bases de dados estabelecidas.

A análise dos dados envolverá a identificação de temas, padrões e nuances presentes nos artigos selecionados, seguindo metodologias qualitativas reconhecidas. Os dados extraídos foram analisados quanto à metodologia, resultados e conclusões, e organizados em categorias temáticas que reflitam as diferentes estratégias de inclusão educacional visando representar uma variedade de perspectivas e experiências sobre a inclusão escolar de alunos com autismo, numa visão abrangente e aprofundada sobre as estratégias utilizadas e sua eficácia (Tabela 1).

Tabela 1. Estudos e Amostra

Estudos e Amostra	
	Estudos e publicações que tratam das estratégias de inclusão escolar para alunos com autismo.

Artigos Acadêmicos	
Autores e Pesquisadores	Estudos e publicações que tratam das estratégias de inclusão escolar para alunos com autismo.
Experiências Práticas	Documentos que descrevam casos de sucesso e práticas implementadas em escolas, incluindo relatos de professores, gestores e profissionais de apoio que atuam diretamente na inclusão de alunos com autismo

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

Esta análise facilitou a compreensão das melhores práticas e as condições necessárias para a implementação efetiva dessa temática que permitiu identificar tendências, temas comuns, lacunas na literatura e propostas para futuras pesquisas.

A discussão dos resultados desta pesquisa enfatizará a necessidade de formular políticas de inclusão efetivas, programas de capacitação e promoção de uma cultura de respeito à diversidade

RESULTADOS

Os resultados obtidos fornecem informações relevantes que podem ser usados para orientar ações práticas na promoção da inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Considerando os critérios estabelecidos, a pesquisa bibliográfica conduziu à identificação de artigos relevantes, dos principais referenciais teóricos que consideramos dialogar com a temática retratada, cujo resultados preliminares da pesquisa bibliográfica evidenciaram a importância de uma abordagem pedagógica diversificada para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Na pesquisa bibliográfica, foram identificadas estratégias teoricamente fundamentadas, com modelos de ensino diferenciado, abordagens centradas no aluno, adaptações curriculares e programas de intervenção precoce, cujas estratégias têm como objetivo atender às necessidades individuais dos estudantes com TEA, criando um ambiente de aprendizagem mais acessível e equitativo. e estabeleceu um sólido alicerce para os resultados e discussão e faz um convite para repensar e reimaginar o papel da educação na contemporaneidade de inclusão.

A busca com os descritores combinados encontrou-se 238 trabalhos científicos que foram exportadas para o software End NOTE, dos quais foram excluídas 88 publicações que não foram revisados por pares, restando 150 publicações de trabalhos científicos, que foram agrupados em três categorias temáticas (Tabela 2).

Tabela 2. Eixos Temáticos

Eixos	Descrição
(1) Legislação Vigente de Inclusão Escolar para Alunos com Autismo	Que regem o sistema educacional brasileiro de inclusão escolar para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).
(2) Estratégias didático-pedagógicas Inclusão Escolar para Alunos com Autismo	Adaptação do Ambiente Escolar: discuta a importância de criar um ambiente que minimize estímulos excessivos e facilite o conforto sensorial para o aluno.
	Capacitação de Professores: enfoque na necessidade de formação continuada para que os docentes conheçam as melhores práticas e saibam lidar com os desafios do TEA.
	Uso de Tecnologias Assistivas: introduza tecnologias que ajudam na comunicação, como aplicativos e dispositivos específicos para alunos com dificuldades na fala.
(3) Estratégias Pedagógicas Diferenciadas	Ensino Estruturado: discuta a abordagem TEACCH, que organiza o ambiente de aprendizagem para oferecer previsibilidade e estrutura.
	Uso de Pictogramas e Recursos Visuais: os recursos visuais ajudam na compreensão e no processamento de informações.
	Apoio Individualizado: a presença de um mediador ou tutor pode auxiliar o aluno com TEA a interagir e acompanhar o conteúdo pedagógico.
	Técnicas de Socialização: como trabalhar a interação social por meio de atividades em grupo, jogos cooperativos e estímulo ao convívio.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024)

Essas categorias auxiliaram na compreensão das estratégias didáticas e dos desafios enfrentados por esses alunos e na proposição de práticas pedagógicas eficazes para promover uma educação inclusiva, sendo um tema que não se esgota, se queremos garantir a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento integral desses indivíduos.

A seguir, são apresentadas as principais categorias analíticas e os achados empíricos sistematizados, das principais estratégias pedagógicas de inclusão escolar que atenderam a todos os critérios determinados de acordo com os objetivos desta pesquisa, dentro do recorte temporal determinado (Tabela 3).

Tabela 3. Síntese das Principais Estratégias Pedagógicas de Inclusão Escolar

Categoria	Abordagem de inclusão	Aplicação pedagógica
Modelos de Ensino Individualizado	Ensino Individualizado	Planos Educacionais Individualizados (PEI)
Diferenciado	Aprendizagem colaborativa	Grupos de estudos mistos
Abordagens Centradas no aluno	Pedagogia Inclusiva e Estratégias Visuais	Adaptação de materiais didáticos e Utilização de gráficos e tabelas

Adaptações curriculares	Currículo flexível e Tecnologia assistiva	Inclusão de atividades adaptativas e Softwares educativos
Programas de intervenção	Intervenções comportamentais	Técnicas de ABA
Precoce	Apoio Multidisciplinar	Equipes de suporte com profissionais diversos

Fonte: Adaptado pela pesquisadora com os dados da pesquisa, 2025.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os estudos revisados ratificam que a prática inclusiva está sendo criada em salas de aula em contextos diversos, sejam eles com necessidades especiais ou diferenças culturais, étnicas, linguísticas ou socioeconômicas, requer uma perspectiva abrangente e estratégias pedagógicas que vão além dos métodos tradicionais.

As práticas pedagógicas desempenham um papel central nesse processo, pois configuram o ambiente educacional e estabelecem as bases para a efetiva inclusão de todos os estudantes. A eficácia dessas práticas inclusivas está na habilidade de adaptar os métodos de ensino, materiais didáticos, avaliações e interações em sala de aula para atender às necessidades individuais de cada aluno.

A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um tema central no contexto educacional contemporâneo, exigindo abordagens que promovam o desenvolvimento integral e respeitem as particularidades desses alunos, cujos aspectos psicopedagógicos do autismo apresentam desafios e oportunidades para o sistema educacional que exige uma compreensão aprofundada de suas especificidades psicopedagógicas.

Segundo Santos (2013), o termo inclusão em educação o mais apropriado para designar o estabelecimento de processos educacionais, a inclusão não é um estado final e sim uma luta constante para a participação social plena, não somente das pessoas com deficiência, mas de todas as pessoas na sociedade. Dessa forma, enquanto inclusão em educação se caracteriza como um processo que se opõe às exclusões, educação inclusiva, ao invés, transmite um caráter de estado final, ignorando os movimentos processuais necessários e as lutas do mundo contemporâneo.

Quando respeitadas as especificidades do TEA e aplicadas estratégias pedagógicas baseadas em evidências, é possível promover um ambiente de aprendizado inclusivo e eficaz, que valorize as potencialidades individuais de cada aluno, cuja educação inclusiva exige um esforço coletivo e constante para que os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) possam alcançar seu pleno potencial no ambiente escolar, como afirmam Mesibov et al. (2005, p 45), "não há uma abordagem única para o ensino de indivíduos com TEA", mas sim a necessidade de criar um ambiente que respeite e valorize suas diferenças.

Nesse contexto, a formação contínua de educadores e a integração de práticas baseadas em evidências são cruciais para garantir o sucesso educacional desses alunos, cuja capacitação de

professores tem um impacto direto no desempenho e bem-estar de alunos com TEA. A formação continuada dos docentes e gestores favorecerá a construção de práticas pedagógicas que desenvolvam a autonomia, a criatividade e imaginação dos alunos com TEA, considerando que são sujeitos potentes e capazes (Gentil e Namiuti, 2015).

Estudos de Silva e Carvalho (2017), mostram que práticas pedagógicas inclusivas e bem planejadas aumentam o engajamento e o aprendizado desses alunos, além de reduzir o risco de exclusão ou discriminação, dessa maneira investir na formação continuada é não apenas uma necessidade institucional, mas também uma ação transformadora para promover a equidade no sistema educacional.

Segundo Costa (2007), a capacitação docente é um pilar central para o sucesso da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), ao investir na formação contínua e no suporte aos professores, é possível criar um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor, que valorize a diversidade e possibilite o pleno desenvolvimento de todos os alunos.

Goodman e Willians (2007), consideram que combinar a formação dos profissionais, mudanças físicas, organizacionais e pedagógicas é possível construir um espaço educativo que favoreça o desenvolvimento pleno desses alunos, promovendo não apenas seu sucesso acadêmico, mas também sua integração social, cuja criação de ambientes escolares adaptados para alunos com TEA é uma estratégia essencial para a inclusão.

Em relação as práticas pedagógicas, a literatura mostra que o uso de pictogramas e outros recursos visuais não é apenas uma ferramenta de apoio, mas uma estratégia fundamental para promover o engajamento, a compreensão e o sucesso dos alunos com TEA no ambiente escolar. Ao oferecer estrutura, previsibilidade e um meio eficaz de comunicação, esses recursos tornam o processo de ensino-aprendizagem mais inclusivo e eficiente (Jesus e Sá, 2013).

O apoio individualizado é uma ferramenta indispensável para o sucesso educacional de alunos com TEA, contudo, para que as estratégias sejam plenamente eficazes, é necessário investir na formação contínua dos professores e na sensibilização das instituições de ensino sobre sua importância.

Como apontado por Silva (2006), a inclusão bem-sucedida não é apenas um ideal, mas uma prática que requer esforços coordenados e recursos adequados para ser alcançada, no qual mediadores e tutores desempenham um papel crucial na adaptação de conteúdos, na mediação social e no manejo comportamental, tornando a experiência escolar mais acessível e significativa.

Segundo Carrera (2000), as técnicas de socialização para alunos com TEA requerem planejamento cuidadoso e uma abordagem personalizada, na qual as estratégias de atividades em grupo, jogos cooperativos e estímulos ao convívio social são estratégias baseadas em evidências que não apenas promovem habilidades sociais, mas também transformam o ambiente escolar em um

espaço mais inclusivo e acolhedor, e para que essas estratégias sejam bem-sucedidas, é fundamental o envolvimento ativo dos professores, a capacitação contínua da equipe pedagógica e o apoio das famílias

Há de considerar que o desenvolvimento de habilidades socioemocionais é uma parte essencial da formação integral dos alunos. Ao trabalhar competências como autoconsciência, empatia e tomada de decisão responsável, a escola não apenas prepara os estudantes para os desafios acadêmicos, mas também para a vida em sociedade.

Como destaca Goleman (2012), as emoções são um componente central da inteligência, e seu desenvolvimento é fundamental para o sucesso pessoal e profissional. Dessa maneira, ao investir em estratégias que promovam o desenvolvimento socioemocional, as escolas não apenas fortalecem a autoestima e a interação social dos alunos, mas também criam um ambiente mais inclusivo e acolhedor, alinhado aos princípios da educação integral e ao respeito às diferenças.

A integração de tecnologias assistivas, metodologias ativas e a formação contínua dos docentes são estratégias essenciais para que o ensino possa se adaptar às particularidades dos alunos com TEA, promovendo a equidade no acesso ao conhecimento e contribuindo para a emancipação e o desenvolvimento integral dos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no sistema escolar é uma questão que não apenas atende a legislações vigentes, mas também representa um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os indivíduos com TEA apresentam uma ampla variedade de habilidades e desafios, que podem variar significativamente de uma pessoa para outra, o que torna, cada vez mais evidente a necessidade de práticas educativas inclusivas que atendam às necessidades específicas desses alunos.

Compreender o TEA e suas implicações na aprendizagem é fundamental para a construção de um ambiente educativo inclusivo, cuja o desenvolvimento de estratégias de inclusão que considerem essas particularidades é essencial para garantir não apenas o acesso, mas a participação efetiva desses alunos nas atividades escolares.

As abordagens estratégicas de inclusão pedagógica aqui apresentadas buscam não apenas promover a igualdade de oportunidades, mas também reconhecer e valorizar as diferenças como elementos que enriquecem o processo educativo. No entanto, a verdadeira inclusão não significa uniformidade, mas sim a garantia de que todas as individualidades sejam reconhecidas e respeitadas, permitindo que cada pessoa tenha seu espaço e suas oportunidades dentro da sociedade.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 32-45.
- BARON-COHEN, S. et al. The Autism-Spectrum Quotient (AQ): Evidence from Asperger Syndrome/High-Functioning Autism, Males and Females, Scientists and Mathematicians. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 31, n. 1, p. 5–17, 2001.
- BOSA, C. A.; CALLIAS, M. Autismo: breve revisão de diferentes abordagens. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 13, n. 1, p. 167-178, jan./abr. 2000.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 28 dez. 2012.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 7 jul. 2015.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2025**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC, 2017.
- BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 9 out. 2001.
- CARRERA, G. **Dificuldades de Aprendizagem**: detecção e estratégias de ajuda. Rio de Janeiro: Cultural, 2000.
- COLL, C.; MARCHSI, Á.; PALACIOS, J. (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. v. 1.
- COSTA, Valdelúcia A. da. **Os processos de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais**: políticas e sistemas. Rio de Janeiro: UNIRIO/CEAD, 2007.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- GENTIL, K. P. G.; NAMIUTI, A. P. S. Autismo na Educação Infantil. **Revista Uniara**, Araraquara, v. 18, n. 2, p. 176-185, dez. 2015.
- GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional**: a teoria revolucionária que define o que é ser inteligente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- GOODMAN, G.; WILLIAMS, C. M. Intervenções para aumentar o envolvimento acadêmico de alunos com distúrbios do espectro do autismo em salas de aula inclusivas. **Teaching Exceptional Children**, v. 39, n. 6, p. 53-61, jul./ago. 2007.
- JESUS, D. A. D.; GERMANO, J. A. Importância do planejamento e da rotina na educação infantil. In: JORNADA DE DIDÁTICA E SEMINÁRIO DE PESQUISA DO CEMAD, 2., 2013, Londrina.

Docência na educação superior: caminhos para uma práxis transformadora. Londrina: [s. n.], 2013. p. 29-40.

JESUS, D. M.; SÁ, M. G. C. S. **Políticas, práticas pedagógicas e formação:** dispositivos para a escolarização de alunos(as) com deficiência. Vitória, ES: EDUFES, 2013. p. 195.

MANTOAN, M. T. É. **Inclusão escolar:** o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MAZZOTTA, M. J. S.; D'ANDINO, M. E. F. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 377-389, jun. 2011.

MEDEIROS, K. M. da S. **Coordenação das Deficiências e Transtornos Globais do Desenvolvimento Serviço de Orientação Pedagógica à Educação Especial.** Divisão de Supervisão Escolar. Departamento Técnico Pedagógico – DETEP, 2010.

MESIBOV, G. B.; SHEA, V.; SCHOPLER, E. **The TEACCH Approach to Autism Spectrum Disorders.** New York: Springer, 2005.

NUNES, I. M.; SANTANA, I. Q. S. Educação especial e inclusão: as políticas públicas brasileiras de inclusão de pessoas público-alvo da educação especial em salas regulares. **C&D-Revista Eletrônica da FAINOR**, Vitória da Conquista, v. 11, n. 3, p. 541-560, set./dez. 2018.

OLIVEIRA, M. M. B. C. **Ampliando o Olhar sobre as Diferenças através de Práticas Educacionais Inclusivas.** Brasília, DF: SEED/MEC, 2006.

SANTOS, E. C. A inclusão escolar e a família da criança com autismo. In: PADILHA, A. M. L.; OLIVEIRA, C. (Org.). **Educação para todos:** as muitas faces da inclusão escolar. Campinas, SP: Papirus, 2013. p. 59-87.

SILVA, N. C.; CARVALHO, B. G. E. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 23, n. 2, p. 293-308, abr./jun. 2017.

SILVA, M. O. E. da. **A análise de necessidades na formação contínua de professor:** um contributo para a integração e inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular. São Paulo: Avercamp, 2006.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília, DF: Corde, 1994.

WING, L. The continuing significance of Asperger's syndrome. **British Journal of Psychiatry**, v. 170, n. 5, p. 477-484, 1997.

ZANON, R. B.; BACKES, B.; BOSA, C. A. Diagnóstico do autismo: relação entre fatores contextuais, familiares e da criança. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 19, n. 1, p. 164-175, 2017. Disponível em: <http://www.gnresearch.org/doi/10.5935/1980-6906/psicologia.v19n1p164-175>. Acesso em: 14 mar. 2022.

O PAPEL DO COMPLEXO INDUSTRIAL DA SAÚDE: DESDE A DÉCADA DE 1960 ATÉ OS DIAS ATUAIS INCLUINDO A RESPOSTA À COVID 19 E A SUSTENTABILIDADE NO SETOR DA SAÚDE



REDM
ISSN: 2176-5804

Marucas António Infandé

Graduando em economia pela Universidade Federal de Mato Grosso

Estudante de cooperação Guiné-Bissau Brasil

marucas.infande@sou.ufmt.br

RESUMO

A evolução do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) no Brasil, destacando seu papel estratégico no desenvolvimento econômico e na saúde pública. Desde a década de 1960, o CEIS tem sido um componente vital na promoção de inovações tecnológicas, produção de insumos essenciais e fortalecimento da autonomia sanitária do país. O estudo enfatiza como as políticas públicas, especialmente nas últimas décadas, têm sido fundamentais para o crescimento do setor, integrando produção local e inovação para atender às necessidades da população, especialmente em momentos de crise, como a pandemia de Covid-19. A resposta do CEIS à pandemia é analisada, destacando a rápida mobilização para a produção de vacinas e outros insumos, evidenciando a importância de uma estrutura industrial robusta e bem coordenada, se discute a sustentabilidade no setor de saúde, argumentando que a consolidação do CEIS é crucial para garantir a equidade no acesso a serviços de saúde, redução de desigualdades e o desenvolvimento contínuo do sistema de saúde brasileiro. Conclui-se que o fortalecimento do CEIS, aliado a políticas públicas eficazes, é essencial para enfrentar desafios futuros e promover a sustentabilidade do setor de saúde no Brasil. O estudo foi desenvolvido através de revisão da literatura.

Palavras-chave: CEIS. Políticas Públicas. Saúde.

ABSTRACT

The evolution of the Health Economic-Industrial Complex (CEIS) in Brazil, highlighting its strategic role in economic development and public health. Since the 1960s, CEIS has been a vital component in promoting technological innovations, production of essential inputs and strengthening the country's health autonomy. The study emphasizes how public policies, especially in recent decades, have been fundamental to the growth of the sector, integrating local production and innovation to meet the needs of the population, especially in times of crisis, such as the Covid-19 pandemic. The CEIS response to the pandemic is analyzed, highlighting the rapid mobilization for the production of vaccines and other inputs, highlighting the importance of a robust and well-coordinated industrial structure, sustainability in the health sector is discussed, arguing that the consolidation of the CEIS is crucial to ensuring equity in access to health services, reducing inequalities and the continued development of the Brazilian health system. It is concluded that strengthening the CEIS, combined with effective public policies, is essential to face future challenges and promote the sustainability of the health sector in Brazil. The study was developed through a literature review.

Keywords: CEIS. Public Policies. Health.

INTRODUÇÃO

Durante a pandemia da doença coronavírus 2019 (COVID-19), disparidades globais nas capacidades de produção e inovação resultou na falta de acesso a produtos essenciais de saúde e serviços, como as vacinas contra a COVID-19, revelando e reforçando as desigualdades globais em saúde.

Apesar das iniciativas globais estabelecidas para enfrentar estas disparidades, os interesses nacionais prejudicaram cooperação internacional eficaz.

Esta precipitação ressaltou a importância da produção local e das capacidades de inovação para produtos e serviços de saúde essenciais em países de baixo e médio rendimento, especialmente durante emergências de saúde globais, os governos dos países de baixo e médio rendimento precisam criar políticas que estimulem a produção local e a inovação para atender às necessidades de saúde de suas populações.

Desde 2008, o governo brasileiro desenvolveu programas públicos políticas para produtos e serviços de saúde baseados na saúde complexo econômico-industrial, uma abordagem que integra produção de produtos de saúde, inovação e acesso à saúde

A adoção desta abordagem abrangeu ne mudanças políticas destinadas a fortalecer a capacidade do estado coordenar e implementar políticas industriais e de ciência, tecnologia e inovação. Estas políticas impulsionaram as capacidades de produção e inovação para as necessidades de saúde da população.

Este estudo descreve como, nas últimas décadas, as políticas baseadas na abordagem do complexo econômico-industrial da saúde permitiram ao governo brasileiro estabelecer rapidamente produção local de vacinas contra a COVID-19, garantindo assim o acesso para a população.

ECONOMIA E DIREITO A SAÚDE

O direito à saúde é um direito garantido pela nossa Constituição Federal de 1988, é regulado por outras leis infraconstitucionais e por meio de declarações e tratados internacionais. Por se tratar de um direito fundamental, o Estado tem como obrigação prestar a devida assistência e garantir o amplo acesso igualitário, gratuito e universal.

se faz abordar a trajetória histórica da saúde no Brasil. Pode-se falar que a partida inicial se deu com o descobrimento do Brasil, em 22 de abril de 1500. Obviamente que os índios que aqui se encontravam já possuíam seus problemas sanitários e suas respectivas intervenções medicamentosas. Porém a situação começou a crescer a partir da colonização, onde os portugueses e demais imigrantes passaram a trazer diversas doenças existentes em seus países de origem. Foi a partir dessa época que

passou a ser estudado uma solução para os problemas sanitários, que dia após dia passaram a crescer de forma exponencial (Dio Dio, 2000, s.p.)¹.

Os acessos aos tratamentos variavam de acordo com a classe social na qual o indivíduo pertencia. Assim, conforme a lógica média, os mais pobres, quais sejam, os índios e os negros, eram totalmente desassistidos em relação ao acesso à saúde, tendo assim uma maior taxa de mortalidade. O único recurso que atendiam os pobres doentes eram os curandeiros, que possuíam o conhecimento do tratamento com base nas ervas medicinais. Já os mais ricos possuíam os tratamentos adequados, com amplo acesso à medicina curativa que existia na época, com a consequente menor taxa de mortalidade.

Com a abolição da escravidão, o país passou a receber diversos imigrantes e com eles as máquinas e indústrias. No contexto histórico do Brasil, no período do Brasil-Império, compreendido entre 1822 e 1889, foram estudadas e implementadas diversas ações que visavam combater as doenças transmissíveis. Nessa época também foi descoberto a vacina da varíola e o grande impacto da era bacteriológica.

No período da República Velha, compreendido entre 1889 e 1930 houve o avanço da medicina higienista e o melhoramento do planejamento urbano das cidades. Com a expansão territorial e o aumento de imigrantes no país, foram surgindo várias doenças, como a cólera, peste bubônica, febre amarela, varíola, tuberculose, hanseníase e febre tifoide. As medidas jurídicas introduzidas na época foram as notificações de doenças, a vacinação obrigatória, através da Lei Federal 1.261 de 1904, onde surgiu diversos movimentos, entre eles a “Revolta da Vacina” e a criação da Vigilância Sanitária (Brasil, 1909, s.p.)².

Com o fim da segunda guerra mundial os países viram a necessidade de construir um novo pacto. É a Declaração Universal dos Direitos do Homem que originou diversos direitos sociais e entre eles, o direito à saúde. Tal direito foi obra da Organização das Nações Unidas (ONU) e passou a ser objeto de estudo pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que conceituou a saúde como sendo “completo bem-estar físico, mental e social e não apenas ausência de doença” (Saúde Brasil, 2020, s.p.)³.

Interessante se faz ressaltar que antes da Declaração Universal dos Direitos do Homem a saúde era vista como sendo da espécie curativa, pois durante a era industrial os empregadores precisavam que os trabalhadores tivessem boas condições de saúde para o trabalho, vez que a ausência de saúde era vista como baixa produção e sua consequente queda no lucro. Tal situação refletia negativamente em face dos trabalhadores, já que a ausência no serviço originava a falta de pagamento, prejudicando

não somente o trabalhador em si, mais à sua família a também. Após a conceituação do que seria saúde pela Organização Mundial de Saúde (OMS), passa-se a se caracterizar como sendo da espécie preventiva, onde surge a real necessidade de prevenir as doenças, e não somente curá-las (Schwartz, 2001, p. 203).

No período de 1946 e 1964, a saúde brasileira passou por várias transformações. Nesse intervalo, o regime era quase que praticamente populista, ou seja, havia uma participação direta da população nas questões políticas. Através da participação popular que surgiu a presença do Estado na saúde em sua totalidade. Nesse período foi fundado o Ministério da Saúde de forma separada do Ministério da Educação, como era no período anterior, conforme a Lei nº 1.920/53. Ainda nesse período, as empresas médicas privadas lutavam pela privatização da saúde. Porém, apesar de toda pressão, as assistências médicas eram fornecidas pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAP) (Bravo, 2001, s.p.)⁴.

Na era autoritarista, entre 1964 e 1985 a saúde pública era totalmente limitada e de baixa qualidade. Nesse período foram criados diversos órgãos, entre eles o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS). Nesses sistemas, a assistência médica era prestada somente aos trabalhadores que exerciam atividade remunerada. Tais sistemas eram financiados pelos empregadores, empregados e o Governo Federal.

Com o fortalecimento da Reforma Sanitária e a promulgação da nova e atual Constituição Federal, o Instituto Nacional de Previdência Social (INAMPS) foi excluído e surge a criação do Sistema Único Descentralizado de Saúde (SUDS) e posteriormente o Sistema Único de Saúde (SUS). Com isso, o Brasil passou a adotar os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como enfrentou diversos obstáculos para a total implantação do sistema. Vários grupos corporativistas e empresariais se manifestaram contra o mecanismo por envolver questões financeiras e econômicas (FUNASA, 2017, s.p.)⁵.

Após a criação e efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS) foram criadas duas leis orgânicas que versam sobre as questões da saúde pública, quais sejam: a Lei 8.080/90 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes (Brasil, 1990, s.p.)⁶ e a Lei 8.142/90 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre a transferência intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde (Brasil, 1990, s.p.)⁷.

Por fim, a saúde, reconhecida internacionalmente através da declaração internacional dos direitos do homem, passou a ser reconhecida e positivada nacionalmente pela nossa Constituição Federal de 1988, bem como por normas infraconstitucionais, que prezam pela organização e garantia dos mandamentos fundamentais.

COMPLEXO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE

O Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) representa uma estrutura multifacetada e estratégica, fundamental para o desenvolvimento econômico e social de um país, abrange um conjunto de atividades que vão desde a produção de bens e serviços de saúde, como medicamentos, equipamentos médicos e serviços hospitalares, até a pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor da saúde, sua relevância vai além do impacto direto na saúde da população, estendendo-se ao desenvolvimento econômico, tecnológico e social.

Segundo Metten *et al* (2015, p. 02):

O complexo da saúde refere-se a toda a base produtiva envolvida na prestação de serviços, promoção e vigilância em saúde, envolve tanto o segmento secundário da economia, a exemplo das indústrias de base química, biotecnológica, mecânica e de materiais, quanto o terciário, referente aos serviços prestados nos estabelecimentos de saúde. O referido complexo mobiliza uma série de tecnologias relevantes para a inserção competitiva na economia global, responde pela geração de emprego, renda e parte significativa do PIB nacional, motivo pelo qual a área da saúde tem tido sua importância crescentemente institucionalizada na agenda de desenvolvimento nacional.

A consolidação do CEIS é crucial para a autonomia sanitária de um país, uma vez que fortalece a capacidade de produzir internamente insumos essenciais para o sistema de saúde, reduzindo a dependência de importações e aumentando a segurança nacional em termos de suprimento de medicamentos e tecnologias, o CEIS impulsiona a geração de empregos qualificados e fomenta a inovação tecnológica, o que, por sua vez, estimula o desenvolvimento de novos tratamentos, diagnósticos e tecnologias de saúde.

O desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde envolve desafios significativos, incluindo a necessidade de políticas públicas robustas que promovam investimentos em pesquisa e desenvolvimento, além de incentivos para a produção local, a integração entre os setores público e privado é essencial para superar barreiras como a alta competitividade global e as exigências regulatórias rigorosas.

O CEIS tem um papel fundamental na promoção da equidade no acesso à saúde, ao fortalecer a capacidade de produção nacional, é possível reduzir os custos dos insumos de saúde e ampliar o acesso da população a tratamentos e medicamentos essenciais, contribuindo para a melhoria das condições de saúde pública e para a redução das desigualdades.

O Complexo Econômico-Industrial da Saúde é um elemento básico tanto para o sistema de saúde quanto para a economia de um país, seu fortalecimento demanda uma estratégia integrada que englobe incentivos à inovação, investimentos em infraestrutura e a formação de mão de obra qualificada, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento sustentável do setor e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida da população.

SAÚDE NA PANDEMIA DE COVID 19

Wuhan, a metrópole chinesa de 11 milhões de habitantes foi noticiada como o primeiro epicentro de uma pandemia que a humanidade enfrentaria no ano 2020.

Em 31 de dezembro de 2019 a Representação da Organização Mundial de Saúde (OMS) na China recebeu a informação de graves casos de pneumonia com agente causal desconhecido detectados em Wuhan, posteriormente verificou-se que se tratava de um coronavírus.

Os coronavírus são uma família de vírus que causam doenças que, à primeira vista, podem ser confundidas com um resfriado comum; no entanto, se não for tratado adequadamente, pode se tornar uma Síndrome Respiratória Aguda Grave.

Em 9 de janeiro de 2020 foram anunciadas pelas autoridades chinesas as análises sequenciais do vírus e, a partir de então, o vírus identificado com SARS – CoV-2 - também passou a fazer vítimas em outros Países.

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), diante do avanço da doença causada pelo novo vírus corona (COVID 19). Essa declaração trata-se do mais alto nível de alerta da OMS, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional (RSI – 2005, versão em português, aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo 395/2009 publicado no DOU de 10/07/2009, p. 11) (NISA, 2020).

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (2020) noticiou ao mundo que havia em curso uma pandemia de Covid-19.

No Brasil, em 20 de março desse mesmo ano, o Decreto Legislativo nº 06 de 2020 (publicado no Diário Oficial da União em 20/03/2020, Edição 55-C, Seção 1 – Extra, página 1), reconheceu o estado de calamidade pública atendendo a Solicitação nº 93, de 18 de março de 2020 do Presidente da República. (Brasil-Senado Federal, 2020).

Em abril de 2020 noticia-se que segundo levantamento da Universidade Norte-Americana Johns Hopkins, o número de infectados no mundo ultrapassou 1,6 milhão e computam-se mais de 100 mil mortes em consequência da doença. Nesse momento, a Itália registrou 18.849 mortes, Estados Unidos 18.002 mortes, Espanha 15.970 mortes, França 13.197 mortes, Reino Unido 8.958 mortes e o Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde já ultrapassou 1.000 mortes. (Rede Globo, 2020)

Diante desse cenário inesperado iniciaram as restrições de locomoção com suspensão de viagens internacionais e internas nos países, suspensão de aulas, fechamento de indústrias, de shoppings, e do comércio em geral de bens e serviços, observando-se a continuidade tão somente dos serviços considerados essenciais. As medidas estão sendo ampliadas e tornando-se mais drásticas à medida que ocorre o avanço da doença no Planeta.

O Brasil assiste todos os setores da economia sendo afetados de alguma forma pelas restrições e medidas econômicas que foram sendo tomadas pelos governantes que emergencialmente também aportam recursos para a guerra contra o vírus letal.

Segundo Oliveira (2020, p. 01):

No Brasil, a fim de conter a crescente contaminação, o poder público de inúmeros municípios e estados tem determinado o fechamento total dos locais que prestam serviços não essenciais, em especial empreendimentos comerciais (lojas, academias, escolas, shoppings etc.), medida essa cujos efeitos, a médio e longo prazo, têm gerado preocupação até dos empreendedores mais otimistas. Pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Serviços (CNS) prevê que o comércio perderá cerca de R\$ 80 bilhões em faturamento, gerando dois milhões de demissões de funcionários do setor. Como exemplo, uma grande rede varejista informou que, diante do fechamento das suas 175 lojas, prevê receita zero pelo período de três meses.

Diante dessa batalha contra a propagação da doença a sociedade receia também pelo futuro econômico da Nação já que o País está voltado a impedir as dezenas de milhares de mortes que o vírus já causou nos primeiros países que atingiu.

Na crise (COVID-19), além de medidas para a manutenção da demanda, principalmente medidas que visem sustentar a renda da população, que de fato cairá, será necessário uma série de medidas de sustentação dos mercados. Nesse momento é importante as autoridades, monetária e fiscal, e os governos em geral, desenharem políticas públicas para manter os contratos e o funcionamento ordenado dos mercados. Por parte da população é importante o incentivo e consumo de produtos e serviços dos menores, micro e empreendedores.

Uma fase importante da gestão de crises é aquela que se dedica às lições aprendidas, o manejo da pandemia causada pelo coronavírus COVID-19 engloba muitos fatores que ainda estão em plena evolução, portanto, nenhuma lição pode ser tirada para o futuro.

Quando um novo como o COVID-19 surge, o manejo das doenças contagiosas tradicionalmente permaneceu na área da saúde enquanto as doenças contagiosas eram consideradas um problema de saúde. Porém, como as epidemias criaram danos colaterais à saúde, tornou-se necessário envolver na gestão responsáveis de outras áreas da Administração. A necessidade tornou-se urgente com o surgimento de pandemias, epidemias de proporções globais e efeitos disruptivos que transcendem a saúde e afetam o modo de vida e a prosperidade das sociedades. Diante dessa tendência, questiona-se se os sistemas de gestão em saúde que se mostraram capazes de lidar com

epidemias até o momento são adequados para o manejo de crises pandêmicas complexas. A análise inicia-se com a desconstrução do sistema utilizado em seus elementos para posteriormente contrastá-los com os elementos de outros sistemas nacionais e, por fim, analisar suas possibilidades de enfrentamento à crise do COVID-19.

POLÍTICAS PÚBLICAS E O COMPLEXO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE

Segundo Silva et al (2016) as Políticas Públicas voltadas para o Complexo Econômico-industrial da Saúde (CEIS) desempenham um papel fundamental na promoção da inovação, desenvolvimento e sustentabilidade do setor de saúde no Brasil, as CEIS abrange uma ampla gama de atividades que incluem a produção de medicamentos, equipamentos médicos, serviços de saúde e pesquisa científica, e sua integração com políticas públicas é essencial para assegurar que os avanços tecnológicos e científicos estejam alinhados com as necessidades sociais e econômicas do país.

Desde a década de 1960, o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) no Brasil tem desempenhado um papel crucial na resposta às diversas epidemias e desafios de saúde pública enfrentados pelo país. O CEIS, que integra a produção de medicamentos, vacinas, equipamentos médicos e a prestação de serviços de saúde, tem sido um pilar estratégico para a autonomia sanitária do Brasil, especialmente em tempos de crises epidêmicas e pandemias. Durante os anos 1960, o Brasil ainda enfrentava graves problemas de saúde pública, com doenças endêmicas como malária, dengue, leishmaniose e febre amarela representando uma grande ameaça à população. A infraestrutura de saúde era limitada, e a dependência de insumos e tecnologias importadas restringia a capacidade do país de responder de maneira eficaz às emergências de saúde, o fortalecimento do CEIS começou a ser percebido como uma necessidade estratégica, não apenas para garantir o acesso a tratamentos, mas também para promover o desenvolvimento econômico e tecnológico do país. (Gadelha, 2022)

Nos anos seguintes, o Brasil enfrentou uma série de epidemias que testaram a capacidade do CEIS e das políticas públicas de saúde. A epidemia de HIV/AIDS, que surgiu nos anos 1980, representou um dos maiores desafios. A resposta inicial do governo foi marcada por dificuldades, mas ao longo do tempo, o Brasil tornou-se um exemplo global de como um sistema de saúde público, aliado a uma indústria farmacêutica forte, pode fornecer tratamento gratuito e universal para uma doença de grande magnitude. A produção local de medicamentos antirretrovirais foi um marco, mostrando a importância de um CEIS robusto para a soberania sanitária do país. (Gadelha, 2022)

No início dos anos 2000, o ministro da Saúde José Serra destacou-se pela sua atuação na área de patentes e medicamentos genéricos. Sua gestão foi marcada por uma política assertiva de quebra de patentes de medicamentos essenciais, como parte de uma estratégia para tornar o tratamento acessível à população, a decisão de quebrar a patente do medicamento Efavirenz, utilizado no tratamento do HIV, foi um exemplo emblemático que reafirmou o compromisso do Brasil com a saúde

pública e a importância do CEIS na promoção do acesso a medicamentos de alto custo. (Gadelha, 2022).

Ao longo das décadas, o Brasil continuou a enfrentar desafios significativos, como as epidemias de dengue, zika e chikungunya. O desenvolvimento de vacinas e tecnologias diagnósticas tornou-se um imperativo, e o CEIS desempenhou um papel central no esforço para mitigar os impactos dessas doenças. A produção de vacinas contra a febre amarela e a dengue, em particular, destacou a capacidade do Brasil de responder a emergências de saúde pública por meio de sua indústria de saúde. (Gadelha, 2022).

A pandemia de Covid-19, que emergiu em 2020, representou o maior desafio global de saúde em mais de um século. O CEIS foi novamente testado, e a resposta do Brasil incluiu a rápida mobilização para a produção local de vacinas, com destaque para a parceria entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a AstraZeneca, bem como o Instituto Butantan com a CoronaVac. A pandemia também expôs fragilidades, como a dependência de insumos importados, mas reforçou a importância de políticas públicas voltadas para o fortalecimento do CEIS e a inovação tecnológica no setor de saúde. (Gadelha, 2022).

Para Gadelha (2022) a formulação de políticas públicas para o CEIS exige uma abordagem multidisciplinar, que leve em consideração os aspectos econômicos, sociais e tecnológicos envolvidos no setor de saúde, o Estado tem um papel central como regulador e indutor de inovações, promovendo a articulação entre os diferentes atores, como empresas, instituições de pesquisa, universidades e o próprio setor público, políticas de incentivo à pesquisa e desenvolvimento (P&D) e a criação de marcos regulatórios favoráveis são essenciais para fortalecer a capacidade de inovação do complexo.

Um dos principais desafios enfrentados pelas políticas públicas no CEIS é a necessidade de equilibrar o acesso universal aos serviços e produtos de saúde com a sustentabilidade econômica e o desenvolvimento industrial, implica na adoção de medidas que promovam a produção local de insumos estratégicos, reduzindo a dependência de importações e fortalecendo a indústria nacional, a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, por exemplo, é um instrumento importante que busca orientar o desenvolvimento científico e tecnológico no setor, promovendo a inovação e a competitividade da indústria de saúde brasileira. (Gadelha, 2022).

As políticas públicas no CEIS devem estar alinhadas com as demandas do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo que os avanços no campo industrial e tecnológico resultem em melhorias efetivas na prestação de serviços de saúde à população. Isso inclui desde a incorporação de novas tecnologias e medicamentos até a modernização dos processos produtivos e de gestão na saúde pública. (Gadelha, 2022).

As políticas públicas voltadas para o Complexo Econômico-industrial da Saúde são essenciais para o fortalecimento do setor de saúde no Brasil, promovendo a inovação, o desenvolvimento

industrial e a sustentabilidade do sistema de saúde, essas políticas devem ser continuamente aprimoradas, considerando as mudanças no cenário global e as necessidades internas do país, para garantir que o Brasil continue a avançar na construção de um sistema de saúde acessível, eficiente e tecnologicamente avançado. (Gadelha, 2022).

CONCLUSÃO

A análise do papel do Complexo Industrial da Saúde (CEIS) desde a década de 1960 até os dias atuais revela a importância estratégica dessa estrutura para a saúde pública e o desenvolvimento econômico do Brasil. Ao longo das décadas, o CEIS evoluiu de uma base produtiva limitada para uma plataforma multifacetada capaz de responder a desafios complexos e globais, como as epidemias de HIV/AIDS, dengue, zika e, mais recentemente, a pandemia de Covid-19, a capacidade de produzir localmente insumos essenciais, como vacinas e medicamentos, destacou-se como um elemento crucial para a autonomia sanitária do país, permitindo respostas rápidas e eficazes a crises de saúde.

A resposta à pandemia de Covid-19, em particular, evidenciou tanto os avanços quanto as fragilidades do CEIS, a mobilização para a produção de vacinas e a cooperação internacional foram fundamentais para mitigar os impactos da pandemia no Brasil, demonstrando a relevância de um complexo industrial de saúde forte e bem estruturado, também se tornaram evidentes as dependências críticas de insumos importados e a necessidade de políticas públicas contínuas para fortalecer a inovação e a produção local.

O CEIS desempenha um papel central na promoção da sustentabilidade no setor de saúde, a produção nacional de insumos e a incorporação de tecnologias inovadoras não apenas contribuem para a segurança sanitária, mas também para a equidade no acesso à saúde e a redução das desigualdades, a trajetória do CEIS reforça a necessidade de políticas públicas robustas e integradas que continuem a incentivar a inovação, a produção local e o desenvolvimento sustentável, garantindo que o Brasil esteja preparado para enfrentar futuros desafios de saúde pública e promover o bem-estar de sua população.

Desta forma, o Complexo Industrial da Saúde é uma base para a saúde pública brasileira, e seu fortalecimento contínuo é imperativo para assegurar a autonomia sanitária, a sustentabilidade do setor de saúde e a capacidade do país de responder de maneira eficaz e equitativa às emergências de saúde que possam surgir.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Darlan. Coronavírus e pequenos negócios: veja o que foi autorizado pelo governo e alternativas para enfrentar a crise. **G1**, 23 mar. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2020/03/23/coronavirus-e-pequenos-negocios-veja-o-que-foi-autorizado-pelo-governo-e-alternativas-para-enfrentar-a-crise.ghtml>>. Acesso em: ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. O que é o Saúde Brasil: qual a contribuição do saúde brasil para os brasileiros? **Saúde Brasil**. Disponível em: <<https://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quero-me-exercitar-mais/o-que-significa-ter-saude#:~:text=Seguindo%20essa%20linha%20mais%20abrangente,com%20a%20defini%C3%A7%C3%A3o%20de%20sa%C3%BAde>>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, DF, 1990.

CAMPOS JR., Geraldo. SEBRAE cria rede e dá dicas para empresas vencerem a Crise. **A Gazeta**, 2020. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/economia/sebrae-cria-rede-e-da-dicas-para-empresas-vencerem-a-crise-0320>>>. Acesso em: ago. 2024.

DIO, Liberato J. A. di. A medicina na época do Descobrimento do Brasil e no início do ano 2000. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 89-94, abr./jun. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302000000200001>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

OLIVEIRA, Antônio Gonçalves de; MÜLLER, Aderbal Nicolas; NAKAMURA, Wilson Toshiro. **A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas**. Curitiba: FAE, 2000.

RASOTO, Armando et al. **Gestão Comercial: enfoque em Inovação**. Curitiba, 2012.

ROCHA, Kamila de Pontes. **A importância das informações contábeis como ferramenta na gestão empresarial: estudo de caso em uma empresa prestadora de serviço do ramo de energia elétrica**. 2019. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, [João Pessoa], 2019.

RODRIGUES, Ivone Ramos; CASTRO, Joana D'arc Bardella. **A importância das micro empresas (ME) no atual cenário econômico brasileiro**. [S. l.], 2017.

SEBRAE. **Sobrevivência das empresas no Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/sobrevivencia-das-empresas/>>>. Acesso em: ago. 2024.

SENADO NOTÍCIAS. **Coronavírus: Senado aprova auxílio emergencial de R\$600,00**. 30 mar. 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/30/coronavirus-senado-aprova-auxilio-emergencial-de-r-600>>>. Acesso em: ago. 2024.

ANÁLISE DO ÍNDICE DE GINI ENTRE GÊNEROS NO ÂMBITO RURAL E URBANO DOS ESTADOS BRASILEIROS EM 2015



Matheus Braga Potrich

Graduação em Ciências Econômicas
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
matheusbragapotrich@gmail.com

Roselaine Bonfim de Almeida

Doutora em Economia Aplicada
Professora do curso de Ciências Econômicas da Universidade
Federal da Grande Dourados (UFGD)
roselainealmeida@ufgd.edu.br

Jonathan Gonçalves da Silva

Doutor em Economia Aplicada
Professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade
Federal da Grande Dourados (UFGD)
jonathandasilva@ufgd.edu.br

RESUMO

O presente estudo visou mensurar as desigualdades de renda entre gêneros, no ambiente urbano e rural, para todas as unidades federativas do Brasil no ano de 2015. Assim, utilizou-se como base de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), com o intuito de mensurar o nível de desigualdade. Calculou-se, por meio do software estatístico *Stata*, o Índice de Gini para todos os estados, divididos entre os grupos abordados neste trabalho. Os resultados apontaram para uma maior desigualdade entre as mulheres, mais especificamente as mulheres urbanas. O Distrito Federal e o Acre apresentaram os maiores índices de desigualdade, enquanto Santa Catarina obteve os melhores coeficientes.

Palavras-chave: Desigualdade. Índice de Gini. Gênero.

ABSTRACT

This study aimed to measure income inequalities between genders, in the urban and rural environment, for all federative units in Brazil in 2015. Therefore, the National Household Sample Survey was used as a database. To measure the level of inequality, the Gini index was calculated using a statistical software named *Stata* in all states for each group addressed in this work. The results pointed to greater inequality among women, more specifically urban women. The Federal District and Acre had the highest inequality indices, while Santa Catarina had the best coefficients.

Keywords: Inequality. Gini index. Gender.

INTRODUÇÃO

A desigualdade e a acumulação da renda apresentaram tendências de crescimento nas últimas décadas. De acordo com Dalmolin (2021), esses problemas preocupam até países em situação mais avançada de desenvolvimento econômico. Segundo a pesquisa realizada por Chancel *et al.* (2021), que analisou dados de 2021 e publicou os resultados no *World Inequality Database* (WID), a população classificada como os 10% mais ricos dispõe de 52,3% de toda a renda mundial, enquanto os agrupados como os 50% mais pobres possuem aproximadamente 8,5% da renda.

Ainda baseado na publicação da WID, foi constatado que os países mais desiguais estão localizados nas regiões do Oriente Médio e do Norte da África, onde os 10% mais ricos detêm, aproximadamente, 58% de toda a renda gerada no território, enquanto os 50% mais pobres conseguem acessar, em média, 9% da riqueza produzida. Já a Europa tem os melhores índices de distribuição de renda, pois 36% da renda é direcionada aos 10% mais ricos e 19% da renda é partilhada entre os 50% mais pobres (Chancel *et al.*, 2021).

Essa disparidade também é observada no mundo pelo trabalho de Chancel *et al.* (2021) ao relacionar a questão da desigualdade aos gêneros, que, apesar da redução na desigualdade ao longo dos anos, apresenta uma participação feminina de 34,7% na renda mundial, enquanto os homens contribuem com 65,3%. Porém, é importante ressaltar que, segundo os dados do *World Bank* em 2020, a participação das mulheres no mercado de trabalho representa por volta de 50%, o que não condiz com sua remuneração (Pimkina; De La Flor, 2020).

A participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro apresentou uma tendência de crescimento a partir do final da década de 1960. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (IBGE, 2015), em 1970 foi apurado que apenas 29,75% das mulheres com mais de 10 anos ocupavam espaço no mercado de trabalho, com um aumento de 1,48% em 1981, outra variação de 4,33% acrescidos em 1990, em 2001 um novo aumento de 5,14% e, por fim, um acréscimo de 1,92% em 2013, acumulando 42,62% da mão de obra preenchida pelas mulheres.

Em vista desse aumento da participação feminina no mercado de trabalho, foi possível mensurar as diferenças salariais entre os dois gêneros. Segundo dados da PNAD, o salário médio do homem em 1995, já com a circulação do Real no Brasil, era de R\$368,00 enquanto o da mulher correspondia a R\$146,00, contabilizando uma diferença salarial de 60,32%. Ao longo dos anos essa assimetria na renda média retraiu-se para 46,62% em 2005 e 41,43% em 2013 (IBGE, 2015).

Outro ponto relevante ao trabalho diz respeito às áreas urbanas e rurais, essas quais são conceituadas pela PNAD da seguinte forma: i) como situação urbana, consideram-se as áreas

correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas; e ii) como situação rural, que abrange toda a área situada fora dos limites da área urbana. Este critério é, também, utilizado na classificação das populações urbana e rural (IBGE, 2015).

A disparidade de renda nessas áreas é significativa de acordo com pesquisas feitas pela PNAD entre 1995 e 2013. Foi constatado em 1995 que a renda média mensal da população situada nas áreas urbanas era de R\$ 291,00, enquanto na zona rural era R\$104,00, uma diferença de 64,26%. Essa assimetria foi reduzida em 2005 para o valor de 57,63% e em 2013 para o resultado de 48,81% de diferença entre o salário médio mensal das pessoas residentes em áreas urbanas comparadas às localizadas em áreas rurais (IBGE, 2015).

Com o intuito de mensurar as desigualdades de renda entre gêneros e nas diferentes distribuições populacionais residentes nas áreas urbanas e rurais, o Índice de Gini é a medida de desigualdade mais comumente utilizada. Como elencado em Matos (2005), o coeficiente foi desenvolvido por Corrado Gini em 1914 e assume um número que varia entre 0 e 1, sendo 1 o grau máximo de desigualdade, isso ocorre quando apenas um indivíduo for portador de toda a renda existente, e 0 a igualdade perfeita da renda onde cada indivíduo possui uma parcela igualitária do total.

Portanto, a pesquisa em questão se propõe a mostrar, com base no Índice de Gini, o quão desigual é a renda entre homens e mulheres no âmbito rural e urbano dos estados brasileiros. Em 2016, a PNAD com periodicidade anual teve seu encerramento, tendo suas últimas divulgações o ano de 2015 como referência, portanto foi escolhido o ano de 2015 como alvo desse trabalho. A hipótese a ser verificada é a de que há maior desigualdade de renda nas áreas rurais em comparação às urbanas e, em conjunto, há maior desigualdade de renda afetando as mulheres em relação aos homens.

Barros *et al.* (2006) aponta que, apesar de haver outros resultados importantes para o desenvolvimento de uma sociedade, a desigualdade de renda pode ser mensurada de forma facilitada, e contém em si uma grande parcela no quesito desenvolvimento econômico. Isso pode ser constatado no uso do Índice de Gini como uma das variáveis a ser contabilizadas na estimação do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Ademais, os resultados obtidos pelo coeficiente classificam os estados por sua acumulação de renda, de acordo com as características estudadas, e possibilita a realização de políticas focadas na redução da mesma. A redução do Índice de Gini tem uma forte incidência sobre a minimização da pobreza e extrema pobreza na população, tendo em vista que a desigualdade de renda só é amenizada quando a renda média das pessoas pobres cresce a escalas maiores que a renda média nacional (Barros *et al.*, 2006).

Devido as especificidades atreladas ao Índice de Gini, essa pesquisa pode ser o ponto de

partida para novos trabalhos voltados não só ao desenvolvimento regional, mas para todo estudo que possui a desigualdade de renda como variável de interesse. Dessa forma, os agentes governamentais também podem se beneficiar desse trabalho, tanto para pesquisas relacionadas a assistência social, quanto para estudos voltados a área de segurança pública.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Revisão Teórica

O estudo sobre a desigualdade de renda está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento econômico, tendo esse múltiplos conceitos difundidos ao longo do tempo. Segundo Corrêa *et al.* (2019), as primeiras noções de desenvolvimento surgem atreladas a ideia de crescimento econômico no século XVII, sendo esse focado no acúmulo de riqueza gerado ou furtado de outras nações. Destarte, tem-se início ao pensamento clássico que define o desenvolvimento como sinônimo de crescimento, sendo obtido com o aumento de produtividade do trabalho e, caso a renda adquirida por esse aumento fosse adequadamente distribuída, guiaria a sociedade ao equilíbrio.

A partir do século XX o tema ganha maior enfoque, suscitado principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial. Com o visível aumento da disparidade entre os países que possuíam maior grau de industrialização dos países voltados para o setor primário, as noções de desenvolvimento vincularam-se ao conceito de industrialização. Essa associação advém dos acréscimos no nível de renda possibilitados pela diversificação produtiva e agregação de valor causada pela industrialização (De Oliveira, 2002).

A partir desse conceito, os países considerados subdesenvolvidos iniciaram um processo ávido de desenvolvimento, como no caso do Brasil que utilizou o método de Industrialização por Substituição de Importação (ISI) durante a década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, até o final da década de 1970, com o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Esse novo processo econômico possibilitou a produção interna do que antes era importado e substituiu o protagonismo do setor agropecuário, que era responsável pela maior parte da renda e geração de emprego, pelo setor industrial, que passou a ser o centro dinâmico da economia (Fonseca, 2009).

Entretanto, apesar da ampliação da estrutura produtiva, o Brasil aumentou o hiato entre as taxas de crescimento e desenvolvimento, uma vez que a população não foi tratada com a devida importância. Dessa forma, é possível observar que o desenvolvimento econômico não acontece apenas com um incremento no nível de produção ou de industrialização, e sim em como os aumentos quantitativos são distribuídos para os habitantes de um país, de forma a

melhorar o bem-estar social (De Oliveira, 2002).

Em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) criou um indicador de desenvolvimento mundial intitulado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com a finalidade de mensurar o quanto a produção foi revertida em qualidade de vida para a população, ao invés de medir a variação do Produto Interno Bruto (PIB). O IDH, por sua vez, possui um cálculo, sendo a média simples de três variáveis, sendo elas: a longevidade; a educação (taxa de alfabetização e taxa de matrícula nos níveis de ensino); o nível de renda (PIB real *per capita*) (Souza, 2012).

REVISÃO DE LITERATURA

Apesar do vasto repertório científico que engloba o tema em questão, foi possível constatar uma carência no que tange à uma análise desagregada por tópicos. Dessa forma, os temas foram tratados de forma segmentada, sendo os dois primeiros artigos um retrato da desigualdade de renda como um todo, os dois subsequentes competem a desigualdade de renda por gênero, e, por fim, a desigualdade de renda nas áreas rurais e urbanas.

Hoffmann (2010) analisou como várias parcelas da renda familiar, particularmente a renda não monetária, a variação patrimonial, aposentadorias e pensões de funcionários públicos e as transferências de programas sociais federais, contribuem para determinar a desigualdade da distribuição da renda familiar *per capita* (RFPC) no Brasil. Além disso, o autor apresentou as principais características da distribuição da RFPC no Brasil e em seis regiões. Para isso, ele decompôs o Índice de Gini de acordo com as parcelas do rendimento familiar que o compõe e, também, comparou os dados da POF 2008-2009 e 2002-2003. Entre os resultados encontrados observou-se um alto nível de desigualdade no Brasil, porém decrescente ao longo do período, tendo a região Sul e o estado de São Paulo com as menores taxas de desigualdade. Outro fator levantado foi a elevada contribuição dos rendimentos dos empregadores e o rendimento de aluguel para a desigualdade, e a eficiência do Bolsa Família para a distribuição da renda.

Farias e Teixeira (2022) descreveram a relação entre desigualdade de renda e crescimento econômico no Brasil e em suas grandes regiões no período de 1997-2017. Para tal propósito, os autores agruparam as regiões mais desenvolvidas (Sul e Sudeste) e as menos desenvolvidas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), catalogando de tal forma com base em suas características socioeconômicas. Com isso, foi estimado um modelo econométrico de momentos generalizados, intitulado *System GMM*, pois esse modelo suprime o viés ocasionado pelos efeitos fixos temporalmente invariantes e a consistência do estimador diante da possível relação de endogeneidade. Foi observado que, para o país como um todo e para as regiões menos desenvolvidas, há uma relação bicausal e negativa entre desigualdade e crescimento econômico,

já para as regiões desenvolvidas essa relação é unicausal, existindo causalidade apenas na desigualdade sobre o crescimento.

No que se refere aos trabalhos com objetivo de quantificar a desigualdade de renda entre os gêneros, a pesquisa realizada por Muniz e Veneroso (2019) mensurou a penalidade materna sobre as chances de homens e mulheres ingressarem no mercado de trabalho, além do hiato salarial entre homens e mulheres em três classes de renda (baixa, média e alta), levando em consideração as especificidades do capital humano. Por último, identificaram as faixas de renda em que a desigualdade salarial entre homens e mulheres é maior. Para tanto, os autores estimaram regressões quantílicas pareadas com base nos dados da Pesquisa Dimensões Sociais das Desigualdades (PDSD) de 2008, disponibilizada pelo Centro para o Estudo da Riqueza e da Estratificação Social (CERES). Foram constatados três resultados: a) A maternidade possui uma relação negativa sobre a participação das mulheres pobres no mercado de trabalho; b) Quando comparado homens e mulheres com características semelhantes, a diferença média do salário foi de 17%, podendo ser reduzida ainda mais se considerar outras características não captadas; c) A classe baixa possui uma disparidade maior, enquanto a classe alta obteve resultados não significativos.

Ribeiro e Machado (2008) se propuseram a analisar o impacto das tendências na distribuição dos rendimentos das mulheres em união conjugal na tendência de diminuição da desigualdade de renda familiar no período de 1992 a 2014 no Brasil. Para tanto, foram utilizados os dados da PNAD para o período em questão e feito uma decomposição que separa as famílias chefiadas por casais de outros tipos de famílias (decomposição entre grupos populacionais) e, para os casais, distingue o impacto dos rendimentos das esposas do impacto de outras fontes de renda (decomposição por fontes de renda). Os resultados apontaram que houve uma contribuição significativa do aumento do rendimento do trabalho das esposas para a tendência de queda da desigualdade de renda no período analisado. A participação da mulher no mercado de trabalho, juntamente com o aumento do rendimento e a diminuição da desigualdade entre as mulheres em união, corroborou para esse resultado.

Gabriel, Luz e Ribeiro (2020) discorreram sobre o comportamento da distribuição de renda nas áreas rurais brasileiras de 2004 a 2015, elencando as causas na diferença da distribuição da renda domiciliar *per capita* (RDPC) com base na progressividade dos estratos da renda, e analisaram os efeitos composição e concentração da variação do Índice de Gini das parcelas da RDPC. Para isso, os autores utilizaram os microdados da PNAD para o período analisado e calcularam o Índice de Gini, além de sua decomposição em 11 parcelas da RDPC e a medida de progressividade de Lerman-Yitzhaki. Foi feita também a decomposição da mudança da desigualdade da RDPC e utilizado as áreas urbanas como base de comparação.

Entre seus principais resultados estão: i) o baixo nível da renda média rural em relação a urbana; ii) a queda do Índice de Gini em ambas as localidades; iii) a alta progressividade da parcela de transferências governamentais.

Souza *et al.* (2021) analisaram as consequências do crescimento econômico e da desigualdade de renda sobre a pobreza urbana e rural no período de 2004 a 2014 nos estados brasileiros, considerando os efeitos dos níveis iniciais de desenvolvimento e da desigualdade. Para tanto, foram mensurados por meio de um painel dinâmico as elasticidades da renda e da desigualdade, além disso, foi incorporado um fator espacial para capturar os efeitos geográficos da pobreza. Os autores constataram que há uma maior tendência de queda na pobreza do que nos níveis de desigualdade. Ademais, a pobreza rural é mais sensível às mudanças no crescimento econômico, enquanto a pobreza no meio urbano apresenta maior sensibilidade às mudanças nos níveis de desigualdade de renda. De forma geral, o crescimento econômico provou ser uma ferramenta para a redução da pobreza, entretanto, essa redução será mais intensa quando associada à redução dos níveis de desigualdade.

Portanto, a partir dos trabalhos pesquisados, o estudo em questão pretende mensurar, por meio do Índice de Gini, a desigualdade de renda por gênero e localização domiciliar dos estados brasileiros em 2015, visto que há uma escassez de trabalhos tratando dessas características de forma discriminada para todo o Brasil.

METODOLOGIA

Delineamento da Pesquisa

O trabalho abrangerá todos os 27 estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal. Serão computadas as mulheres e homens de 15 ou mais anos de idade residentes em áreas rurais ou urbanas de todos os estados e o rendimento mensal familiar *per capita* das mesmas em 2015. Os dados serão de cunho secundário, retirados do levantamento feito pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, órgão vinculado ao IBGE.

Técnicas de Análise de Dados

Para o desenvolvimento da análise será utilizado o Índice de Gini, sendo esse um índice associado a Curva de Lorenz. A Curva de Lorenz é definida como um gráfico de frequência relativa acumulada utilizada para comparar a distribuição empírica de uma variável com a distribuição uniforme. Ela consiste em uma reta com o ângulo de 45° que representa a distribuição uniforme de frequência relativa acumulada, logo quanto mais próxima for a curva de frequência relativa acumulada de uma variável em relação à reta diagonal, menor será o

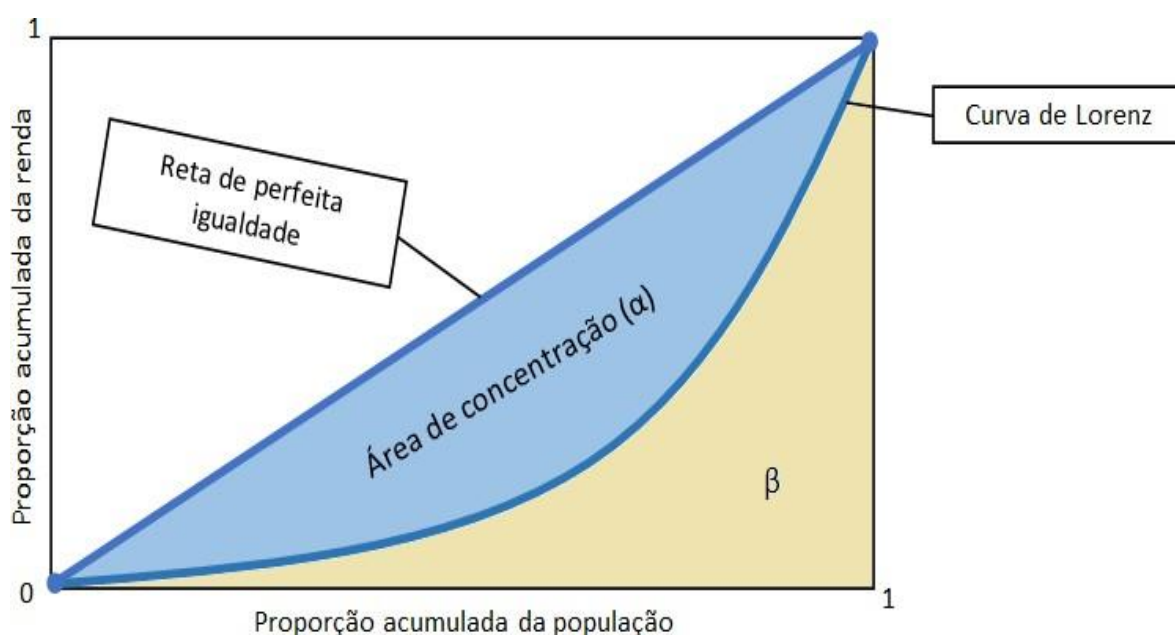
Índice de Gini, caso contrário, quanto mais afastada a curva empírica estiver da reta de igualdade, maior será o Índice de Gini, resultando em uma maior concentração dessa variável (Matos, 2005).

Para calcular os resultados do Índice de Gini, utilizar-se-á o *software* estatístico Stata, na versão 15.0. Por meio do comando *inequal*, pertencente ao pacote STB-23/sg30, será possível mensurar a desigualdade de renda entre os gêneros e localidade para o Brasil e suas Unidades Federativas.

Curva de Lorenz

Com o intuito de mensurar a curva para cada gênero e área habitada, os dados serão reorganizados de modo que, o salário pertencente ao menor rendimento médio mensal seja a primeira observação, e assim sucessivamente até os portadores da maior renda média mensal.

Figura 1 – Representação da Curva de Lorenz



Fonte: Elaboração própria.

A área situada entre as linhas analisadas é denominada como α (Alfa) e mede a desigualdade contida na população. O caso extremo de desigualdade é representado na Figura 1 quando todos os pontos que formam a Curva de Lorenz estão localizados no eixo das abcissas, nessa situação a área de concentração será somada ao β (Beta) e apenas um indivíduo portará toda a renda da sociedade, assim formando um triângulo retângulo (Matos, 2005).

Índice de Gini

O Índice de Gini é definido por duas vezes a área entre a Curva de Lorenz e linha de igualdade absoluta (a reta de 45°) dividido pelo restante da área que contempla o gráfico. A renda *per capita* será organizada de forma ascendente, onde o primeiro indivíduo possui a menor renda e o último indivíduo possui a maior renda. Será considerada a distribuição de renda dividida em n indivíduos, então a fórmula utilizada no trabalho em questão será dada por Beckett (1995):

$$I^{GINI} = \frac{2}{n^2 \cdot \bar{Y}} - \sum_{i=1}^n i(Y_i - \bar{Y}) \quad (1)$$

Em que:

n = Indivíduos que compõem a amostra

Y_i = Renda mensal familiar *per capita*

$\bar{Y}$ = Média da renda mensal familiar *per capita*

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir é apresentado, primeiramente, uma comparação com os dados disponíveis no IBGE e os resultados encontrados por esse trabalho quanto a desigualdade de renda no Brasil e seus estados; e, posteriormente, os resultados quanto ao gênero e a localidade para o país e suas Unidades Federativas.

Avaliação dos resultados da pesquisa e análise comparativa aos dados do IBGE

Para atestar a veracidade da metodologia, os resultados obtidos apenas para o Índice de Gini, sem a dissociação proposta no trabalho em questão, serão comparados com os valores mensurados pelo IBGE em 2015. Dessa forma, caso os dados possuam algum grau de semelhança, é possível afirmar que, caso o IBGE realize um estudo sobre a desigualdade baseado no Índice de Gini para cada um dos gêneros e áreas em que habitam, os resultados tenderão a ser semelhantes.

Tabela 1 – Resultado do Índice de Gini encontrado e os dados mensurados pelo IBGE para todos os estados em 2015.

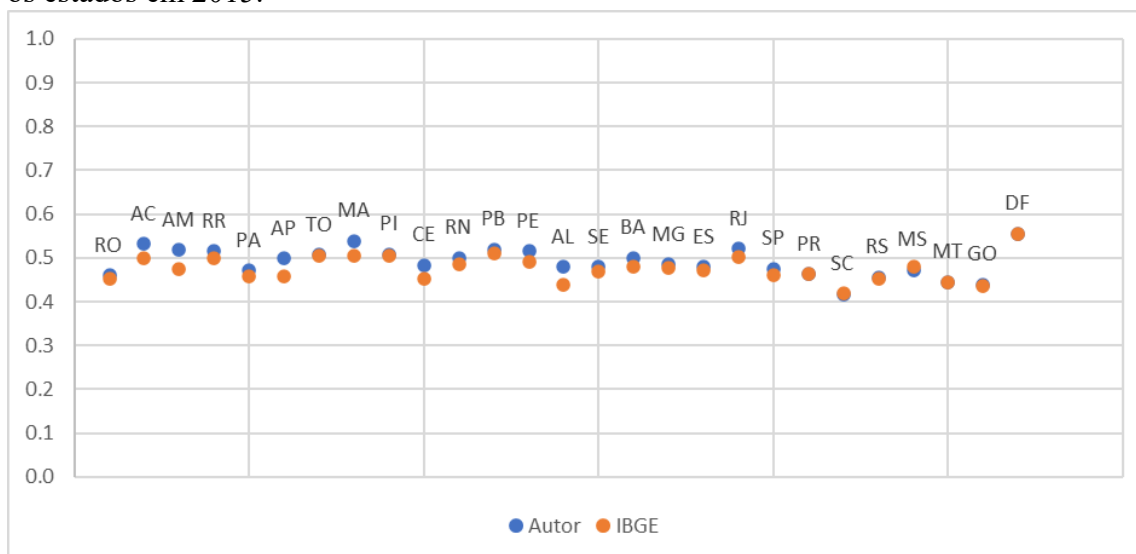
	Índice de Gini	
--	----------------	--

Unidade Federativa	Autor (A)	IBGE (I)	Desvio (I-A)
Rondônia	0,4610	0,4520	-0,0090
Acre	0,5318	0,5000	-0,0318
Amazonas	0,5186	0,4760	-0,0426
Roraima	0,5153	0,5000	-0,0153
Pará	0,4721	0,4590	-0,0131
Amapá	0,4988	0,4570	-0,0418
Tocantins	0,5071	0,5040	-0,0031
Maranhão	0,5397	0,5060	-0,0337
Piauí	0,5082	0,5050	-0,0032
Ceará	0,4836	0,4530	-0,0306
Rio Grande do Norte	0,5007	0,4870	-0,0137
Paraíba	0,5192	0,5100	-0,0092
Pernambuco	0,5162	0,4920	-0,0242
Alagoas	0,4800	0,4380	-0,0420
Sergipe	0,4796	0,4700	-0,0096
Bahia	0,4999	0,4810	-0,0189
Minas Gerais	0,4858	0,4780	-0,0078
Espírito Santo	0,4802	0,4710	-0,0092
Rio de Janeiro	0,5218	0,5030	-0,0188
São Paulo	0,4757	0,4600	-0,0157
Paraná	0,4628	0,4650	0,0022
Santa Catarina	0,4173	0,4190	0,0017
Rio Grande do Sul	0,4566	0,4540	-0,0026
Mato Grosso do Sul	0,4727	0,4790	0,0063
Mato Grosso	0,4447	0,4450	0,0003
Goiás	0,4400	0,4360	-0,0040
Distrito Federal	0,5561	0,5550	-0,0011

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2015).

Para o Brasil, o valor do Índice de Gini foi de 0,506, diferindo em -0,015 do resultado encontrado pelo IBGE de 0,491. Uma parte dessa diferença pode estar associada ao uso de pessoas com 14 ou mais anos de idade na população do IBGE, diferente do que foi utilizado nesse trabalho, que exclui pessoas menores de 15 anos.

Figura 2 – Dispersão do Índice de Gini encontrado com os disponibilizados pelo IBGE para os estados em 2015.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2015).

Observando a Tabela 1 e a Figura 2, é possível constatar que o Índice de Gini calculado a partir do rendimento mensal familiar *per capita* para as Unidades Federativas em 2015 foi semelhante ao encontrado pelo IBGE no mesmo ano. Os estados que possuem maior grau de semelhança são; Mato Grosso, Distrito Federal, Santa Catarina e Paraná, já os que tiveram maior desvio são; Amazonas, Alagoas, Amapá e Maranhão. O estado mais desigual apontado em ambos os trabalhos é o Distrito Federal, enquanto o mais igual, também destacado nos dois trabalhos, é Santa Catarina.

Resultados por sexo e localidade do indivíduo

Partindo para a análise do Índice de Gini do rendimento mensal familiar *per capita* discriminado pelo sexo, foi constatado que as mulheres possuem um maior nível de desigualdade quando comparado aos homens no Brasil. Apesar da baixa diferença, o índice apontou uma desigualdade de 0,507 entre as mulheres, enquanto os homens obtiveram o valor de 0,505, assim resultando em uma diferença de 0,002.

Tabela 2 – Índice de Gini por sexo para todos os estados em 2015.

Unidade Federativa	Índice de Gini		Variação (M-H)
	Homem (H)	Mulher (M)	

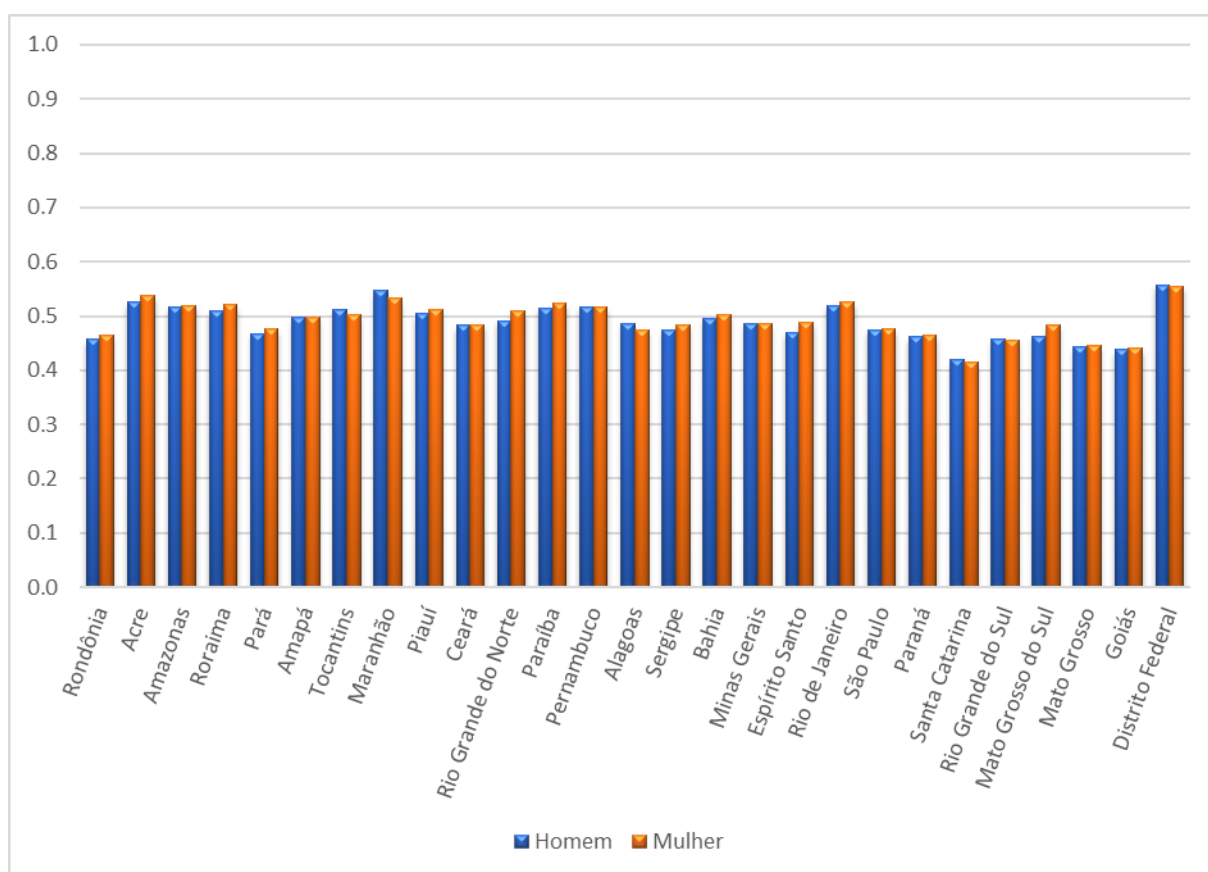
Rondônia	0,4569	0,4648	0,0079
Acre	0,5256	0,5375	0,0120
Amazonas	0,5176	0,5192	0,0016
Roraima	0,5093	0,5203	0,0110
Pará	0,4678	0,4761	0,0083
Amapá	0,4968	0,4984	0,0016
Tocantins	0,5112	0,5024	-0,0088
Maranhão	0,5466	0,5326	-0,0140
Piauí	0,5039	0,5122	0,0083
Ceará	0,4827	0,4843	0,0017
Rio Grande do Norte	0,4909	0,5083	0,0174
Paraíba	0,5143	0,5236	0,0092
Pernambuco	0,5170	0,5154	-0,0016
Alagoas	0,4860	0,4745	-0,0115
Sergipe	0,4743	0,4843	0,0100
Bahia	0,4962	0,5030	0,0068
Minas Gerais	0,4860	0,4854	-0,0007
Espírito Santo	0,4704	0,4888	0,0185
Rio de Janeiro	0,5179	0,5249	0,0070
São Paulo	0,4751	0,4760	0,0009
Paraná	0,4611	0,4644	0,0033
Santa Catarina	0,4197	0,4148	-0,0049
Rio Grande do Sul	0,4572	0,4559	-0,0014
Mato Grosso do Sul	0,4621	0,4827	0,0206
Mato Grosso	0,4431	0,4458	0,0027
Goiás	0,4385	0,4407	0,0021
Distrito Federal	0,5569	0,5547	-0,0022

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2015).

Visualizando a Tabela 2 e a Figura 3, nota-se que a diferença entre a desigualdade que acarreta em ambos os sexos para a maioria dos estados é pequena, tendo seu maior expoente no território de Mato Grosso do Sul, onde a parcela feminina possui um coeficiente de 0,4827

enquanto para o homem é de 0,4621, com uma variação de 0,0206. Tanto entre as mulheres quanto entre os homens, o estado mais desigual é o Distrito Federal, que apresentou um coeficiente de 0,5569 e 0,5547 para homens e mulheres, respectivamente. Já o estado com maior nível de igualdade delimitado pelo gênero foi Santa Catarina que, no ano de 2015, apresentou um Índice de Gini de 0,4197 para os homens e 0,4148 para as mulheres.

Figura 3 - Comparação do Índice de Gini por sexo para os estados em 2015.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2015).

Já os resultados encontrados, quando mensurado o Índice de Gini do rendimento mensal familiar *per capita* entre indivíduos situados em áreas urbanas e rurais, apontou que há uma maior desigualdade entre os residentes urbanos quando comparados aos moradores rurais. No Brasil, a população urbana possui uma desigualdade de renda baseada no Índice de Gini no valor de 0,500, enquanto para a população rural foi constatado pela mesma variável um resultado de 0,4597, corroborando com uma significativa diferença de 0,0403.

Tabela 3 – Índice de Gini entre indivíduos localizados em áreas urbanas e rurais para todos os estados em 2015.

	Índice de Gini	
--	----------------	--

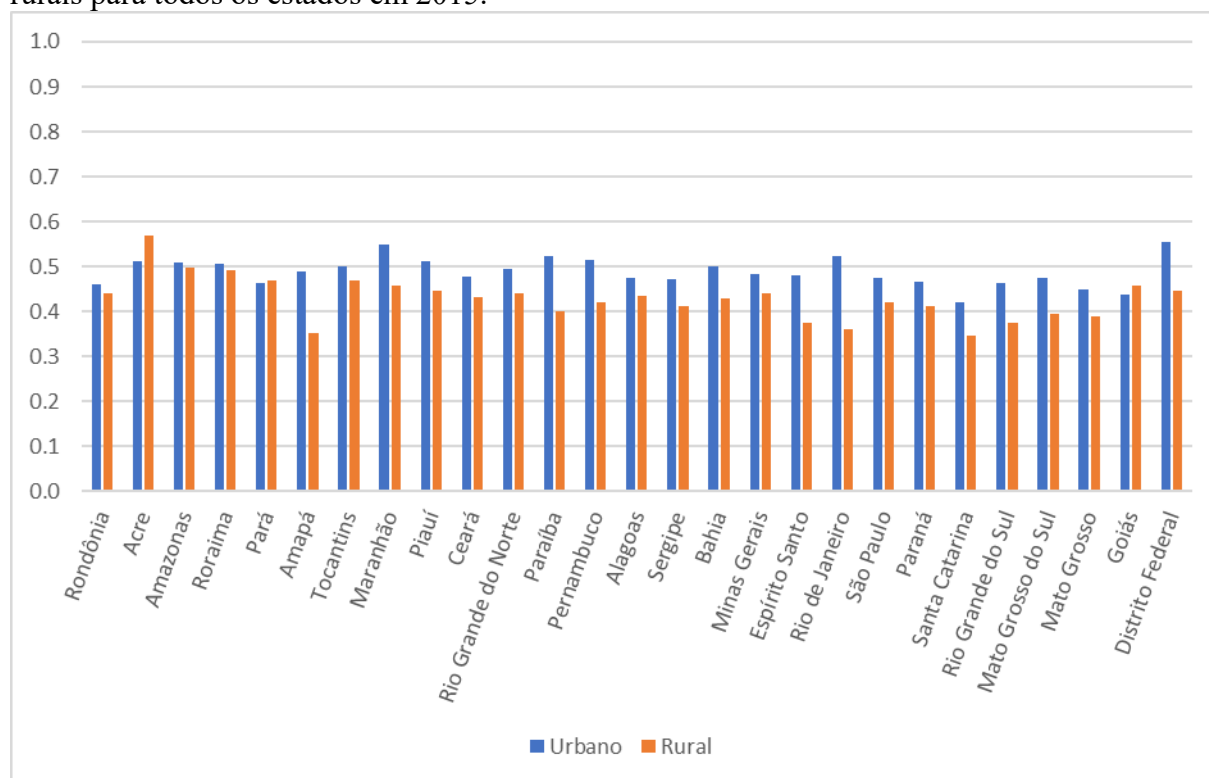
Unidade Federativa	Urbano (U)	Rural (R)	Variação (R-U)
Rondônia	0,4605	0,4416	-0,0190
Acre	0,5115	0,5695	0,0580
Amazonas	0,5095	0,4981	-0,0113
Roraima	0,5072	0,4911	-0,0161
Pará	0,4638	0,4686	0,0048
Amapá	0,4877	0,3533	-0,1344
Tocantins	0,5014	0,4696	-0,0317
Maranhão	0,5485	0,4566	-0,0919
Piauí	0,5108	0,4450	-0,0658
Ceará	0,4773	0,4305	-0,0468
Rio Grande do Norte	0,4944	0,4407	-0,0537
Paraíba	0,5225	0,4016	-0,1208
Pernambuco	0,5155	0,4197	-0,0958
Alagoas	0,4755	0,4348	-0,0408
Sergipe	0,4722	0,4125	-0,0597
Bahia	0,4993	0,4294	-0,0699
Minas Gerais	0,4818	0,4392	-0,0426
Espírito Santo	0,4816	0,3741	-0,1075
Rio de Janeiro	0,5223	0,3600	-0,1624
São Paulo	0,4760	0,4210	-0,0550
Paraná	0,4647	0,4114	-0,0534
Santa Catarina	0,4208	0,3459	-0,0749
Rio Grande do Sul	0,4619	0,3733	-0,0886
Mato Grosso do Sul	0,4740	0,3955	-0,0786
Mato Grosso	0,4484	0,3889	-0,0595
Goiás	0,4375	0,4582	0,0206
Distrito Federal	0,5549	0,4451	-0,1098

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2015).

Analisando a Tabela 3 e a Figura 4, é possível afirmar que, diferente dos resultados encontrados entre os sexos, as variações das desigualdades entre os residentes urbanos e rurais são mais acentuadas na maioria dos estados, tendo o Rio de Janeiro como o estado que detém o maior nível de variação, com o valor de 0,1624. O Distrito Federal permanece sendo o estado com o maior nível de desigualdade entre a população urbana com um índice de 0,5549,

entretanto, para os moradores rurais, o estado do Acre apresentou o maior coeficiente de desigualdade, estimado em 0,5695. Santa Catarina permaneceu com a menor desigualdade para ambas as populações, com o resultado de 0,4208 para os situados em áreas urbanas e 0,3459 para os residentes rurais.

Figura 4 - Comparação do Índice de Gini entre indivíduos localizados em áreas urbanas e rurais para todos os estados em 2015.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2015).

Por fim, analisando as características propostas no trabalho de forma agrupada para o Brasil em 2015, chegou-se à conclusão de que a desigualdade está mais presente entre as mulheres situadas em ambiente urbano, constando um índice de 0,5014. Entre os homens residentes em áreas urbanas foi mensurado um valor de 0,4984, já nas áreas rurais, as mulheres detêm um resultado de 0,46, enquanto os homens possuem um coeficiente de 0,459.

Tabela 4 – Índice de Gini entre indivíduos por sexo e situação habitacional para todos os estados em 2015.

	Índice de Gini

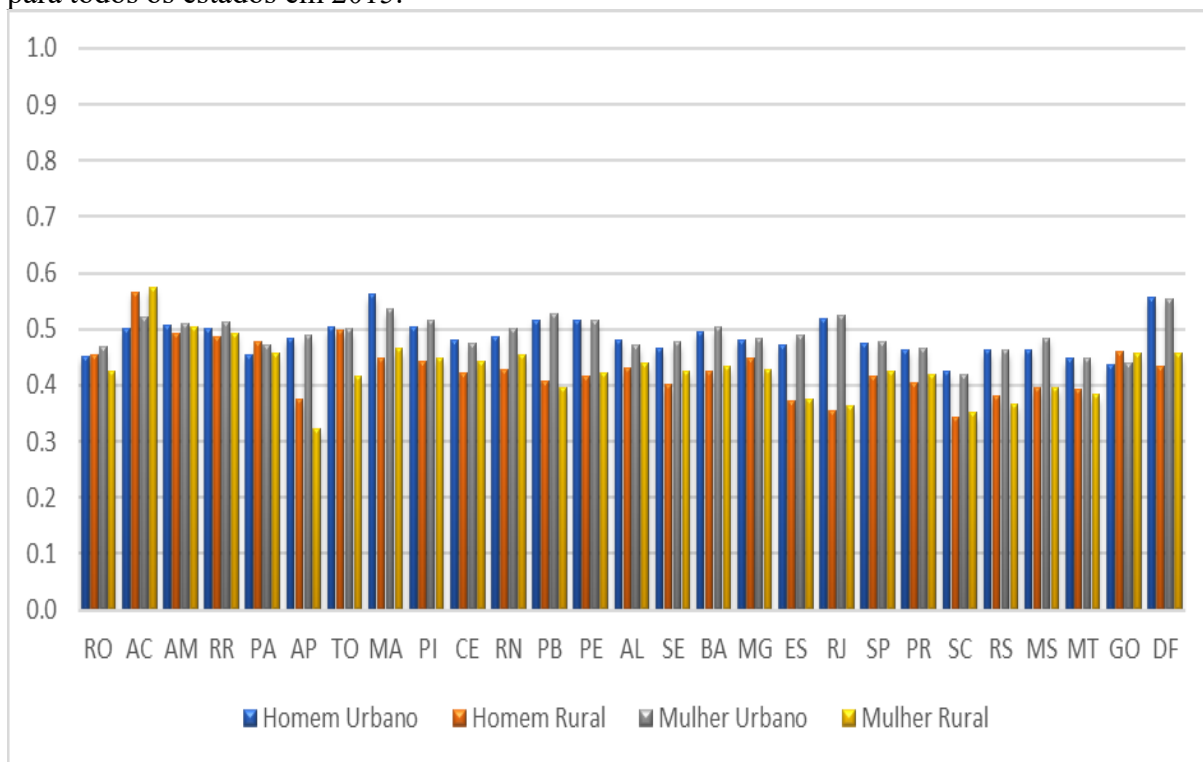
Unidade Federativa	Homem Urbano	Homem Rural	Mulher Urbana	Mulher Rural
Rondônia	0,4520	0,4540	0,4682	0,4240
Acre	0,5006	0,5663	0,5207	0,5729
Amazonas	0,5074	0,4933	0,5108	0,5038
Roraima	0,5003	0,4856	0,5122	0,4923
Pará	0,4547	0,4766	0,4720	0,4566
Amapá	0,4841	0,3747	0,4887	0,3226
Tocantins	0,5022	0,4987	0,5002	0,4150
Maranhão	0,5613	0,4494	0,5356	0,4642
Piauí	0,5048	0,4413	0,5160	0,4488
Ceará	0,4793	0,4203	0,4753	0,4413
Rio Grande do Norte	0,4858	0,4277	0,5010	0,4543
Paraíba	0,5164	0,4065	0,5276	0,3960
Pernambuco	0,5167	0,4169	0,5144	0,4226
Alagoas	0,4811	0,4298	0,4702	0,4387
Sergipe	0,4664	0,4003	0,4768	0,4250
Bahia	0,4955	0,4242	0,5023	0,4347
Minas Gerais	0,4811	0,4467	0,4820	0,4286
Espírito Santo	0,4721	0,3714	0,4897	0,3758
Rio de Janeiro	0,5187	0,3556	0,5253	0,3633
São Paulo	0,4756	0,4166	0,4762	0,4251
Paraná	0,4637	0,4035	0,4654	0,4200
Santa Catarina	0,4240	0,3421	0,4175	0,3501
Rio Grande do Sul	0,4621	0,3796	0,4616	0,3661
Mato Grosso do Sul	0,4628	0,3940	0,4844	0,3962
Mato Grosso	0,4477	0,3912	0,4485	0,3822
Goiás	0,4354	0,4594	0,4387	0,4554
Distrito Federal	0,5551	0,4339	0,5540	0,4555

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2015).

Observando a Tabela 4 e a Figura 5, é possível concluir que, entre os homens localizados em áreas urbanas, o estado do Maranhão possui a maior desigualdade de renda, tendo seu Índice de Gini estimado em 0,5613, superando até mesmo o Distrito Federal, que liderava os *rankings* nos resultados anteriores. Para o homem rural, o estado que apresentou maior grau de

desigualdade foi o Acre, constando em seu índice o valor de 0,5663 e diferenciando-se de todos os outros estados que não ultrapassaram a marca de 0,5.

Figura 5 - Comparação do Índice de Gini entre indivíduos por sexo e situação habitacional para todos os estados em 2015.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2015).

No caso das mulheres urbanas, o Distrito Federal apresentou o maior Índice de Gini, com o valor de 0,5540, enquanto para as mulheres rurais, o Acre foi o maior expoente de desigualdade, tendo seu coeficiente definido em 0,5729. Santa Catarina teve os melhores resultados para quase todas as variáveis, perdendo apenas para o Amapá, que detém o menor índice de desigualdade entre as mulheres situadas em áreas rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo visou mensurar, através do Índice de Gini, as desigualdades de renda entre gêneros nas diferentes distribuições populacionais residentes nas áreas urbanas e rurais no ano de 2015, para todos os estados brasileiros. Para tanto, utilizou-se como base de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mais recente, realizada em 2015. As variáveis consideradas no trabalho foram; a quantidade de pessoas com mais de 15 anos que possui as características analisadas; e o rendimento mensal familiar *per capita*. Para o cálculo do Índice de Gini utilizou-se o programa Stata, na versão 15.0.

De acordo com os índices estimados, constatou-se que as mulheres detêm uma desigualdade de 0,507 entre as pessoas do mesmo sexo, enquanto os homens possuem um valor de 0,505. O Distrito Federal apresentou os índices mais elevados para ambos os gêneros, sendo 0,5569 e 0,5547 para homens e mulheres, respectivamente. Já o estado de Santa Catarina apresentou os menores resultados, estimados em 0,4197 para os homens e 0,4148 para as mulheres.

A análise da desigualdade baseada na localização dos indivíduos mostrou que, a população urbana possui um Índice de Gini maior que a população rural, no valor de 0,500, enquanto para os demais constatou-se um resultado de 0,4597. O estado mais desigual no ambiente urbano foi o Distrito Federal, já para a área rural, o Acre apresentou o pior coeficiente. Assim como entre os gêneros, Santa Catarina obteve os melhores resultados, tanto para a região urbana, quanto para a rural.

Quando analisado todas as características de modo agrupado, concluiu-se que as mulheres urbanas apresentam a maior desigualdade, constando um índice de 0,5014. Já para os homens rurais estimou-se o melhor Índice de Gini, correspondendo a 0,459, tendo semelhança com o valor de 0,46 pertencente as mulheres da mesma localização. Em geral, o Acre e o Distrito Federal apresentaram os piores coeficientes de desigualdade, enquanto Santa Catarina e o Amapá relataram um maior grau igualdade de renda entre sua população.

Este trabalho denotou resultados importantes sobre a desigualdade de renda no Brasil e em seus estados, podendo ser utilizados para a elaboração de políticas públicas que visam reduzir a desigualdade e, conseqüentemente, elevar o nível de desenvolvimento da sociedade. Em pesquisas futuras poderão ser realizadas análises econométricas, com o intuito de identificar os fatores determinantes da desigualdade de renda que acarretam nos índices estipulados neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. B. Gênero e o mercado de trabalho brasileiro: uma investigação sobre o ônus da maternidade. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 19-33, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/pesquisaedebate/article/view/28699/22904>. Acesso em: 10 out. 2022.

BANDEIRA, L. **O feminismo no Brasil**: a experiência da mulher no mercado de trabalho. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSÉA, G. **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília, DF: IPEA, 2006. 446 p. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3249>. Acesso em: 20 set. 2021.

BECKETTI, S. Stata Technical Bulletin. **Stata**, v. 4, n. 23, p. 25-29, jul. 1995. Disponível em: <https://www.stata.com/products/stb/journals/stb23.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CHANCEL, L. *et al.* **World Inequality Report 2022**. Paris: World Inequality Lab, 2022. Disponível em: <https://wid.world/>. Acesso em: 19 set. 2022.

CORRÊA, J. C. S.; SILVEIRA, R. L. L.; KIST, R. B. B. Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 15, n. 7, p. 1-20, nov. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338351606_SOBRE_O_CONCEITO_DE_DESENVOLVIMENTO_REGIONAL_NOTAS_PARA_DEBATE_-_ON_THE_CONCEPT_OF_REGIONAL_DEVELOPMENT_NOTES_FOR_DISCUSSION. Acesso em: 25 set. 2021.

DALMOLIN, L. C. Faces e lados ocultos na estrutura tributária capitalista. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 3, p. 1051-1068, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2021v30n3art11>. Acesso em: 19 set. 2022.

DE OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-13, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477>. Acesso em: 10 mar. 2023.

FARIAS, E. de S.; TEIXEIRA, E. C. Desigualdade de renda e crescimento econômico: uma análise para o Brasil e suas regiões. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 38, n. 113, p. 1-24, maio/ago. 2022. DOI: 10.13037/gr.vol38n113.6944. Disponível em: https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/6944. Acesso em: 11 out. 2022.

FONSECA, P. C. D. **O processo de substituição de importações**. [S. l.]: LCTE, 2009. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/o_processo_de_substituicao_de_importacoes.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

GABRIEL, F. B. A. *et al.* Concentração de renda nas áreas rurais do Brasil de 2004 a 2015. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 25, n. 2, p. 153-178, jun./set. 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/26405>. Acesso em: 11 out. 2022.

HOFFMANN, R. Desigualdade da renda e das despesas *per capita* no Brasil, em 2002-2003 e 2008-2009, e avaliação do grau de progressividade ou regressividade de parcelas da renda familiar. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 647-661, dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182010000300010>. Acesso em: 02 out. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1981**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1990**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1995**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2021.

MATOS, J. D. **Distribuição de renda**: fatores condicionantes e comparação entre as regiões metropolitanas pesquisadas pela PED. Porto Alegre: Secretaria da Coordenação e Planejamento, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2005. Disponível em: http://cdn.fee.tche.br/documentos/documentos_fee_62.pdf. Acesso em: 05 out. 2021.

MUNIZ, J. O.; VENEROSO, C. Z. Diferenciais de Participação Laboral e Rendimento por Gênero e Classes de Renda: uma Investigação sobre o Ônus da Maternidade no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, p. 1-28, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582019169>. Acesso em: 09 out. 2022.

PIMKINA, S.; DE LA FLOR, L. **Promoting Female Labor Force Participation**. Washington, DC: World Bank, 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org/>. Acesso em: 25 set. 2021.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano nas regiões metropolitanas brasileiras**. Brasília, DF: PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8182/1/Atlas%20do%20desenvolvimento%20humano%20nas%20regio%C3%B5es%20metropolitanas%20brasileiras.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

RIBEIRO, C. A. C.; MACHADO, W. Rendimento do Trabalho das Esposas e Tendências da Desigualdade de Renda no Brasil (1992-2014). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 103-135, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582018148>. Acesso em: 09 out. 2022.

SOUZA, H. G. de *et al.* Uma análise espacial de como o crescimento e a desigualdade afetam a pobreza no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 459-482, mar./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220190349>. Acesso em: 11 out. 2022.

SOUZA, N. J. de. **Desenvolvimento Econômico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2841892&forceview=1>. Acesso em: 20 set. 2021.



O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional coloca a disposição de seus usuários a versão interativa da Revista Eletrônica Documento/Monumento, periódico eletrônico voltado a divulgação de artigos científicos produzidos por professores, alunos e técnicos.

NDIHR

